

RELATÓRIO ANUAL



2003

COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ENERGIA

✓

- CSPE
- CONSELHO DELIBERATIVO DA CSPE
- COMISSARIADO

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DE 2003

ENERGIA ELÉTRICA - ATIVIDADES E REALIZAÇÕES

- FISCALIZAÇÃO TÉCNICO-COMERCIAL
- FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA, FINANCEIRA E CONTÁBIL
- INDICADORES DE QUALIDADE
- EFICIÊNCIA ENERGÉTICA
- PESQUISA E DESENVOLVIMENTO
- COOPERATIVAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL
- FISCALIZAÇÃO DE PCH's E PCT's
- APROVEITAMENTO DO POTENCIAL HIDRELÉTRICO REMANESCENTE
- ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE GERAÇÃO E MEIO AMBIENTE
- ATIVIDADES DE APOIO À REGULAÇÃO

GÁS CANALIZADO - ATIVIDADES E REALIZAÇÕES

- REGULAÇÃO
- FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA, FINANCEIRA E CONTÁBIL
- INDICADORES DE QUALIDADE
- INVESTIMENTOS

OUVIDORIA

COMUNICAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO

CONVÊNIOS E PARCERIAS

CSPE – COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ENERGIA

CSPE

A Comissão de Serviços Públicos de Energia – CSPE, Agência Reguladora e Fiscalizadora dos Serviços de Energia Elétrica e Gás Canalizado do Estado de São Paulo, é uma entidade autárquica, criada pela Lei Complementar 833, de 17 de outubro de 1.997 e regulamentada pelo decreto nº 43.036, é vinculada à Secretaria de Estado de Energia, tendo iniciado suas atividades em 14/04/98.

A CSPE tem como Missão ser instrumento de aperfeiçoamento do serviço público de energia, regulando e fiscalizando no Estado de São Paulo os serviços de distribuição de gás canalizado e as atividades de energia elétrica, por delegação da ANEEL.

A CSPE é composta por:

- Conselho Deliberativo
- Comissariado
- Chefia de Gabinete
- Diretoria Administrativa
- Grupo Técnico e de Concessões
- Grupo Comercial e de Tarifas
- Grupos de Fiscalização
- Ouvidoria
- Assessoria Técnica e Jurídica
- Assessoria de Comunicação
- Centro de Informática

CONSELHO DELIBERATIVO DA CSPE

Presidente:

Dr. Tamas Makray (Membro de livre escolha do Governador do Estado de São Paulo)

Membros:

Dr. Eurico de Andrade Azevedo (Membro de livre escolha do Governador do Estado de São Paulo)

Dr. Francisco Romeu Landi (Membro de livre escolha do Governador do Estado de São Paulo)

Dr. Jorge Katsumi Suguimoto (Representante dos Servidores da CSPE)

Dr. José Geraldo dos Santos (Representante das Empresas de Energia Elétrica do Estado São Paulo)

Dr. Robson Silva Thomas (Representante dos Trabalhadores nas Empresas de Serviços de Energia Elétrica) posse em 16/01/2003

Dra. Maria Lumena Balaben Sampaio

(Representante da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON) até 26/11/ 2003

Dr. Gustavo José Marrone de Castro Sampaio

(Representante da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON) posse em 11/12/2003

Dr. Luiz Sutti

(Representante da Sociedade Civil indicado pelos Conselhos de Consumidores das Empresas Distribuidoras de Energia Elétrica no Estado de São Paulo)

Dr. Pedro Mahler

(Representante da Federação do Comércio do Estado de São Paulo – FCESP)

Dr. Pio Gavazzi

(Representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP)

Dr. Carlos Eduardo de Freitas Brescia

(Representante das Empresas de Serviços de Gás Canalizado do Estado de São Paulo)

Dr. Roberto Tavares Ledo

(Representante dos Trabalhadores nas Empresas de Serviços Locais de Gás Canalizado)

Dr. Zevi Kann

(Comissário Geral da Comissão de Serviços Públicos de Energia do Estado de São Paulo)

Secretaria:

Dra. Maria Cristina Biselli Ferreira

COMISSARIADO

Dr. ZEVI KANN

Comissário Geral

Dr. MOACYR TRINDADE DE OLIVEIRA ANDRADE

Comissário Chefe do Grupo Comercial e de Tarifas

Dr. CARLOS MÁRCIO VIEIRA TAHAN

Dr. ADERBAL DE ARRUDA PENTEADO JR.

Comissário Chefe do Grupo Técnico e de Concessões

Em 18 de julho de 2003, por Decreto do Exmo. Sr. Governador do Estado de São Paulo, em razão do pedido de exoneração do Dr. Carlos Márcio Vieira Tahan, foi nomeado para o cargo de Comissário Chefe do Grupo Técnico e de Concessões o Dr. Aderbal de Arruda Penteado Jr..

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DA CSPE EM 2003

CSPE RECEBE PRÊMIO ABAR PELA ATUAÇÃO NA ÁREA DE REGULAÇÃO

A CSPE recebeu Prêmio ABAR pelo pioneirismo na elaboração e aplicação do Marco Regulatório dos serviços de distribuição de gás canalizado no Estado de São Paulo, pela sua performance na condução da fiscalização dos serviços de energia elétrica e atendimento aos consumidores e pelo incentivo ao desenvolvimento das atividades de regulação junto às agências de regulação brasileiras.

ABAR-Associação Brasileira de Agências de Regulação, instituição que congrega agências federais, estaduais e municipais de regulação e fiscalização de serviços públicos concedidos criou, em 2001, o Prêmio ABAR, honraria conferida a até duas personalidades e a uma instituição de destaque na área de regulação, a ser outorgado sempre por ocasião da realização do Congresso Brasileiro de Regulação dos Serviços Públicos Concedidos.

Na categoria Personalidade, o prêmio foi concedido ao Ministro de Estado do Supremo Tribunal Federal Nelson Jobim pela contribuição relevante na área de regulação de serviços públicos concedidos, pela atuação na defesa da autonomia e independência das agências reguladoras.

O Prêmio ABAR foi entregue no III Congresso Brasileiro de Regulação dos Serviços Públicos Concedidos, no dia 25 de maio de 2003, em Gramado-RS.



Comissários

Moacyr Andrade, Zevi Kann, Carlos Tahan

AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O CONTRATO DE ADESÃO DE GÁS CANALIZADO

A CSPE realizou, no dia 27/02, a Audiência Pública 002/2003 para obter subsídios e informações adicionais para o aprimoramento do ato regulamentar, que estabelecerá o Contrato de Adesão, entre a concessionária e o usuário dos serviços de distribuição de gás canalizado para consumos cujo volume seja inferior a 50.000 m³ (cinquenta mil metros cúbicos) por mês.



Comissários Moacyr Andrade, Zevi Kann, Carlos Tahan

A Audiência contou com representantes das concessionárias dos serviços de distribuição de gás canalizado, de órgãos de defesa do consumidor, de sindicatos, dos consumidores e da imprensa.

AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE USO DE MEDIDORES EXTERNOS

No dia 29/02, a CSPE realizou, em parceria com a Aneel, a audiência pública para receber da sociedade sugestões à minuta de resolução que estabelece critérios e procedimentos a serem adotados pelas concessionárias que optarem por instalar os equipamentos de medição de energia elétrica em locais externos às unidades consumidoras. Esta audiência, de competência da Agência Nacional, foi realizada simultaneamente em 10 capitais.



Assessor Jurídico, Comissário Chefe Moacyr Andrade,
Comissário Geral Zevi Kann, Comissário Chefe Carlos Tahan
Assessor Técnico

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS CANALIZADO

A CSPE apresentou à sociedade, no dia 14/04, o contrato de prestação de serviços de gás canalizado, documento que contém as principais condições da prestação e utilização do serviço público de gás canalizado entre consumidores e distribuidoras.



Comissário Chefe Moacyr Andrade, Sílvio Aleixo (Secretaria de Energia), Comissário Geral Zevi Kann e Comissário Chefe Carlos Tahan

O contrato é uma iniciativa pioneira no setor de gás canalizado e tem o objetivo de fazer com que os consumidores do Estado de São Paulo, cujo consumo mensal de gás canalizado seja inferior a 50 mil /m³, conheçam seus principais direitos e deveres em relação à prestação dos serviços públicos de gás canalizado.

AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE REVISÃO TARIFÁRIA DAS CONCESSIONÁRIAS DE GÁS CANALIZADO

No dia 15/09, a CSPE realizou a audiência pública para colher subsídios e informações adicionais para o aprimoramento de ato regulamentar, expedido pela CSPE, que estabelece a metodologia do processo de Revisão Tarifária dos contratos de concessão das empresas de gás canalizado Companhia de Gás de São Paulo-COMGÁS, Gás Brasileiro Distribuidora S/A e Gás Natural São Paulo Sul S/A.

Nesta audiência pública, a CSPE também visou obter subsídios e informações complementares para a proposta do Valor do Custo Médio Ponderado do Capital a ser aplicado na Revisão Tarifária da COMGÁS.



Assessora Técnica e Comissários Aderbal Penteadó, Zevi Kann e Moacyr Andrade

A audiência pública contou com a participação de mais de 200 representantes de concessionárias distribuidoras de gás canalizado, universidades, sindicatos, associações de classe, empresas de consultoria, escritórios de advocacia, partido político e prefeituras dos municípios do interior do Estado.



Participantes Audiência Pública
Revisão Tarifária - Gás Canalizado

CSPE PARTICIPA DA ASSINATURA DE CONVENÇÃO COLETIVA

O Comissário Geral da CSPE, Dr. Zevi Kann, participou, no dia 17/10, da cerimônia de assinatura da Convenção Coletiva de Segurança e Saúde no Trabalho do Setor Elétrico no Estado de São Paulo.

A Convenção Coletiva é resultado de um processo negocial tripartite de entendimento entre Governo, empresas e trabalhadores, desenvolvido pelo Grupo Técnico Tripartite de Energia-GTTE, direcionado à melhoria das condições e ambientes laborais e a modernização organizacional do trabalho no setor de energia elétrica. A CSPE participa deste Grupo desde o início de sua constituição.



Comissário Geral da CSPE - Zevi Kann

CSPE PARTICIPA DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DE REVISÃO TARIFÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA

Os Comissários da CSPE, Zevi Kann, Aderbal Penteadó, Moacyr Andrade, participaram, nos meses de março, junho, julho, outubro, novembro e dezembro, das mesas que presidiram as Audiências Públicas de revisão tarifária das concessionárias do Estado de São Paulo.



Comissários da CSPE e Diretores da Aneel, Isaac Averbuch e Eduardo Ellery filho As Audiências, de responsabilidade da Aneel, foram realizadas nos principais municípios de cada área de concessão.

Audiências Públicas de Revisão Tarifária de Energia Elétrica	
Data da Realização	Concessionária
07/03	CPFL - Companhia Paulista de Força e Luz
18/06	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo
29/07	ELEKTRO - Eletricidade e Serviços
01/10	Companhia Piratininga de Força e Luz
02/10	Bandeirante Energia
19/11	Caiuá Serviços de Eletricidade
20/11	Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema
21/11	Companhia Luz e Força Santa Cruz
26/11	Companhia Sul Paulista de Energia
27/11	Companhia Jaguarí de Energia
28/11	Empresa Elétrica Bragantina
03/12	Companhia Nacional de Energia Elétrica
04/12	Companhia Paulista de Energia Elétrica
05/12	Companhia Luz e Força de Mococa

SITE DA CSPE ENTRE OS 10 MAIS VOTADOS DO PRÊMIO IBEST 2004



O site da CSPE concorreu, pela primeira vez, em 2003, ao Prêmio iBest 2004. Ele foi classificado na relação TOP 10 dos 10 sites mais votados na categoria Minas e Energia, entre 79 candidatos.

Este resultado reforça a determinação da CSPE na busca de transparência das informações, de qualidade e agilidade nas soluções, obtendo, com sua diminuta estrutura, a honra de estar lado a lado, neste prêmio, com grandes concorrentes que atuam no mercado brasileiro de energia, como: Aneel, Texaco Brasil, Celpe, CSN, Petróleo Ipiranga, Cosipa, Petrobrás Distribuidora, Usiminas, Duke Energy Brasil.

O resultado final do Prêmio IBEST na categoria sairá em abril de 2004.

CSPE E ANEEL RENOVAM PARCERIA POR MAIS 5 ANOS

A Comissão de Serviços Públicos de Energia-CSPE e a Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL assinaram, no dia 22/12/2003, o Convênio de Cooperação e de Descentralização de Atribuições, mediante Delegação de Atividades, renovado por mais 5 anos.

A parceria entre as duas agências data de abril de 1998, quando foi instituída a CSPE e assinado o primeiro Convênio de Cooperação e de Descentralização.

Ao longo desse período, a CSPE, entre outras atividades, passou a realizar a fiscalização de serviços e instalações de energia elétrica, apuração e solução de queixas de consumidores, formulação de padrões regionais de controle e fiscalização da qualidade do serviço, prestação de apoio e fornecimento de subsídios nos processos de regulação econômica.

O Convênio de Descentralização, no valor total de R\$ 62.900.000,00, tem vigência até o final de 2008 e propiciará a continuidade da atuação da CSPE no Estado de São Paulo na área de energia elétrica, atendendo 14 milhões de usuários e fiscalizando 14 concessionárias de distribuição, contribuindo, desta forma, para a melhoria da qualidade dos serviços.

CSPE INICIA OBRAS DA NOVA SEDE

A CSPE, com a conclusão do projeto civil da nova sede, iniciou às obras de adaptação e reforma das instalações, em dezembro de 2003.

A nova sede da CSPE localiza-se na rua Boa Vista 170, 3 e 4 andares, no Edifício CIDADE I, Centro, São Paulo.

ENERGIA ELÉTRICA – ATIVIDADES E REALIZAÇÕES

FISCALIZAÇÃO TÉCNICO COMERCIAL

As atividades de fiscalização técnico-comerciais no ano de 2003, englobaram as seguintes áreas:

- Atendimento comercial, especialmente em relação aos centros de atendimento telefônico, atendimento pessoal, medição e faturamento;
- Cumprimento das condições gerais de fornecimento;
- Qualidade na área técnica, verificando critérios e periodicidade da manutenção de redes de distribuição, linhas de subtransmissão e subestações, envolvendo todas as concessionárias de distribuição do Estado de S.Paulo.

Ainda, no ano de 2003, a CSPE realizou fiscalizações pontuais planejadas, bem como outras emergentes, em atendimento a reclamações de consumidores junto à Ouvidoria, notícias publicadas pela mídia e solicitações diversas.

A equipe de Fiscalização Técnico-Comercial esteve presente nas 14 distribuidoras de energia do Estado de São Paulo, completando 88 ações de fiscalizações, gerando 47 Termos de Notificação, englobando 333 não conformidades e 175 determinações, abordando os seguintes assuntos:

TIPOS DE FISCALIZAÇÕES				
Fiscalizações Periódicas	18	Comerciais – Atendimento ao Consumidor		16
		Técnicas		2
Fiscalizações Eventuais	33	Comerciais		18
		Técnicas		11
		Fiscalização em conjunto com a Aneel	Reavaliação de Ativos (Resolução 493) - Comercial (2) Baixa renda (Resolução 41) Técnica (2)	4
Análises Pontuais	37	Câmaras, Prefeituras, Procuradores		7
		Consumidores		27
		Emergenciais		3

DESTAQUES DAS FISCALIZAÇÕES DO ANO DE 2003

- **Qualidade do atendimento pessoal e dos indicadores das Centrais de Atendimento Telefônico das concessionárias de energia elétrica:**

Em conjunto com as Concessionárias e a ANEEL foram estabelecidos indicadores de desempenho para o atendimento ao público, tanto por centrais telefônicas quanto no balcão. Esses indicadores, específicos para as necessidades dos consumidores de energia elétrica no Estado de São Paulo, vêm sendo monitorados pela CSPE e tem levado a ações importantes de melhoria na qualidade do atendimento, tanto através da redução dos tempos de espera, quanto na qualidade dessa prestação de serviço.

- **Procedimentos das concessionárias quanto à manutenção e operação do sistema elétrico:**

Tem sido o objetivo da CSPE assegurar o contínuo aperfeiçoamento do desempenho das redes de distribuição, proporcionando à população um serviço mais seguro e confiável. Para isso foram desenvolvidas ações de fiscalização que visaram principalmente à segurança operativa, verificando questões como arborização junto a redes energizadas, deterioração de postes, cruzetas, rompimento de condutores, etc.

- **Procedimentos relativos a consumo irregular:**

Na constatação de consumo irregular, desvio e fraudes em medidores, as concessionárias apresentam aos consumidores faturamentos complementares que se destinam a reaver as importâncias que no entendimento das empresas foram subtraídos de suas receitas. A CSPE revisou esses procedimentos no intuito de assegurar sua correção frente à legislação do Setor Elétrico e em respeito ao Código do Consumidor, apontando diversas correções e reportando a ANEEL para futuras regulamentações.

- **Subvenção a consumidores Baixa Renda:**

Em conjunto com a ANEEL, a CSPE realizou duas fiscalizações piloto com o objetivo de verificar os valores relativos às diferenças de receita em função da nova caracterização dos consumidores residenciais baixa renda. Os procedimentos derivados dessas fiscalizações serão difundidos pela ANEEL para as demais agências estaduais.

- **Auditoria do Ativo para Revisão Tarifária:**

Em conjunto com a ANEEL, a CSPE realizou auditoria destinada a verificar a adequação da aplicação da Resolução ANEEL nº 493/2002, para a determinação da base de remuneração para fins de revisão tarifária periódica das concessionárias Eletropaulo e Elektro.

- **Cumprimento das não conformidades:**

Acompanhamento do cumprimento das não conformidades, determinações e recomendações referentes às fiscalizações de 2002 e 2003.

TERMOS DE NOTIFICAÇÃO EMITIDOS EM 2003

A tabela a seguir mostra o detalhamento das não-conformidades, determinações e recomendações emitidas por meio dos relatórios e 47 TN's do ano de 2003.

Empresa	Comercial			Técnico			AI
	NC	DC	RC	NT	DT	RT	
Eletropaulo	24	18	1	19	33	11	-
Bandeirante	11	7	2	-	-	-	-
CPFL	50	25	2	20	11	4	-
ELEKTRO	15	6	5	4	5	5	-
EEB	10	2	1	-	-	-	-
Nacional	18	9	2	-	-	-	-
Vale	2	-	-	-	-	-	-
Santa Cruz	21	2	3	-	-	-	-
CPEE	9	2	1	-	-	-	-
Jaguari	13	3	1	-	-	-	-
Sul Paulista	20	5	2	-	-	-	-
Piratininga	17	4	1	-	-	-	-
Caiuá	22	8	1	-	-	-	-
Mococa	19	11	3	17	7	7	-
TOTAL	251	102	25	60	56	27	-

ACOMPANHAMENTO DAS DETERMINAÇÕES EMITIDAS EM 2003

A equipe de fiscalização técnico-comercial da CSPE acompanha sistematicamente o cumprimento das não-conformidades, determinações e recomendações referentes às fiscalizações efetuadas.

Ao final do ano de 2003, o acompanhamento das Não-Conformidades e Determinações emitidas em 2003 mostrou a seguinte situação:

Emitidas em 2003										
Empresa	Não Conformidade					Determinação				Total
	Regularizada		Em Regula- rização	Cancelada	Total	Cumprida		Em Cumpri- mento	Cancelada	
	NO.	%				NO.	%			
ELETROPAULO	16	37,21%	27	-	43	13	25,49%	38	-	51
BANDEIRANTE	9	81,82%	2	-	11	4	57,14%	3	-	7
CPFL	39	55,71%	31	-	70	21	58,33%	15	-	36
ELEKTRO	9	47,37%	9	1	19	8	72,73%	3	-	11
BRAGANTINA	1	-	7	2	10	-	-	2	-	2
NACIONAL	4	22,22%	14	-	18	3	33,33%	6	1	9
VALE	-	-	2	-	2	-	-	-	-	-
SANTA CRUZ	-	-	21	-	21	-	-	2	-	2
CPEE	-	-	9	-	9	-	-	2	-	2
JAGUARI	-	-	13	-	13	-	-	5	-	5
SUL PAULISTA	-	-	20	-	20	-	-	5	-	5
PIRATININGA	-	-	17	-	17	-	-	4	-	4
CAIUÁ	1	4,55%	21	-	22	-	-	8	-	8
MOCOCA	28	77,78	8	-	36	16	88,89%	2	-	18
TOTAL	107	34,41%	201	3	311	65	40,60%	95	-	160

Ao final do ano de 2003, o acompanhamento das Não-Conformidades e Determinações emitidas em 2002 mostrou a seguinte situação:

Emitidas em 2002										
Empresa	Não Conformidade					Determinação				Total
	Regularizada		Em Regula- rização	Cancelada	Total	Cumprida		Em Cumpri- mento	Cancelada	
	NO.	%				NO.	%			
ELETROPAULO	83	72,17%	31	1	115	50	63,29%	29	-	79
BANDEIRANTE	14	66,67%	-	-	21	6	75%	-	-	8
CPFL	22	31%	47	2	71	10	23,81%	32	-	42
ELEKTRO	60	91%	5	1	66	25	92,59%	1	1	27
BRAGANTINA	68	100%	-	-	68	31	100%	-	-	31
NACIONAL	20	80%	5	-	25	8	66,67%	4	-	12
VALE	13	100%	-	-	13	4	100%	-	-	4
SANTA CRUZ	20	100%	-	-	20	5	100%	-	-	5
CPEE	28	82,35%	6	-	34	1	25%	3	-	4
JAGUARI	8	80%	2	-	10	1	20%	-	-	5
EPTÉ	1	100%	-	-	1	1	100%	-	-	1
SUL PAULISTA	16	43,24%	20	1	37	1	7,7%	12	-	13
PIRATININGA	21	75%	3	4	28	11	78,57%	1	2	14
CAIUÁ	30	85,71%	5	-	35	8	61,53%	5	-	13
MOCOCA	17	60,71%	11	-	28	7	43,75%	9	-	16
TOTAL	421	73,60%	135	9	572	169	61,68%	96	3	274

As não-conformidades ou determinações ainda não plenamente atendidas referem-se a ações em andamento de 2002 e 2003.

FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA, FINANCEIRA E CONTÁBIL

No decorrer do ano de 2003 a CSPE deu continuidade às atividades vinculadas à fiscalização econômico-financeira nas 14 distribuidoras de energia elétrica no Estado de São Paulo, previstas no Convênio de Cooperação e de Descentralização de Atribuições firmado com a ANEEL.

Para a realização de suas atividades, a CSPE mantém permanente monitoramento e acompanhamento das informações disponibilizadas pelas concessionárias, por meio de relatórios periódicos e também por publicações oficiais e outros fatos e notícias divulgadas pela imprensa.

FISCALIZAÇÕES PERIÓDICAS EM 2003

No biênio 2002/03, foram realizadas em conjunto com os parceiros contratados, fiscalizações econômico-financeiras em 14 concessionárias, emitidos os respectivos relatórios que resultaram em 105 Não Conformidades, 90 Determinações e apenas 03 Recomendações, assim distribuídas:

Concessionária	Não Conformidade	Determinações	Recomendações
Bandeirante	10	10	1
Bragantina	8	6	0
Caiuá	10	9	0
CPFL	8	8	0
Elektro	15	14	1
Eletropaulo	3	3	0
Jaguari	8	5	0
Mococa	5	4	0
Nacional	5	4	0
Paulista de Energia	6	5	0
Piratininga	7	7	0
Santa Cruz	5	4	1
Sul Paulista	8	5	0
Vale Paranapanema	7	6	0
Total	105	90	3

Compete ainda à CSPE acompanhar o efetivo cumprimento, pelas concessionárias, das determinações contidas em Relatórios de exercícios anteriores. Por conseguinte, no ano de 2003, foram encerrados 08 processos de fiscalização econômico-financeira relativos a 2001. Em 2003 foi realizado recolhimento pelas concessionárias, em favor da ANEEL, o montante de R\$ 844.270,85, relativos às multas associadas aos Autos de Infração emitidos naquele ano.

FISCALIZAÇÕES ESPECIAIS/COMPLEMENTARES

No mês de janeiro de 2003, em conjunto com a ANEEL, foram realizadas na Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL e na Elektro Eletricidade e Serviços S.A. fiscalizações econômico-financeiras complementares.

INDICADORES DE QUALIDADE – ENERGIA ELÉTRICA

A qualidade dos serviços prestados pelas Concessionárias de Energia Elétrica no Estado de São Paulo é avaliada através de indicadores de qualidade específicos para cada tipo de prestação de serviço. Os indicadores apurados são acompanhados, controlados e comparados com padrões de qualidade que, quando transgredidos, sujeitam às concessionárias ao pagamento de penalidades.

Dentre as atividades descentralizadas desenvolvidas pela CSPE, no âmbito do convênio de descentralização com a ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, encontra-se o monitoramento da qualidade através dos indicadores de qualidade do fornecimento de Energia Elétrica das Concessionárias de Energia Elétrica no Estado de São Paulo.

A sistemática do monitoramento, constitui da coleta desses indicadores, verificação da consistência dos dados, análise e comparação com padrões pré-definidas.

Foram estabelecidos indicadores coletivos e individuais. Os coletivos objetivam monitorar a qualidade de um agrupamento de unidades consumidoras, denominado conjuntos, enquanto que os individuais, visam oferecer um nível de qualidade a cada unidade consumidora.

Os padrões dos indicadores coletivos foram definidos baseados na série histórica de cada agrupamento e estabelecidos para os períodos mensal, trimestral e anual.

Objetivando a busca da melhoria contínua do nível da qualidade, são estabelecidas metas de ganhos de melhoria de qualidade a cada ano.

O critério de avaliação consiste na comparação dos valores apurados com os padrões estabelecidos para os respectivos períodos. Caso o valor apurado supere o padrão, a concessionária é notificada através do Termo de Notificação - TN. A simples superação da meta não significa em penalidade, pois, a concessionária tem a oportunidade de apresentar as justificativas em relação às ocorrências que provocaram a superação do padrão e, dependendo da avaliação efetuada pela CSPE, pode resultar em Auto de Infração – AI, Termos de Ajustamento de Conduta – TAC ou no arquivamento da TN.

O Termo de Ajustamento de Conduta é um instrumento jurídico inovador, criativo e pró-ativo, implantado pela CSPE, onde se privilegia exigências do cumprimento de metas para melhoria da qualidade por parte da concessionária que transgrediu os padrões de qualidade e que apresenta justificativas atenuantes. Já o Auto de Infração é o documento utilizado para a instauração do processo administrativo punitivo que resulta na aplicação de penalidade.

O valor da penalidade aplicada para o agrupamento é recolhido para o Governo Federal, enquanto que a penalidade para as transgressões de padrões individuais é ressarcida diretamente, pela concessionária, ao consumidor afetado.

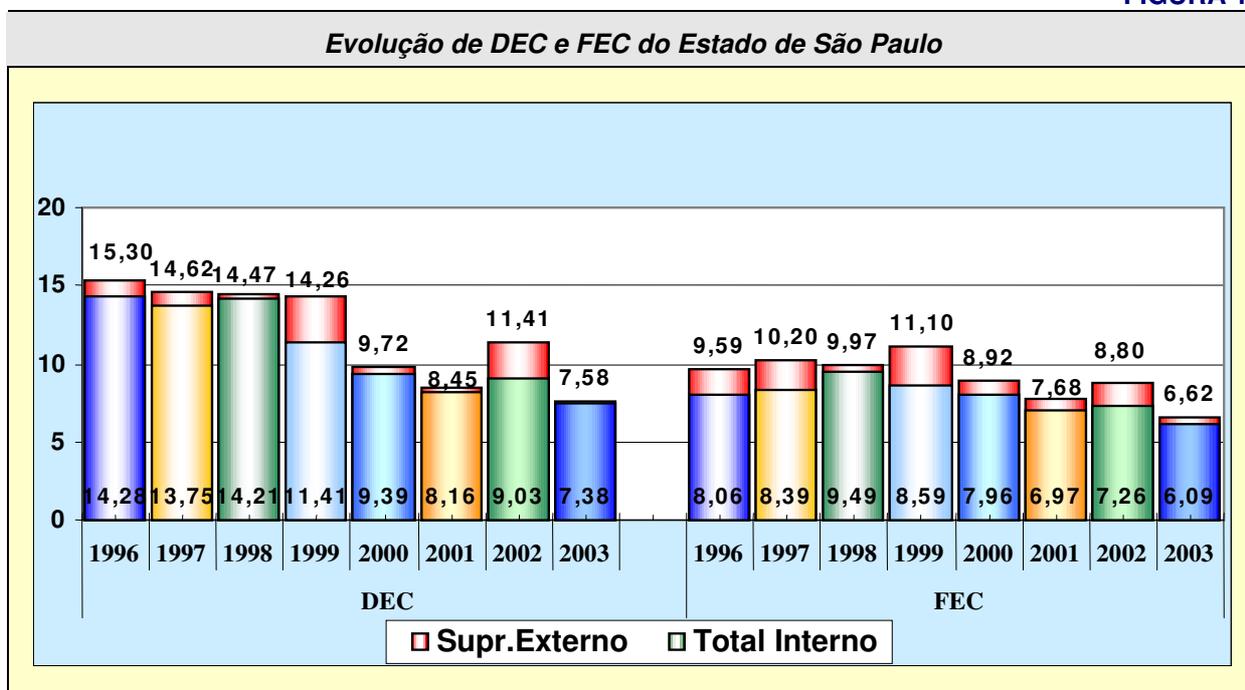
A avaliação efetuada pela CSPE é bastante criteriosa, não só analisando os números obtidos, mas levando em consideração o histórico, além de eventuais atipicidades ocorridas no período. Além disso, são mantidos contatos freqüentes com os representantes e técnicos das concessionárias que expõem suas justificativas às

transgressões e apresentam as ações que estão sendo implementadas para melhoria da qualidade.

A CSPE tem constatado que de fato, as concessionárias paulista estão empenhadas na busca da melhoria da qualidade e que o controle dos indicadores, tem permitido o direcionamento dos investimentos, trazendo ganhos para os consumidores e para a própria concessionária.

Os principais indicadores controlados se referem à Continuidade da Distribuição de Energia e são o DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora e FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, para conjuntos de unidades consumidoras.

FIGURA 1



**Expressa em horas e centésimos de horas de interrupções por ano.
Interrupções maiores ou iguais a 1 (um) minuto.
Identificação da parcela referente a suprimento externo**

No gráfico, observa-se que nos anos de 1999 e 2002, as parcelas referentes a suprimento externo no indicador DEC foram significativas e refletem os efeitos dos desligamentos da Transmissão de Energia, ocorridos nos meses de março/1999 de janeiro/2002.

Observa-se que em 2003 foi atingido um excelente índice, tanto no DEC, como no FEC, não sendo observadas anomalias durante o ano, como os temporais que atingiram o Estado de São Paulo no final de 2002, principalmente aquele ocorrido em 7 de setembro.

Nos gráficos a seguir, estão apresentadas a evolução dos indicadores DEC e FEC de cada concessionária do Estado de São Paulo.

FIGURA 2

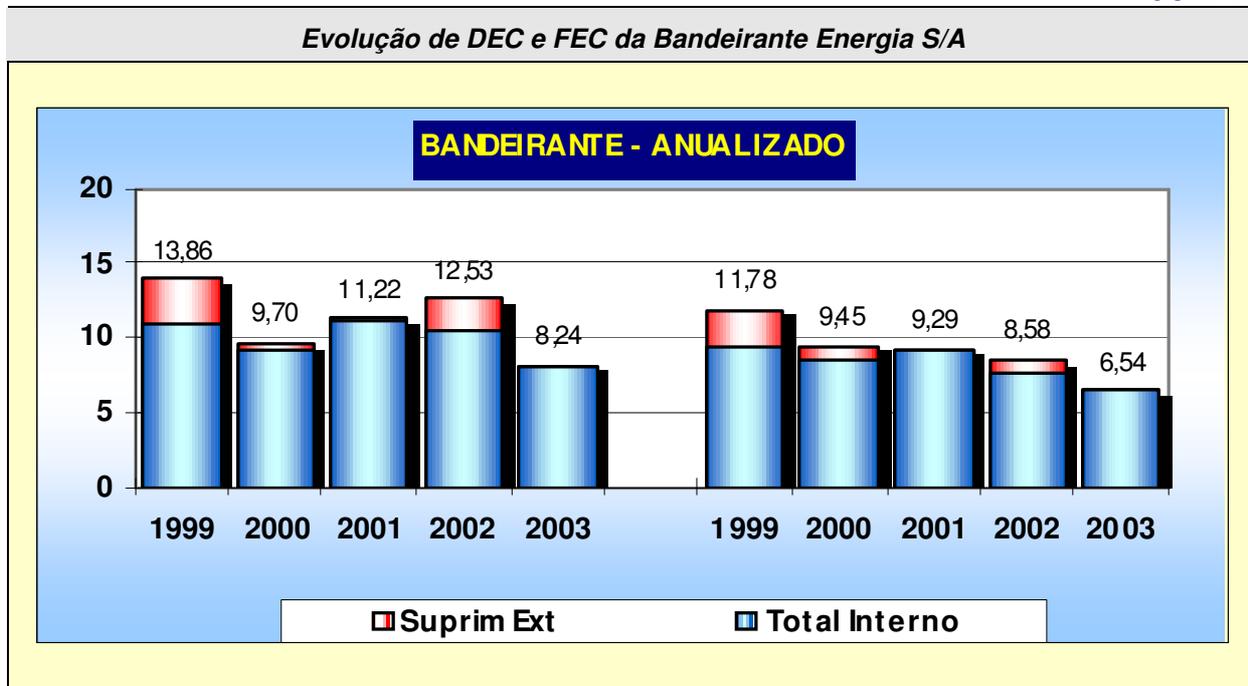


FIGURA 3

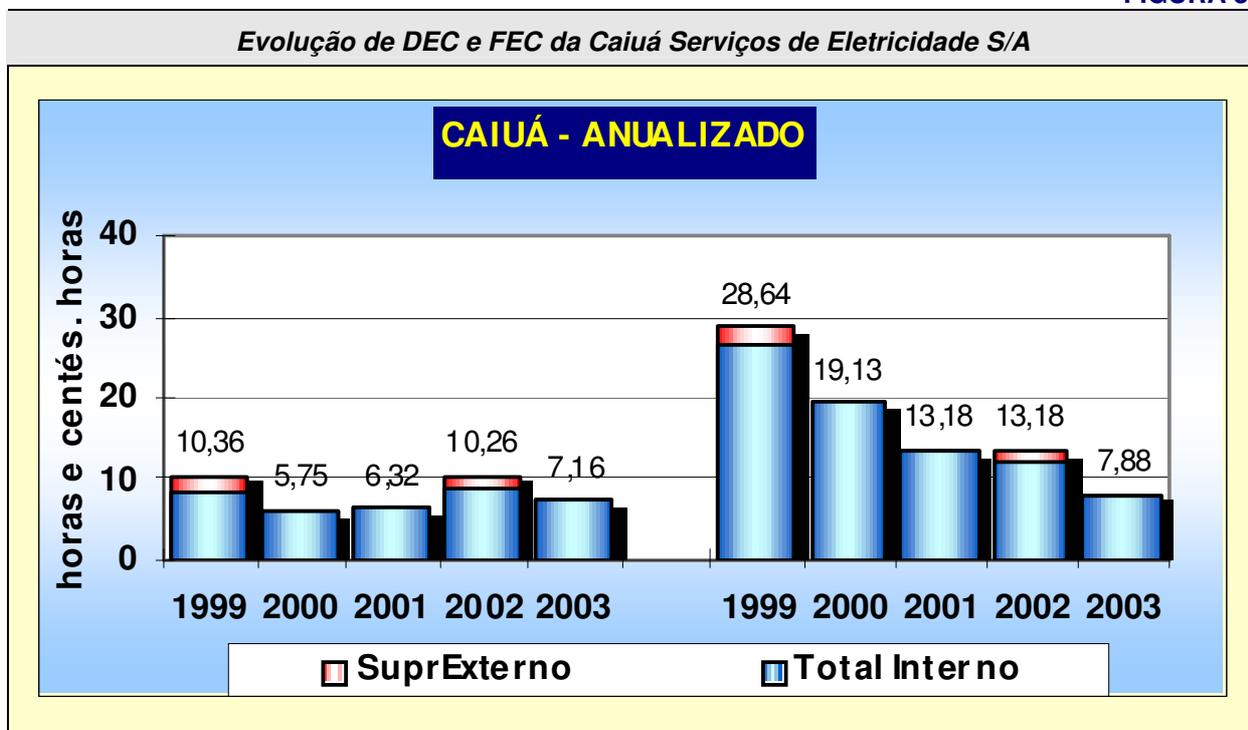


FIGURA 4

Evolução de DEC e FEC da Companhia Jaguari de Energia

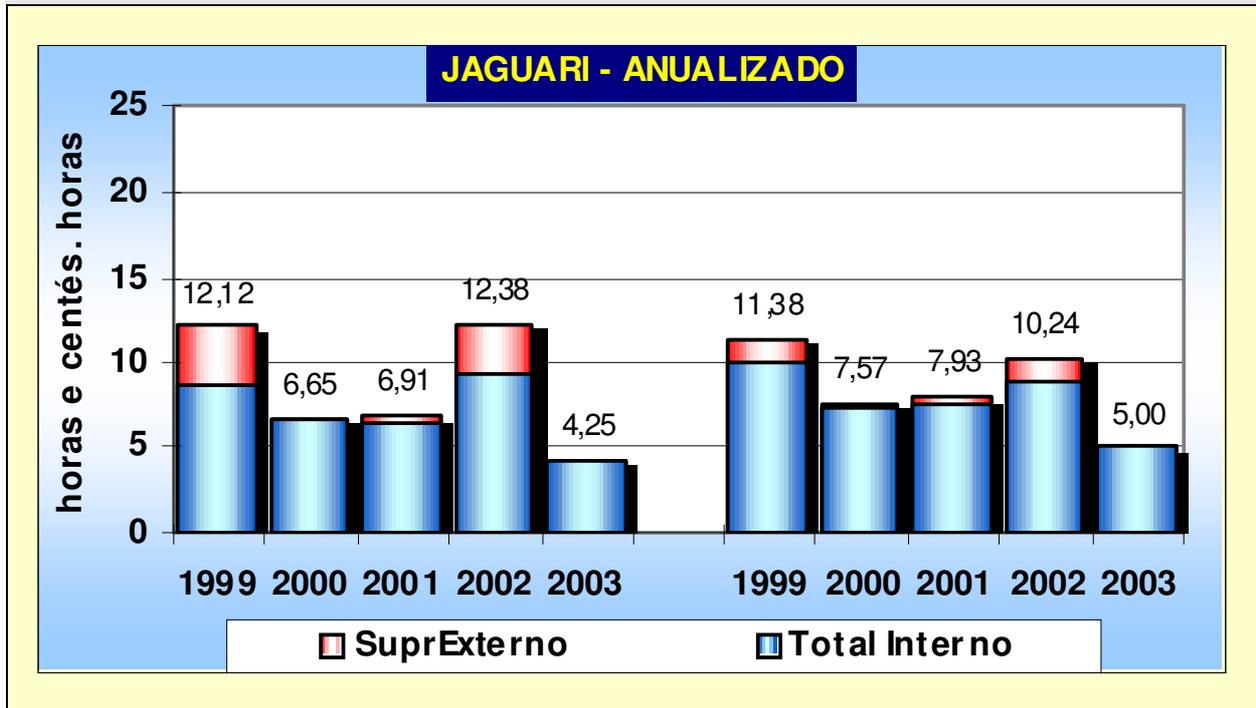


FIGURA 5

Evolução de DEC e FEC da Companhia Luz e Força de Mococa

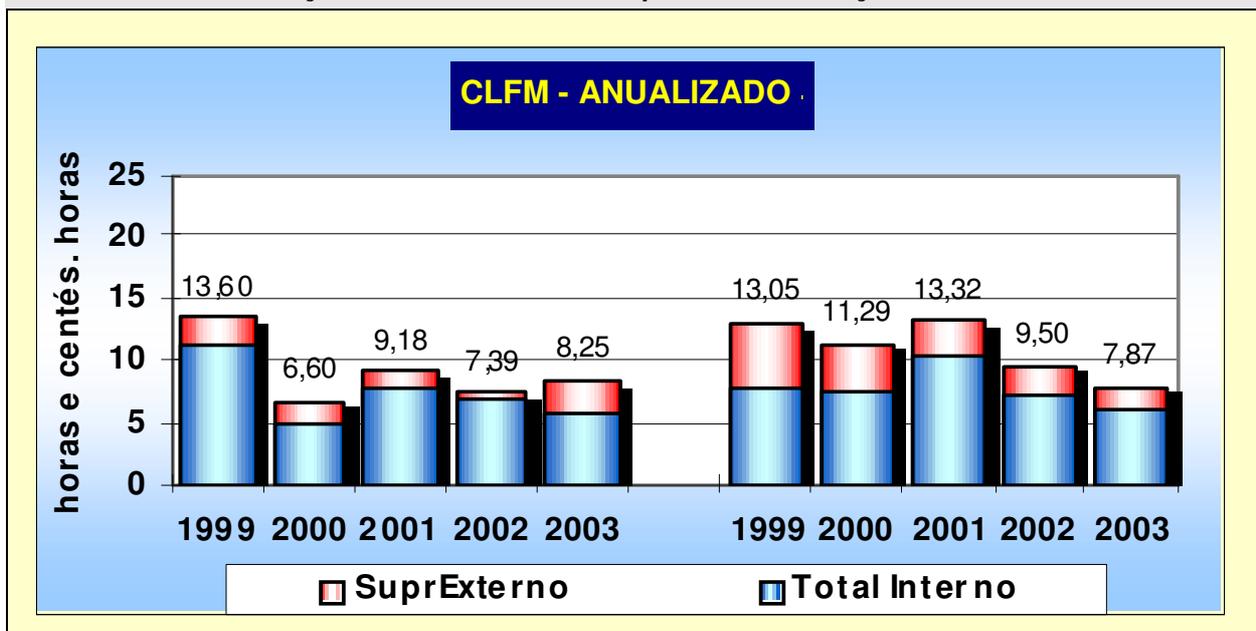


FIGURA 6

Evolução de DEC e FEC da Companhia Luz e Força Santa Cruz



FIGURA 7

Evolução de DEC e FEC da Companhia Nacional de Energia Elétrica



FIGURA 8

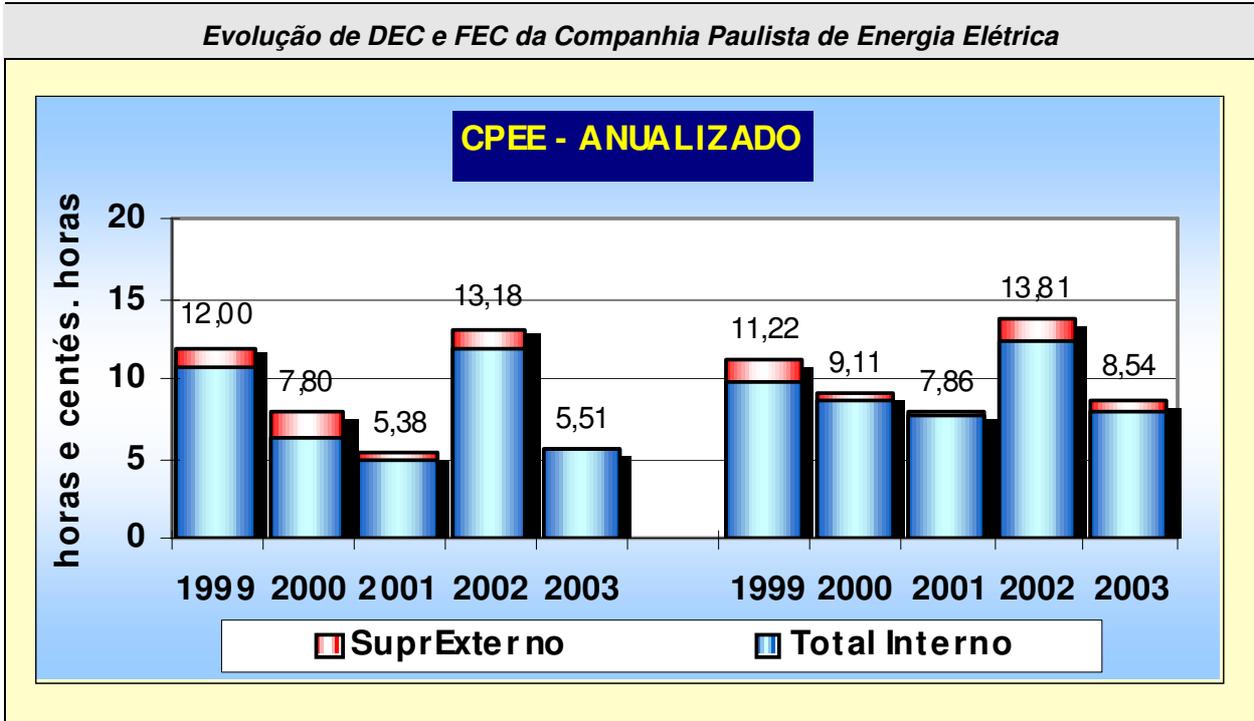


FIGURA 9

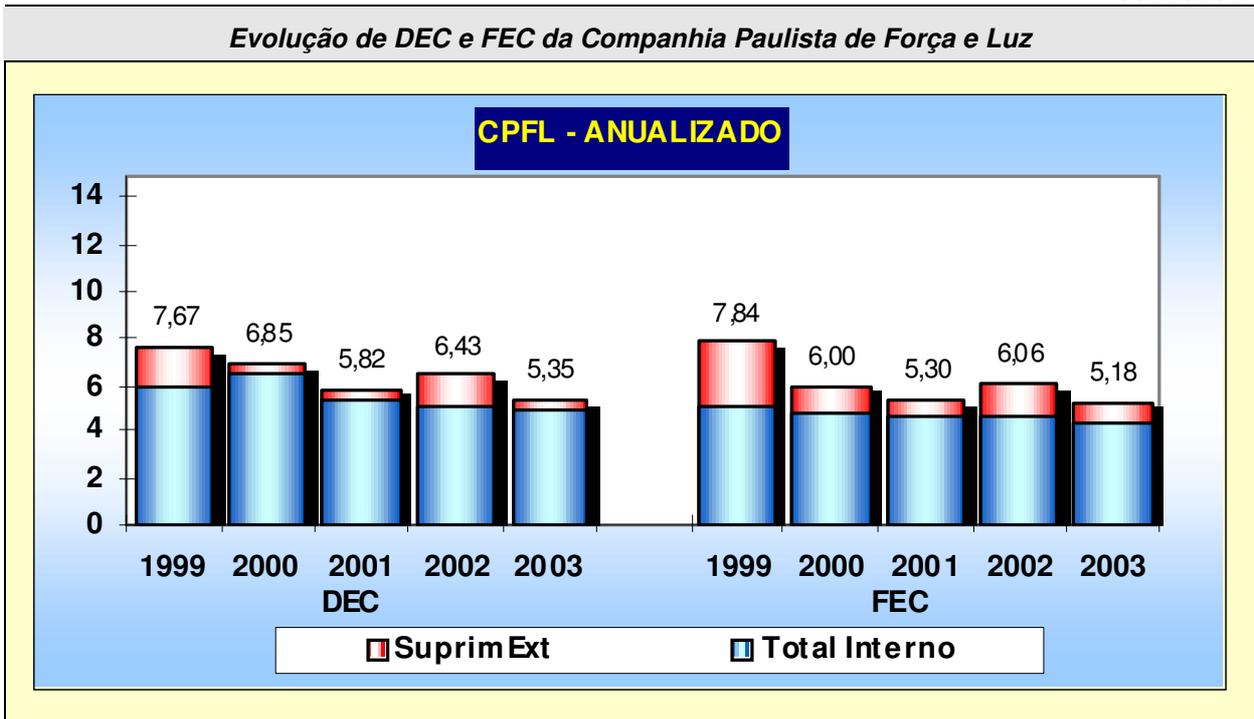
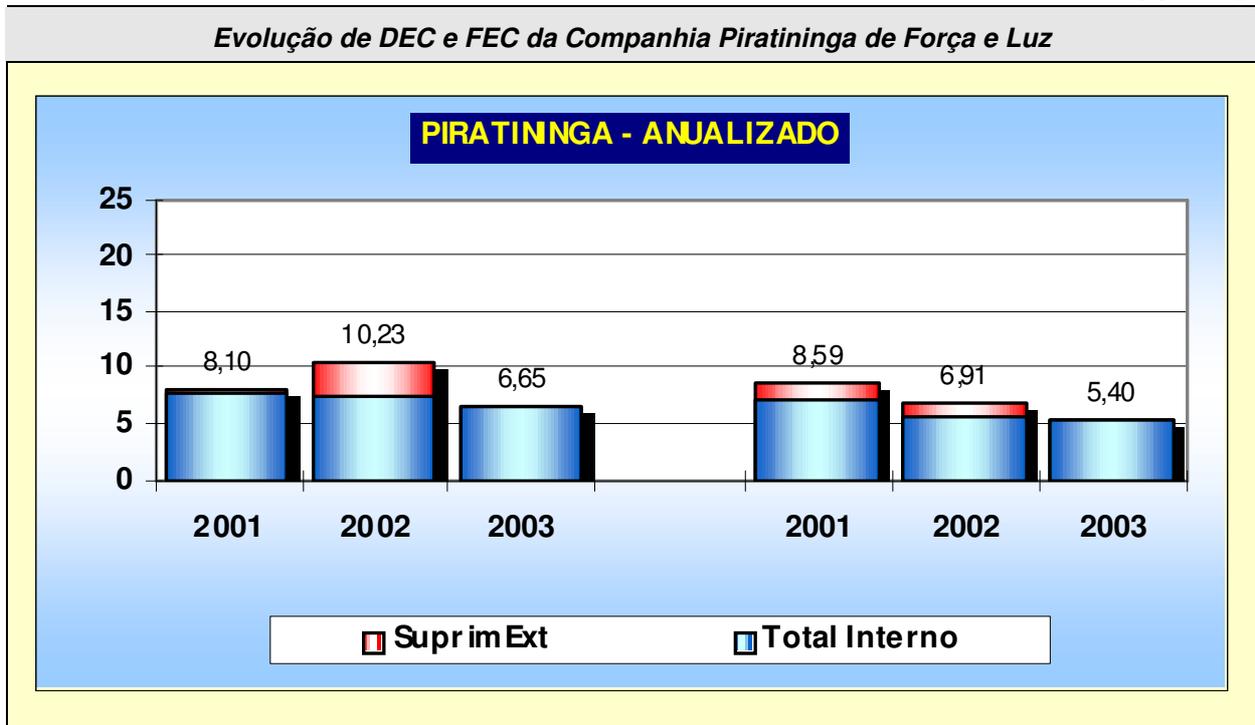


FIGURA 10



No caso particular da Companhia Piratininga de Força e Luz, que é oriunda da cisão da Empresa Bandeirante de Energia S/A, ocorrida ano de 2001, não possui histórico nos anos anteriores, sendo que os dados apresentados são posteriores à cisão.

FIGURA 11

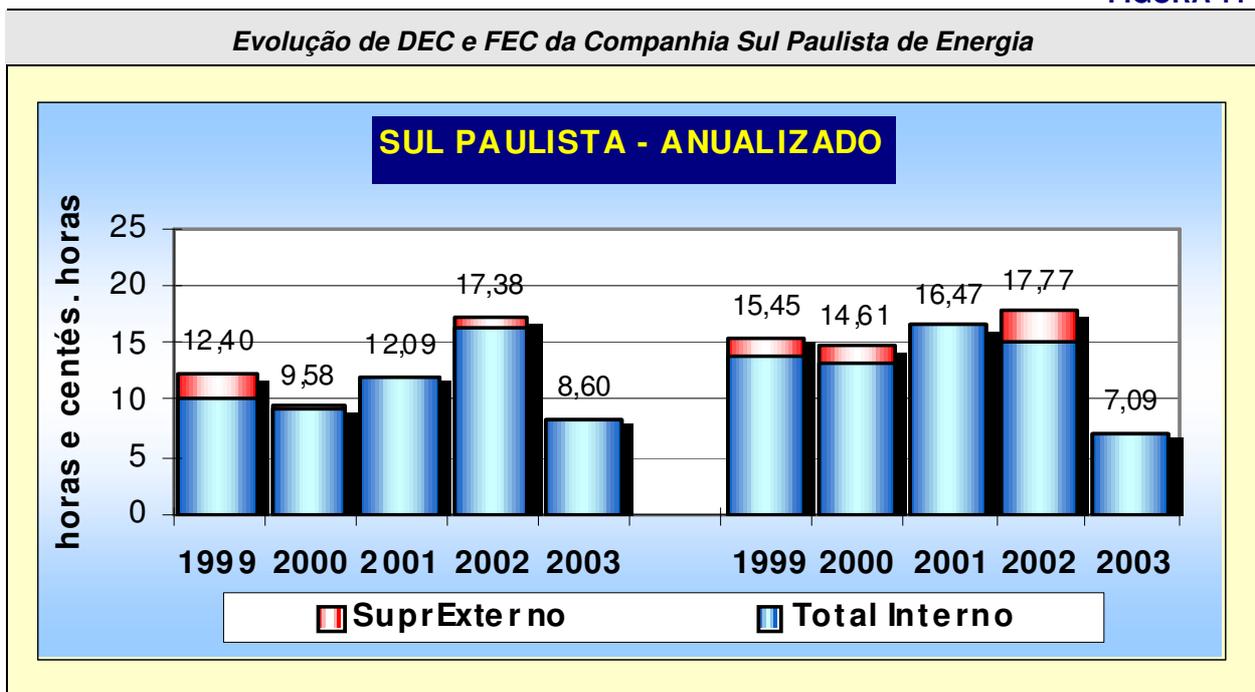


FIGURA 12

Evolução de DEC e FEC da ELEKTRO – Eletricidade e Serviços S/A

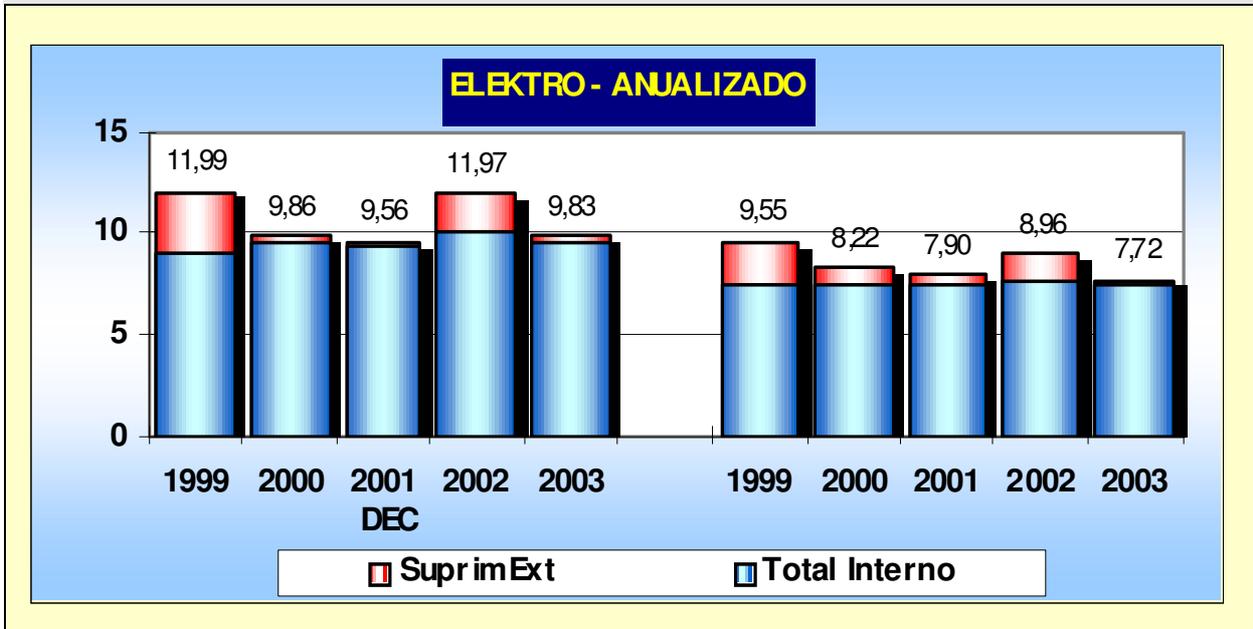


FIGURA 13

Evolução de DEC e FEC da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de S. Paulo S/A

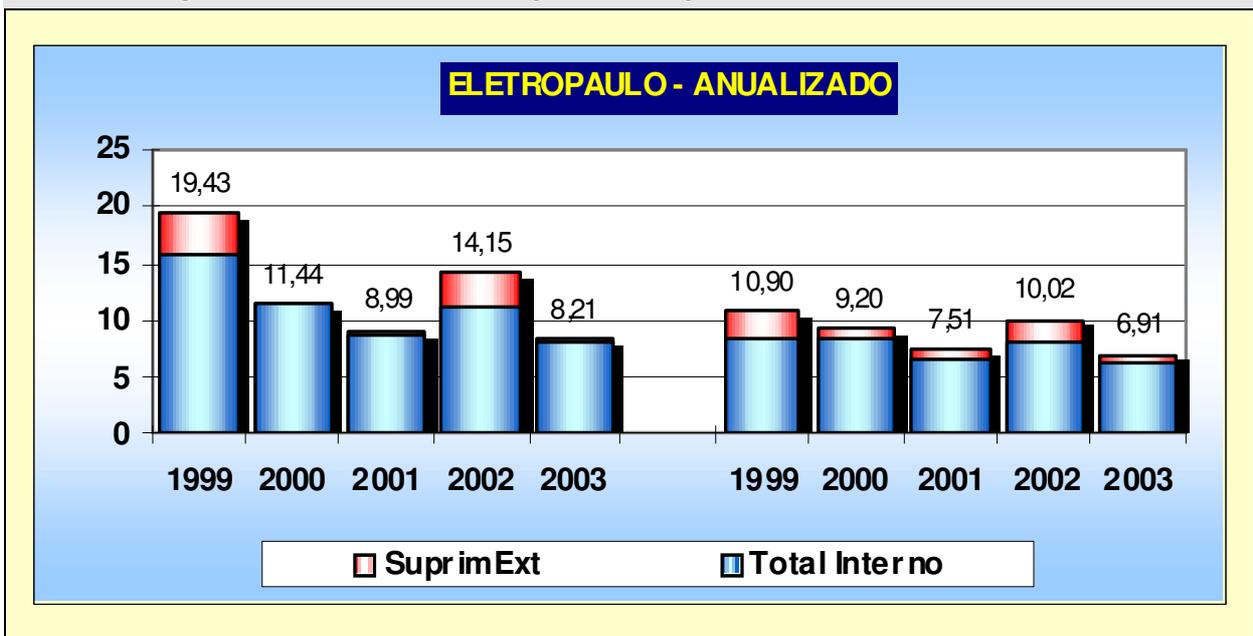


FIGURA 14

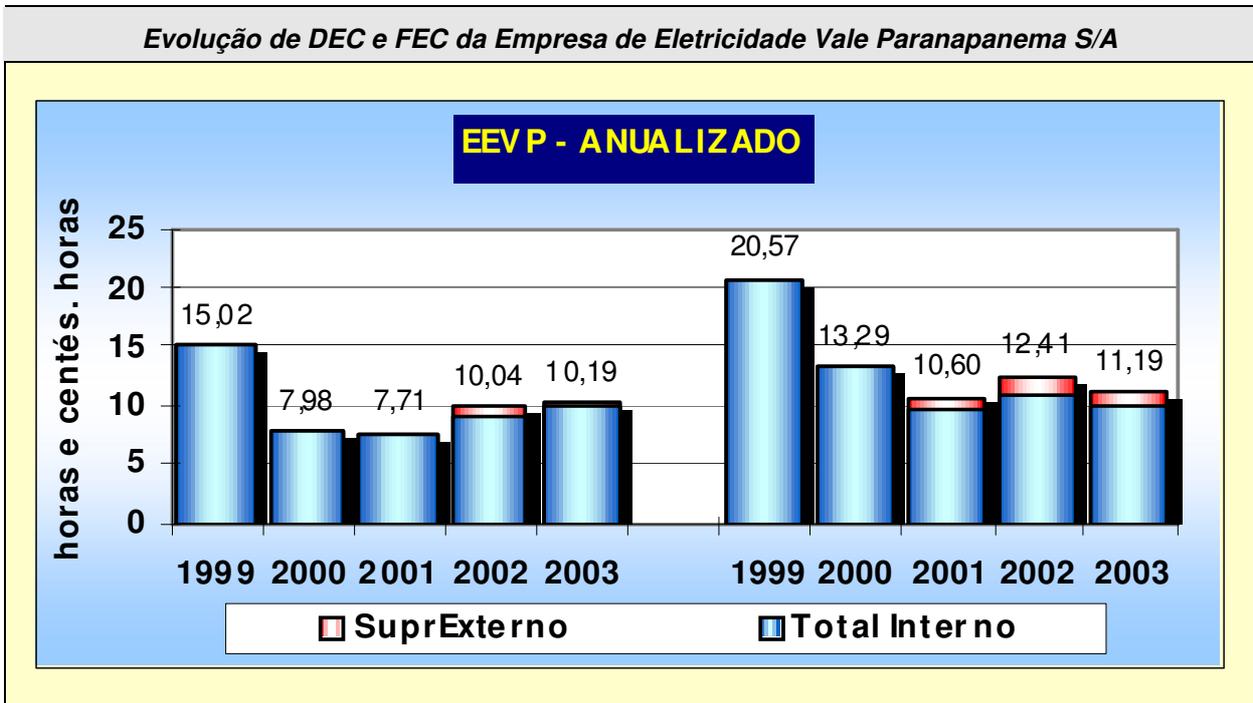
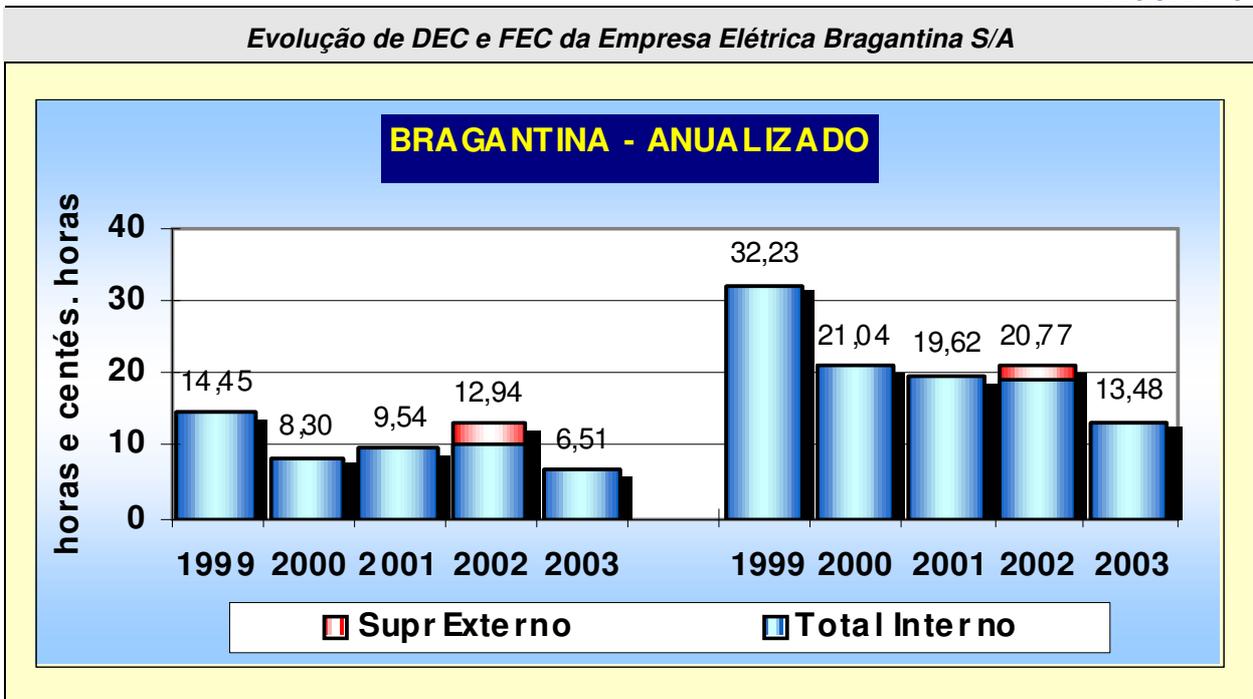


FIGURA 15



Outros indicadores controlados pela CSPE, referem-se a tempo de atendimento de serviço de emergência.

A figura 16 apresenta a evolução do indicador TMA que expressa o tempo médio de atendimento de serviço de emergência que visa monitorar a capacidade de mobilização da concessionária. Nas figuras 17 e 18 é apresentado o indicador T90%. Este indicador visa observar o tempo de atendimento máximo das 90% de ocorrências dispostas em ordem crescente dos correspondentes tempos de atendimento. Este indicador é apurado para as áreas urbana e rural, separadamente.

Estes indicadores não eram apurados anteriormente à assinatura dos contratos de concessão, no entanto, pelos resultados obtidos, comprovam que as concessionárias têm se empenhando na redução desses tempos de atendimento.

FIGURA 16

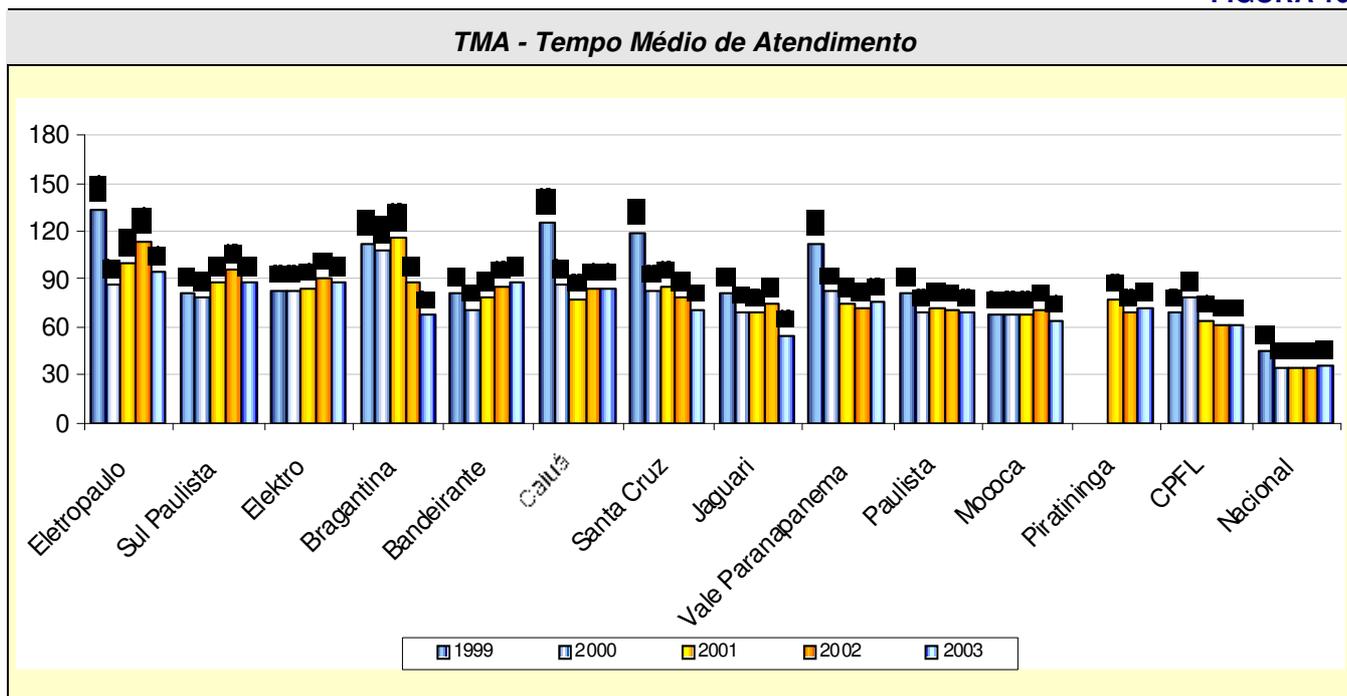


FIGURA 17

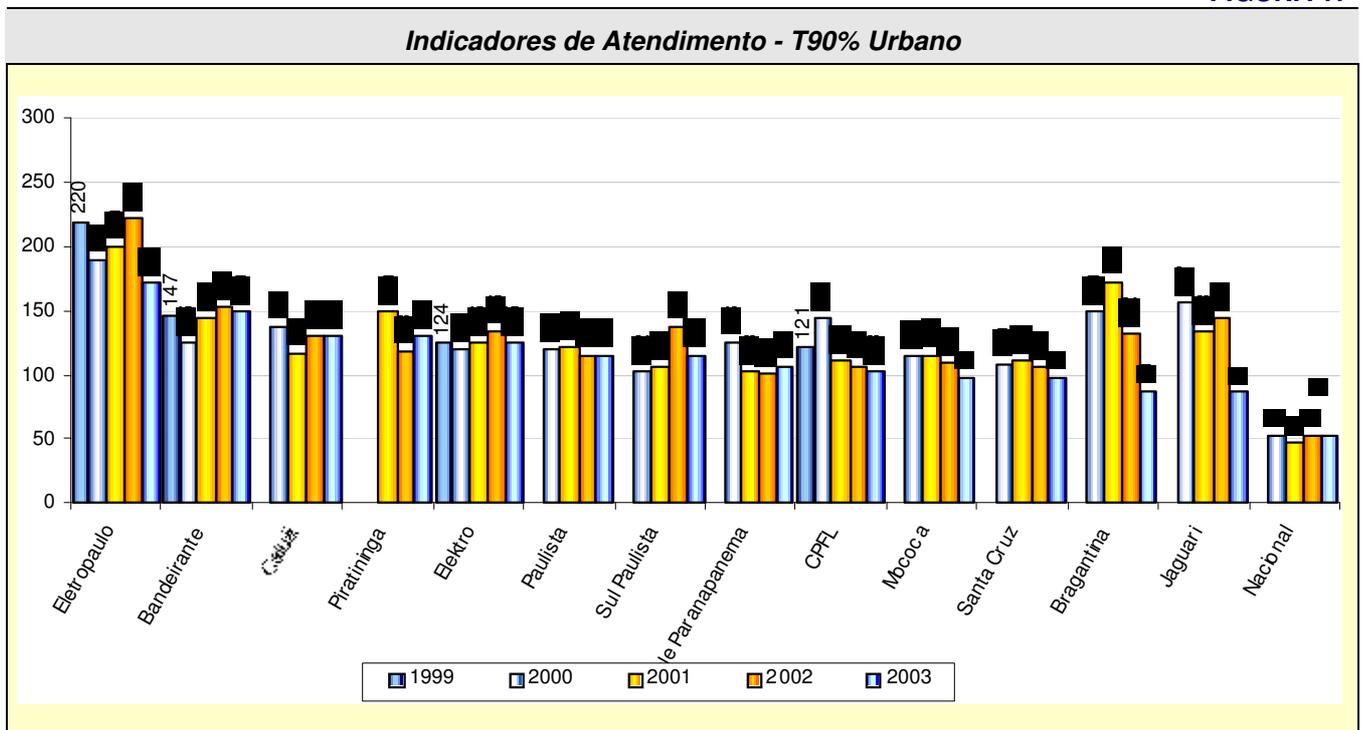
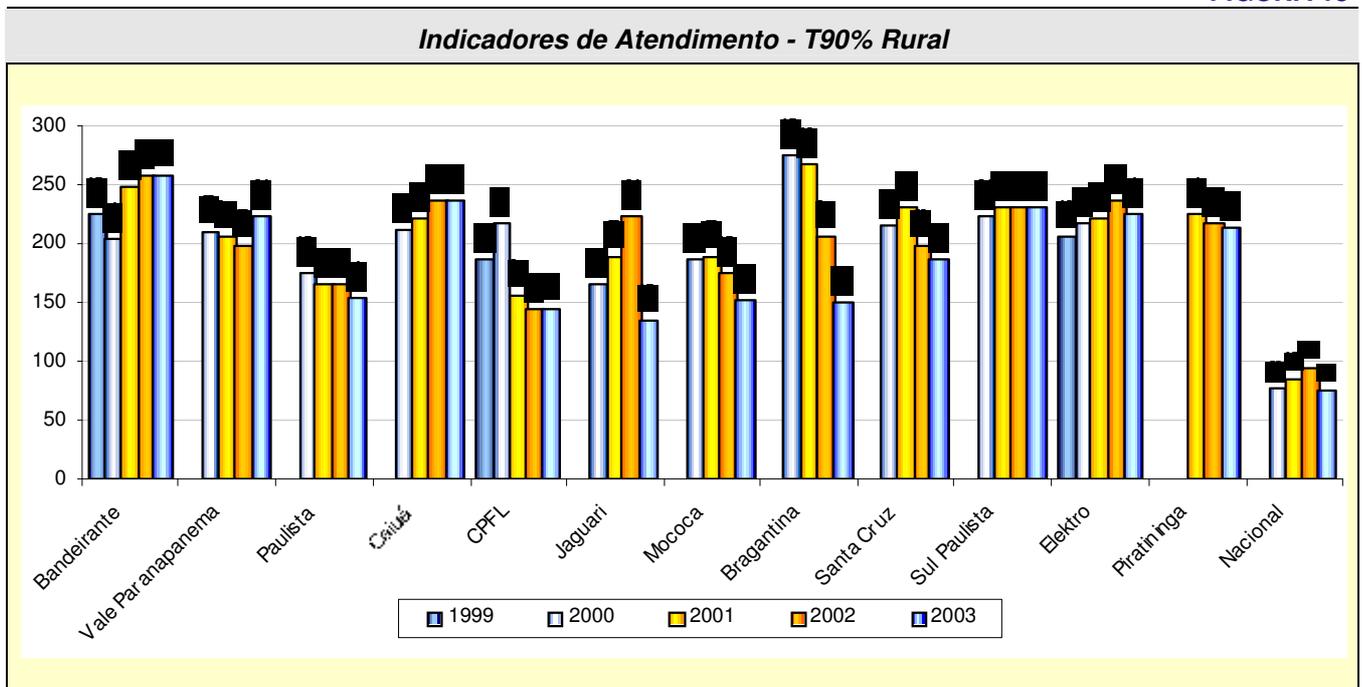


FIGURA 18



Em 2003 foram notificadas as concessionárias que apresentaram transgressões aos padrões nos indicadores apurados em 2002, conforme previstos na Resolução ANEEL nº 318 de 06/10/1998, resultando na emissão de Termos de Notificações (TN's) para 13 (treze) concessionárias.

A ANEEL estabeleceu, em 2003, nova metodologia objetivando a uniformização do procedimento para aplicação de penalidade por violação dos indicadores de continuidade DEC e FEC, dos conjuntos de unidades consumidoras.

Considerando que a CSPE vinha adotando a metodologia estabelecida nos contratos de concessão, houve a necessidade, em 2003, da transição para os novos critérios, envolvendo todas as concessionárias do Estado de São Paulo.

Além dos indicadores de qualidade e prazos no atendimento comercial, a CSPE acompanha também, outras obrigações estabelecidas nos contratos de concessão das concessionárias paulistas, dentre as quais destacam-se:

- ✓ Plano e resultados das inspeções e aferição de equipamentos de medição instalados nas unidades consumidoras;
- ✓ Resultados de pesquisa de satisfação efetuada com os consumidores;
- ✓ Relatórios de acidentes envolvendo empregados, contratados e terceiros;
- ✓ Relatório sobre programas/atendimentos sociais;
- ✓ Relatório sobre o mercado e faturamento;
- ✓ Relatório contendo a relação dos consumidores atendidos em alta tensão;
- ✓ Relatório contendo planejamento de obras e investimento em alta tensão.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - PEE

As empresas de distribuição de energia elétrica cumprem compromissos assumidos nos Contratos de Concessão devendo aplicar uma parcela da Receita Operacional Líquida – ROL em projetos de Eficiência Energética. A Lei nº 9991 de 24/07/2000 determinou a aplicação anual de, no mínimo, 0,5% do ROL até 2005. A partir de 2006 o montante mínimo cai para 0,25% do ROL.

A ANEEL regulamentou a aplicação dos recursos em eficiência energética para o ciclo 2002/2003 através da Resolução ANEEL nº 492 de 03/09/2002. De acordo com esta resolução, as concessionárias devem realizar uma Audiência Pública, tendo por objetivo a apresentação do referido Programa aos consumidores e à sociedade, antes do encaminhamento à ANEEL. A relação dos projetos enquadráveis, os critérios de aprovação, o detalhamento dos projetos e a forma de apresentação são descritos no Manual do Programa de Eficiência Energética – PEE. Os programas submetidos à ANEEL são aprovados através de Despachos da Superintendência de Regulação da Comercialização da Eletricidade – SRC/ANEEL. Os tipos de projetos enquadráveis são: Comércio e Serviços, Educação, Gestão Energética Municipal, Iluminação Pública, Industrial, Poderes Públicos, Serviços Públicos, Residencial, Aquecimento Solar para Substituição do Chuveiro Elétrico e Rural. A relação dos Programas (PEE) aprovados pela ANEEL em 2003 para o ciclo 2002/2003, consta na Figura 1.

Empresa	Investimento
Bandeirante	8.156.805,53
Caiuá	808.540,84
CNEE	314.458,40
CPEE	194.500,00
CPFL	17.210.932,00
EEB	412.150,60
EEVP	578.587,00
Elektro	8.542.834,97
Eletropaulo	31.061.970,00
Piratininga	7.570.713,83
Total	74.851.493,17

As principais atividades exercidas pela CSPE foram de acompanhamento, controle e fiscalização dos projetos que fazem parte do PACDEE (referem-se ao ciclo 2001/2002) das catorze (14) concessionárias distribuidoras de energia elétrica no Estado de São Paulo.

TERMOS DE NOTIFICAÇÃO REFERENTES À FISCALIZAÇÃO DO PACDEE EMITIDOS NO ANO DE 2002

No ano de 2003, como resultado das ações de fiscalização em eficiência energética, foram emitidos 3 Termos de Notificação, referentes a 32 não-conformidades e 32 determinações. Em decorrência dos processos de notificação em andamento no ano de 2002, foram abertos dois processos administrativos punitivos.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

As empresas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica do Estado de São Paulo, cumprem compromissos assumidos nos Contratos de Concessão devendo aplicar, anualmente, investimento em P&D. A tabela abaixo apresenta os percentuais mínimos para aplicação em P&D, em função da Receita Operacional Líquida - ROL, conforme dispostos na Lei no 9.991/2000.

INVESTIMENTOS EM P&D E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA PERCENTUAIS MÍNIMOS					
Empresa	Fase de Transição			Fase Final	
	P&D (%ROL)	Eficiência (%ROL)	Prazo de validade	P&D (%ROL)	Eficiência (%ROL)
Geração	*0,25 1,00	-	Até 31/12/2005	1,00	-
Transmissão	-	-	-	1,00	-
Distribuição	0,50	0,50	Até 31/12/2005	0,75	0,25

Fonte: Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

* Percentual válido para as empresas Tractebel Energia, AES Tietê e Duke Energy Internacional.

A Lei 9991/2000 estabelece, também, regras para o destino dos recursos para P&D, sendo que uma das parcelas deve ser aplicada segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

As atividades realizadas pela CSPE, no ano de 2003, englobaram o acompanhamento e fiscalização nos cumprimentos das metas físicas e financeiras dos projetos que compõem os Programas de P&D. Também, no ano 2003, a CSPE participou junto com a ANEEL na elaboração do novo "Manual dos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor Elétrico Brasileiro".

A CSPE, através das atividades delegadas para P&D pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, desempenha no Estado de São Paulo o exercício das atividades de acompanhamento e fiscalização dos Programas de P&D das 14 empresas de distribuição.

ACOMPANHAMENTO DOS PROGRAMAS DE P&D

Os acompanhamentos das execuções dos Programas são realizados por avaliações dos resultados de cada projeto, através dos Relatórios de Acompanhamento de Execução, encaminhados pelas empresas a cada quadrimestre, e pelas análises dos Relatórios Finais, objetivando uma avaliação individual quantitativa, que compreende a checagem da evolução do cronograma executivo, resultados alcançados e investimentos realizados. Engloba, também, atividades de regularização quando dos eventuais ajustes solicitados pelas empresas, decorrentes de dificuldades na execução das etapas do projeto.

FISCALIZAÇÃO DOS PROGRAMAS DE P&D

A fiscalização consiste de ações de controle durante todo o desenvolvimento do Programa de P&D e de atividades de auditoria, em campo ou na CSPE, quais sejam:

- Avaliação técnica dos projetos:
 - ✓ Avaliação quantitativa: realizada através da análise dos formulários de acompanhamento, emitidos quadrimestralmente pela concessionária, bem como dos relatórios finais;
 - ✓ Avaliação qualitativa: realizada em campo, enfocando a verificação da metodologia empregada, equipe do projeto e principalmente a forma e conteúdo dos resultados atingidos.
- Implementação dos investimentos em P&D: realizada através da contabilização dos gastos previstos e realizados, em conformidade com as etapas aprovadas nos Programas Anuais das empresas de energia elétrica

No ano de 2003 foram realizadas 15 fiscalizações referentes aos Programas Anuais de P&D, sendo emitidos 15 Termos de Notificação que originaram 9 não conformidades, 9 determinações e 4 Autos de Infração.

PROGRAMAS ANUAIS DE P&D

A CSPE já finalizou os processos de acompanhamento e fiscalização dos Programas Anuais de P&D dos Ciclos 1998/1999, 1999/2000 e 2000/2001, os quais foram implementados de acordo com o disposto em cláusulas específicas dos Contratos de Concessão, verificando o cumprimento das metas físicas e aplicação de recursos. Os recursos a menor foram aplicados nos ciclos seguintes. Os quadros a seguir apresentam os resultados da totalização dos gastos previstos e realizados e o cronograma físico de execução dos Programas de P&D destes ciclos.

Quadro - 1

Investimentos - Ciclo 1998/1999				
CONCESSIONÁRIA	CONFORME PROGRAMA		Valores em R\$	Nº
	PREVISTO	DIFERENÇA	DIFERENÇA	PROJETOS
Bandeirante	1.869.862,00	50.386,33	50.386,33	6
CPFL	1.800.800,00	-379,72	-379,72	8
Elektro	905.707,00	-17.092,09	-17.092,09	4
Eletropaulo	3.672.420,00	250.307,75	250.307,75	8
TOTAL	8.248.789,00	283.222,27	283.222,27	26

Quadro - 2

CRONOGRAMAS FÍSICOS DE EXECUÇÃO - CICLO 1998/1999																							
Empresa	1999												2000										
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Eletropaulo	ELPA Programa Ciclo 98/99												Prorrogção										
CPFL	CPFL Programa Ciclo 98/99												Prorrogção										
Elektro	Antecipação			ELEKTRO Programa Ciclo 98/99									Prorrogção										
Bandeirante	BAND Programa Ciclo 98/99																						

 Ano Exercício
  Antecipação
  Prorrogção

Quadro - 5

INVESTIMENTOS - CICLO 2000/2001				
Concessionária	Previsto	Realizado	Diferença	Nº Projetos
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	11.466.629,50			13
Cia. Paulista de Força e Luz	5.409.137,60	5.465.040,43	55.902,83	19
Elektro Eletricidade e Serviços	3.204.729,88	2.905.411,68	-299.318,20	9
Bandeirante Energia S.A.	2.568.721,00	2.580.735,50	12.014,50	7
Cia. Piratininga de Força e Luz	2.528.970,00	2.537.288,00	8.318,00	6
Cia. Luz e Força Santa Cruz	219.093,98	225.158,51	6.064,53	1
Caiuá Serviços de Eletricidade S.A.	254.000,00	269.678,14	15.678,14	1
Empresa Elétrica Bragantina	168.938,00	204.147,96	35.209,96	2
Cia. Nacional de Energia Elétrica	127.000,00	137.716,55	10.716,55	1
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.	212.370,00	224.583,71	12.213,71	2
Cia. Paulista de Energia Elétrica	76.175,46	72.797,11	-3.378,35	2
Cia. Sul Paulista de Energia	100.268,62	95.809,81	-4.458,81	
Cia. Jaguari de Energia	95.753,19	91.491,86	-4.261,33	
Cia. Luz e Força de Mococa	53.121,73	50.762,28	-2.359,45	
TOTAL	26.484.908,96			63

Quadro - 6

		2 0 0 1												2 0 0 2											
Empresa		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Distribuição	Eletropaulo																								
	CPFL																								
	Elektro																								
	Bandeirante																								
	Piratininga																								
	CLFSC																								
	CAIUA																								
	EEB																								
	CNEE																								
	EEVP																								
	CPEE + CSPE CJE + CLFM																								

 Ano Exercício
  Antecipação
  Prorrogação

Os Programas Anuais de P&D do Ciclo 2001/2002 já foram finalizados para a maioria das concessionárias. Estes programas são compostos de 77 projetos e investimentos da ordem de R\$ 33 milhões.

Os Programas Anuais de P&D do Ciclo 2002/2003 foram iniciados entre agosto/03 e janeiro/04, com 91 projetos e investimentos da ordem de R\$ 36 milhões.

AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE P&D

Os Programas de P&D visam garantir um fluxo constante de recursos para um crescimento endógeno quanto à capacitação e inovação tecnológica do setor elétrico brasileiro. Em geral, os programas de P&D inclinam-se para questões de índole essencialmente técnica, negligenciando, no momento, os aspectos relativos à gestão corporativa, inibindo desta maneira a capacidade de internalizar os benefícios da pesquisa e desenvolvimento. Os investimentos aplicados em P&D, pelas empresas, deverão ter um retorno no mínimo de um para um, visando, em última instância, que o consumidor final é quem deve ser o maior beneficiado.

O papel dos órgãos reguladores e fiscalizadores é de fundamental importância para estes Programas de P&D no sentido de promover e produzir, através desta nova modalidade de investimentos, uma substancial economia e benefícios sociais para a sociedade, bem como alcançar as metas de maior produtividade e com a criação de conhecimentos que podem ser aplicados em processos, produtos e serviços no setor elétrico brasileiro.

Alguns exemplos de projetos com boas perspectivas de implantação em curto prazo nas empresas são apresentados a seguir:

- Softwares:
 - ✓ SGT – Sistema de Gerenciamento de Transformadores: oferece recursos para pesquisar as condições de carregamento e a perda de vida anual percentual dos transformadores estratificados por localidades e pela potência instalada (Bandeirante Energia e Piratininga);
 - ✓ Hydromax e Hydrodata: gerenciador de estudos de otimização da operação energética de usinas hidrelétricas e banco de dados históricos de volume, vazões naturais, geração e investimentos (Geração Paranapanema);
 - ✓ Software Fluxo de Potência Ótimo - Versão *on-line*: desenvolvido para sistema de gerenciamento da operação (CPFL)

- Meio Ambiente:
 - ✓ Monitoramento, controle e manejo integrado de macrófitas (plantas aquáticas) nos reservatórios (Geração Tietê)
 - ✓ Restauração de áreas degradadas (Geração Paranapanema)

- Proteção de Sistemas Elétricos:
 - ✓ Descargas Atmosféricas: vários projetos abrangendo estudos de medição, mapas de incidência, densidade e intensidades das descargas estão sendo desenvolvidos visando otimização de atividades operacionais de manutenção e melhorias nos dispositivos de proteção (Elektro/CPFL/Eletropaulo)
 - ✓ Desenvolvimento de padrão de entrada de serviço de baixa tensão, com a incorporação de proteção contra surtos de tensão proveniente do sistema ou de descargas atmosféricas (Santa Cruz)
 - ✓ Desenvolvimento de equipamento automático para a proteção e monitoração da baixa tensão de transformadores de distribuição convencionais (Caiuá/Bragantina)
- Controle de Qualidade:
 - ✓ Mapeamento de fenômenos relativos à qualidade do produto no sistema elétrico (Eletropaulo/Grupo CMS Energy)
 - ✓ O impacto de dispositivos eletrônicos de potência na qualidade de energia elétrica (Elektro)
 - ✓ Desenvolvimento de Software para Melhoria de Desempenho de Redes de Distribuição (CNEE/EEVP)

COOPERATIVAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL

APOIO À REGULARIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL

As Cooperativas de Eletrificação Rural (CER) são agentes presentes no setor elétrico brasileiro desde a década de 40, contribuindo de modo significativo para a eletrificação e desenvolvimento rural.

Inicialmente formada por pioneiros que se reuniram para viabilizar a eletrificação de suas propriedades, com crescimento do mercado, causado pelo adensamento populacional e a rápida urbanização acabaram mudando o perfil de atuação da maioria dessas cooperativas, tornando-as possuidoras de características semelhantes às concessionárias. Ao mesmo tempo, começaram a surgir interferências mútuas entre redes de distribuição de cooperativas e concessionárias, ocasionando conflitos entre os diversos agentes.

A recente reestruturação do setor elétrico, em seu arcabouço legal, previu a necessidade de regulamentação dos serviços prestados pelas cooperativas visando adequá-las às novas orientações regulatórias e de direito da eletricidade.

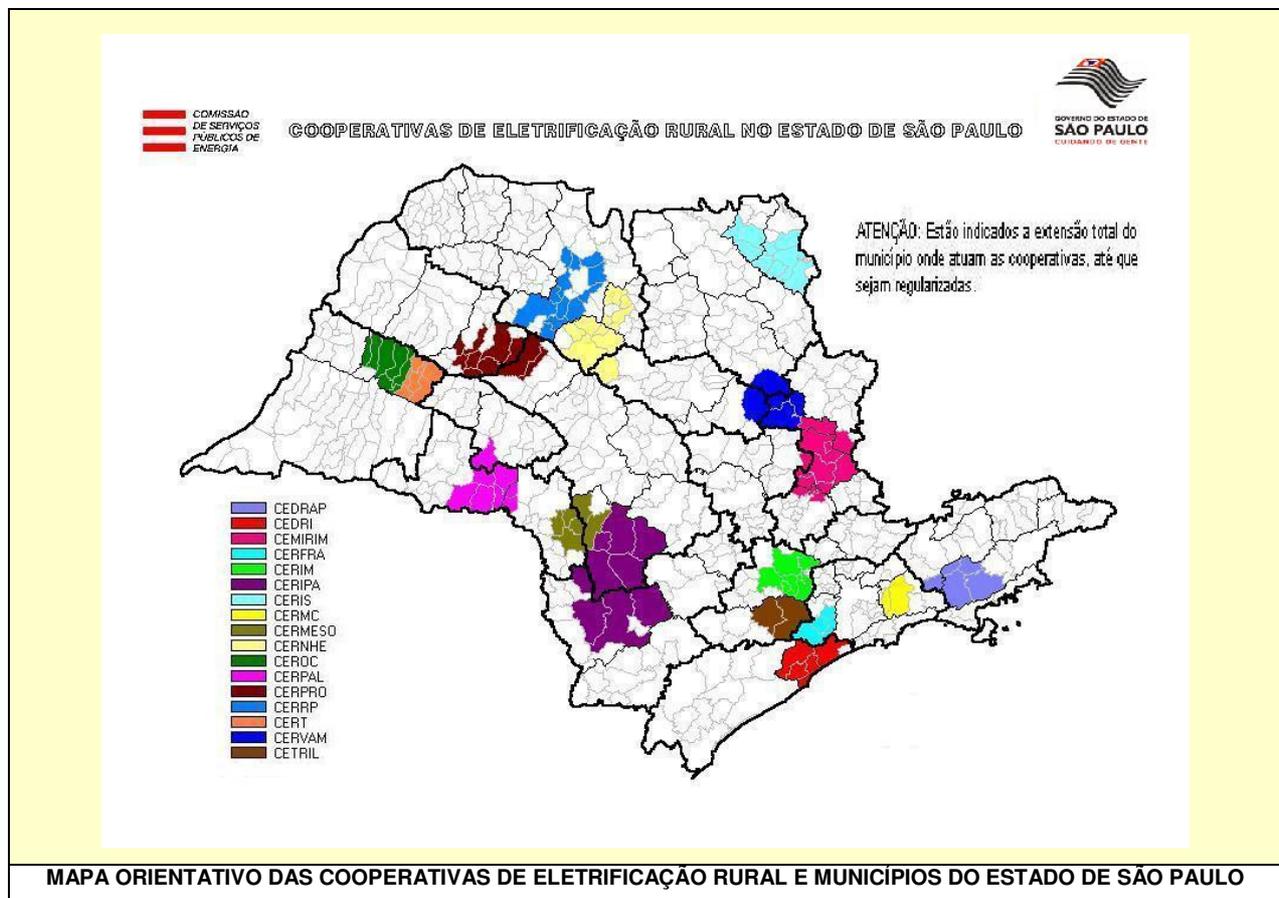
Em 1999, iniciou-se um processo, de âmbito nacional, de regularização das CERs. O ordenamento legal prevê a possibilidade de duas formas de enquadramento, onde o papel reservado pode ser: continuar, de certa forma, a serem consideradas como consumidoras de energia para uso privativo de suas associadas, enquadradas na modalidade de Autorizadas ou, para aquelas que atendem a público indistinto, atuar regularmente como prestadoras de serviço público de distribuição de energia, sob forma de Permissionárias.

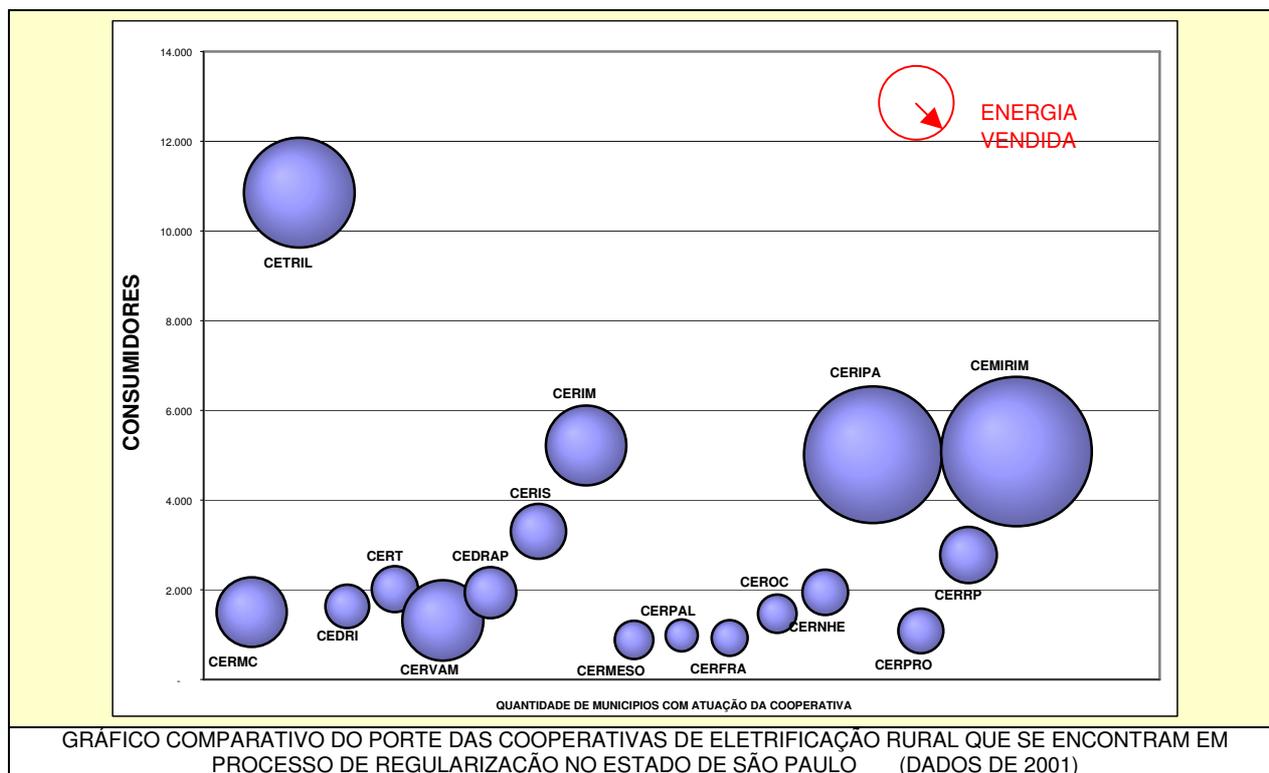
No Estado de São Paulo, a CSPE, dentro do convênio de cooperação com a ANEEL, está conduzindo o processo de regularização das 17 cooperativas atuantes no Estado, estando em fase final de instrução dos Processos Administrativos e emissão dos pareceres finais de enquadramento.

A regularização das cooperativas de eletrificação rural encontra amparo legal na Lei N^o 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no art. 23 da Lei N^o 9.074, de 7 de julho de 1995, nos incisos I, IV e V do art. 3^o da Lei N^o 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no art 3^o e os incisos IV e XV do art. 4^o, Anexo I, do Decreto N^o 2.335, de 6 de outubro de 1997 e nos arts. 2^o e 4^o da Resolução ANEEL no 12, de 11 de janeiro de 2002. Em 2003, o decreto N^o 4.855, de 9 de outubro de 2003, estabeleceu um prazo de 360 dias para a ANEEL proceder à avaliação econômico-financeira das cooperativas de eletrificação rural, bem como definir seus respectivos enquadramentos jurídicos, conforme estabelecido no art. 23 da Lei N^o 9.074.

Em São Paulo, as 17 Cooperativas atendem cerca de 50 mil consumidores (cooperados), em 128 municípios:

- 1) CEMIRIM - Cooperativa de Eletrificação e Desenvolv. da Reg. de Mogi Mirim;
- 2) CEDRAP - Coop. de Eletrif. Desenv. Rural do Alto Paraíba Ltda;
- 3) CERPRO - Coop. de Eletrif. Rural da Região de Promissão;
- 4) CETRIL - Cooperativa de Eletrificação e Telefonia Rurais de Ibiúna Ltda;
- 5) CERFRA - Cooperativa de Eletrificação e Desenv. da Região de Franca;
- 6) CERIPA - Coop. de Eletrif. Rural de Itaí-Paranapanema-Avaré;
- 7) CERIS - Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Itapeçerica Serra;
- 8) CERPAL - Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Palmital;
- 9) CEROC - Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Osvaldo Cruz;
- 10) CERNHE - Cooperativa de Energ. Desenv. Rural de Novo Horizonte Ltda.;
- 11) CERMC - Coop. de Eletrificação Rural de Mogi das Cruzes;
- 12) CERRP - Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de S J Rio Preto;
- 13) CERIM - Coop. Agr. Mista e de Elet Rural Itu-Mairinque;
- 14) CERVAM – Coop. de Energiz. e de Desenvolvimento Rural do Vale do Mogi;
- 14) CERMESO - Cooperativa de Eletrificação Rural da Média Sorocabana;
- 16) CEDRI – Coop. de Energiz. e Desenvolvimento Rural do Vale do Itariri;
- 17) CERT - Cooperativa De Eletrificação Rural da Região De Tupã.





Através de diligências e estudos técnicos e de mercado atendido, a CSPE certificou que, das 17 (dezesete) cooperativas do Estado de São Paulo, 13 (treze) cooperativas preenchem os requisitos para serem enquadradas como Permissionária de Serviço Público de Distribuição de Energia e as outras 4 (quatro) se enquadram na modalidade Autorizada.

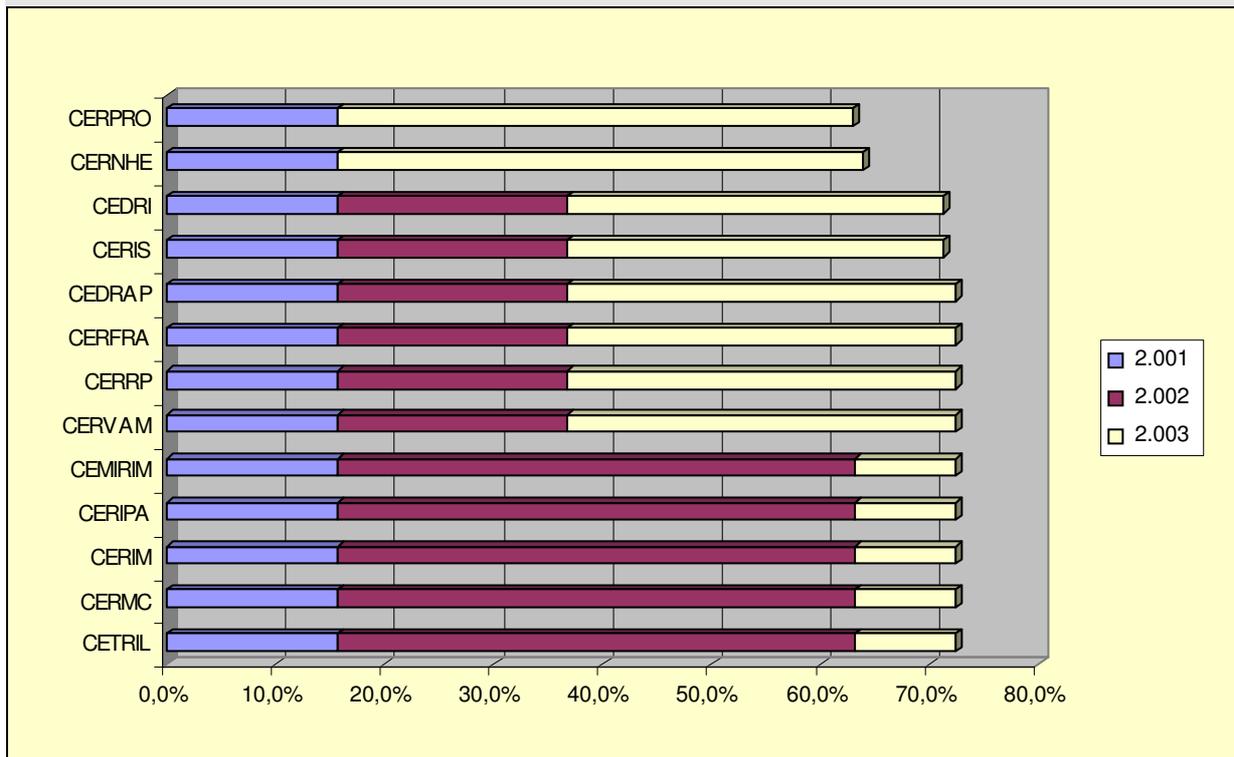
As atividades desenvolvidas durante o ano de 2003, referentes a regularização das cooperativas de eletrificação rural – CER, deram continuidade aos trabalhos desenvolvidos no ano de 2002, destacando-se:

- Conclusão das Diligências e Elaboração de Relatórios de Delimitação de Área de Atuação das Cooperativas;
- Reuniões de Mediação e Orientação Técnica às Cooperativas;
- Adequação dos Relatórios Técnicos à Resolução nº 12/2002 e das Minutas de Resolução, das Cooperativas: CERVAM, CERRP, CERFRA, CERIS, CERPRO, CERNHE e CEDRI;
- Elaboração de Minutas de Regularização e Contratos de Adesão das Cooperativas a serem regularizadas como Permissionárias;
- Estudo de Estruturas Tarifárias;
- Atendimento, Estudos, Mediações e Acompanhamentos originados por chamados realizados junto as Ouvidorias da ANEEL e da CSPE sobre Cooperativas;

✓ Publicação da Resolução ANEEL nº 197, de 15 de abril de 2003, regularizando a Cooperativa de Eletrificação Rural da Média Sorocabana – CERMESO, como Autorizada para exploração das instalações de energia elétrica para uso privativo de seus associados seguida de visita de inspeção e orientação.

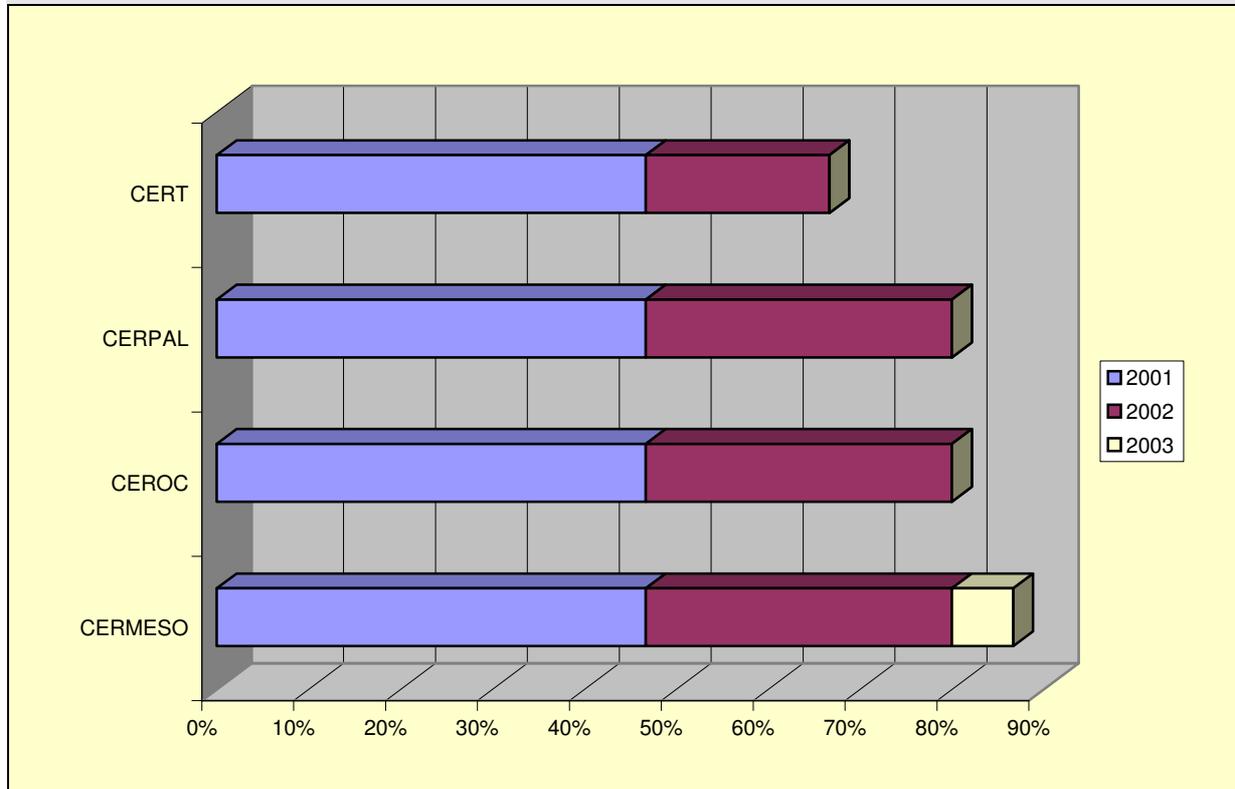
Os consideráveis avanços no processo podem ser constatados nos diagramas apresentados a seguir.

GRÁFICO DE AVANÇO DA REGULARIZAÇÃO DE COOPERATIVAS - PERMISSIONÁRIAS



N	COOPERATIVA	PERMISSIONÁRIAS											
		CERPRO	CERNHE	CEDRI	CERIS	CEDRAP	CERFRA	CERRP	CERVAM	CEMIRIM	CERIM	CERIPA	CERMC
1	INSTRUÇÃO DO PROCESSO	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
2	DILIGENCIAS AS COOPERATIVAS	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
3	MEDIAÇÃO E TERMOS DE ACORDO DE ÁREA ATUAÇÃO	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
4	DILIGÊNCIAS A CAMPO PARA DEFINIÇÃO AREA ATUAÇÃO	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
5	RELATÓRIO DE PARECER TÉCNICO	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
6	APOIO ANEEL AS RESOLUÇÕES	10%	20%	90%	90%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
7	MEDIAÇÃO DE TROCA DE ATIVOS	20%	20%	20%	20%	20%	20%	20%	20%	20%	20%	20%	20%
8	ESTUDOS DE PROPOSTAS TARIFÁRIAS	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%	70%
9	ESTUDOS DE INDICADORES DE QUALIDADE	15%	15%	15%	15%	15%	15%	15%	15%	15%	15%	15%	15%
10	ENQUADRAMENTO, INSTRUÇÃO E ACOMPANHAMENTO	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
11	FISCALIZAÇÃO INICIAL E ORIENTAÇÃO	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%

GRÁFICO DE AVANÇO DA REGULARIZAÇÃO DE COOPERATIVAS - AUTORIZADAS



		AUTORIZADAS			
		CERMESO	CEROC	CERPAL	CERT
N	ATIVIDADE				
1	INSTRUÇÃO DO PROCESSO	100%	100%	100%	100%
2	DILIGÊNCIAS AS COOPERATIVAS	100%	100%	100%	100%
3	ORIENTAÇÃO E ANÁLISE	100%	100%	100%	100%
4	TERMOS DE ACORDO COM CONCESSIONÁRIAS	100%	100%	100%	100%
5	RELATORIO DE PARECER TÉCNICO	100%	100%	100%	100%
6	APOIO ANEEL AS RESOLUÇÕES	100%	100%	100%	0%
7	INSTRUÇÃO DE INÍCIO DE ATIVIDADES	100%	0%	0%	0%
8	MEDIAÇÃO ENTRE AGENTES E ENQUADRAMENTO	0%	0%	0%	0%

Fatos relevantes obtidos em 2003:

1. Houveram investimentos realizados pelas Cooperativas no reforço de sua infraestrutura visando sua futura atuação como Agentes Regularizados, ou seja, melhoria da qualidade de prestação de Serviço Público. Entre eles destacamos: construção de Subestação de Alta-Tensão 138kV, investimentos em geração de energia, melhoria da manutenção de rede aumento e melhoria da frota de veículos da manutenção, melhoria de redes e aumento da capacidade de distribuição de Energia Elétrica aos consumidores;
2. Muitas cooperativas já iniciaram sua adequação às novas exigências que acompanham a regularização das Cooperativas. Cabe destaque a introdução de metodologia e sistemas para apuração de indicadores técnicos da qualidade do serviço – DEC / FEC, digitalização de informações e atualização de cadastro de consumidores, gerenciamento de redes por sistema de informação geográfico (GIS), utilização de sistema “call-center”, implantação de programas de qualidade e treinamento especializado de funcionários;
3. As cooperativas têm apresentado crescimento da quantidade de consumidores de forma gradual e estão atuantes em suas áreas atualmente atendidas, onde se tem observado melhorias técnicas significativas;

Esclarecemos que após a Regularização as Cooperativas estarão sujeitas a obrigações semelhantes às das concessionárias, podendo sofrer atuação fiscalizatória e punitiva.

FISCALIZAÇÃO DE PCH'S E PCT'S

Com relação às atividades de fiscalização no ano de 2003, tendo em vista as indefinições do setor elétrico nacional e o contingenciamento de recursos da ANEEL, as atividades programadas no início de 2003 sofreram cortes. Desta forma a meta física foi reduzida de 150 para 100 fiscalizações.

A ação fiscalizadora da CSPE referente às PCH's e PCT's resultou em 81 recomendações, 32 determinações e 14 Termos de Notificação.

PCH - PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA

Durante o ano de 2003 foram fiscalizadas 37 PCH's em operação, cuja maioria representava retorno de fiscalização para verificação do cumprimento das determinações e recomendações, conforme TN's (termos de Notificação) emitidos após a visita de fiscalização anterior.

PCT – USINA TERMELÉTRICA DE PEQUENO PORTE

Com relação às PCT's em operação, a CSPE realizou 32 visitas em campo. Deste montante a maioria representava retorno de visitas anteriores objetivando-se a verificação do cumprimento de recomendações e determinações. Verificou-se que as ações de auditorias passadas resultaram em melhorias físicas e operacionais das PCT's.

ACOMPANHAMENTO DE OBRAS DE GERAÇÃO E USINAS EMERGENCIAIS

No ano de 2003, a atividade de acompanhamento de obras de PCT's e PCH's em construção sofreu uma redução, ocasionada principalmente pela falta de investimentos em novas unidades de geração. Devido às incertezas do setor elétrico, muitos agentes que detinham a outorga para exploração de unidades de geração ou autorização para construção de novas unidades, resolveram paralisar ou aguardar um momento mais propício para realizar suas reformas e construção de novas Usinas.

Foram realizadas 31 visitas de acompanhamento de Obras entre Usinas em Construção e Emergenciais.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE GERAÇÃO E MEIO AMBIENTE

A CSPE participou, em 2003, de trabalhos desenvolvidos dentro do convênio estabelecido entre a Aneel e Secretaria Estadual de Meio Ambiente, e a Secretaria Estadual de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento visando:

- Elaboração de Resolução conjunta que disciplina procedimentos para o Licenciamento Ambiental Integrado às Outorgas de Recursos Hídricos;
- Elaboração de Resolução conjunta definindo critérios operacionais para o licenciamento de PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas) com trecho de rio curto-circuitado.

Participou ainda, a CSPE, de reuniões técnicas, audiências públicas no apoio à ANEEL, visando a renovação da Concessão para Geração de Energia Elétrica da UHE de Itupararanga, com potência Instalada de 55 MW, conforme solicitação da CBA - Companhia Brasileira de Alumínio.

ATIVIDADES DE APOIO À REGULAÇÃO

A CSPE, devido à experiência acumulada em função do controle e análise dos indicadores previstos nos Anexos de Qualidade dos Contratos de Concessão das Distribuidoras do Estado de São Paulo, tem participado de inúmeras atividades relacionadas com a questão de regulação, com destaque a estudos de conformidade dos níveis de tensão e cálculo de perdas técnicas.

GÁS CANALIZADO – ATIVIDADES E REALIZAÇÕES

O Estado de São Paulo está dividido em três áreas de concessão para prestação de serviços públicos de distribuição de gás canalizado, conforme seguem:

Área Sul: integrada pelas atuais regiões administrativas de Sorocaba e Registro, compreendendo 93 municípios. Concessionária: Gás Natural São Paulo Sul S/A, que deu início à distribuição de gás natural no dia 7 de fevereiro de 2002.

Área Leste: integrada pelas atuais regiões administrativas da Grande São Paulo, São José dos Campos, Santos e Campinas, compreendendo 177 municípios. Concessionária: Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS.

Área Noroeste: integrada pelas atuais regiões administrativas de Ribeirão Preto, Bauru, São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente, Marília, Central, Barretos e Franca, compreendendo atualmente 375 municípios. Concessionária: Gás Brasileiro Distribuidora Ltda., que deu início à distribuição de gás natural no dia 06 de janeiro de 2003.

Este relatório aborda as principais atividades realizadas, no ano de 2003, pela Comissão de Serviços Públicos de Energia, referentes ao controle, à regulação e à fiscalização dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado do Estado de São Paulo.

Além das atividades supracitadas, cabe salientar a existência de outras, que embora não estejam destacadas neste relatório, também são executadas pela CSPE, tais como: mediações, atendimento de ouvidoria, informações a órgãos de governo (Federal, Estaduais e Municipais) e a entidades universitárias.

Para apresentar a síntese das atividades realizadas pela CSPE, este bloco foi dividido em módulos: regulação; fiscalização econômica, financeira e contábil; fiscalização da prestação dos serviços de distribuição; e fiscalização de metas e de planos quinquenais de investimentos.

REGULAÇÃO

Em 2003 foram publicados 55 regulamentos, relacionados com os serviços públicos de distribuição de gás canalizado, conforme seguem:

Dispositivo	Quantidade	Objeto
Portarias	01	Revisão do Plano de Contas do Serviço Público de Distribuição de Gás Canalizado.
	01	Critérios de Monitoração das Características Físico - Químicas (CFQ) do gás.
	01	Aprovação do modelo do Contrato de Adesão (unidades usuárias com volume mensal inferior a 50.000 m ³).
	03	Atualização dos níveis das tarifas tetos (COMGÁS, Gás Natural São Paulo Sul e Gás Brasileiro Distribuidora)
	03	Reajuste dos valores das Margens de Distribuição e repasse das variações dos preços do Gás e do Transporte às tarifas tetos (COMGÁS, Gás Natural São Paulo Sul e Gás Brasileiro Distribuidora)
	02	Processo de Revisão Tarifária das concessionárias de distribuição de gás canalizado no Estado de São Paulo.
	01	Valor do Custo Médio Ponderado do Capital a ser aplicado na Revisão Tarifária da COMGÁS.
	01	Metodologia de cálculo para o estabelecimento da nova estrutura tarifária a ser aplicada a partir da 1ª Revisão Tarifária.
	32	Homologação de contratos de fornecimento (COMGAS, Gás Natural e Gás Brasileiro Distribuidora)
	05	Cálculo, cobrança e recolhimento da Taxa de Fiscalização dos Serviços de Gás Canalizado (TFSGC)
Decretos	02	Declaração de utilidade pública de faixas de passagem de dutos de gás natural.
	01	Declaração de utilidade pública de áreas necessárias para o remanejamento de Sistema de Distribuição de Gás.
Consultas Públicas	01	Metodologia do processo de Revisão Tarifária das concessionárias de gás canalizado.
Audiências Públicas	01	Metodologia do processo de Revisão Tarifária das concessionárias de gás canalizado.

É também competência da CSPE, no âmbito do Estado de São Paulo, promover a indústria de gás, bem como a permanente divulgação e controle do cumprimento dos direitos e obrigações dos usuários e dos agentes dos serviços de distribuição de gás canalizado.

FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA, FINANCEIRA E CONTÁBIL

A Fiscalização Econômica, Financeira e Contábil consiste em verificar o cumprimento da legislação societária e da específica do setor de gás canalizado, em especial no que preceitua o Plano de Contas do Serviço Público de Distribuição de Gás Canalizado. Também compreende a observância ao que determina a legislação de concessão de serviços públicos, os respectivos contratos de concessão e portarias da Comissão de Serviços Públicos de Energia.

No biênio 2002/03, foi realizada a primeira fiscalização na Comgás. A CSPE e o parceiro contratado desenvolveram os procedimentos para a verificação do efetivo cumprimento da legislação vigente, da adequação dos registros contábeis, da avaliação da gestão e desempenho econômico-financeiro da concessionária e análise dos assuntos identificados durante o monitoramento.

Esta fiscalização resultou em 14 Não Conformidades, 13 Determinações e 01 Recomendação.

Durante 2003 foram editadas 06 Portarias de Tarifas de Distribuição de Gás Canalizado, sendo 03 de reajuste da margem (Comgás / Gás Brasileiro / Gás Natural SPS) e 03 de atualização do preço do gás, neste caso, 02 para a Comgás e 01 para Gás Natural SPS.

Ainda no ano de 2003, a CSPE procedeu à revisão do Plano de Contas, objetivando dar condições para que a escrituração das concessionárias seja compatível com os critérios estabelecidos na Revisão Tarifária. Aproveitou-se a oportunidade para incluir no Plano de Contas as atualizações das normas emitidas pela CVM e IBRACON.

REVISÃO TARIFÁRIA DAS CONCESSIONÁRIAS DE GÁS CANALIZADO

Atendendo ao disposto nos Contratos de Concessão para distribuição de gás canalizado no Estado de São Paulo, especificamente em relação à revisão das tarifas aplicáveis a partir do segundo ciclo, no início do ano de 2003 procedeu-se à licitação para a contratação de consultores especializados com experiência internacional, com a finalidade de subsidiar os trabalhos técnicos e econômico-financeiros da CSPE, dentro do processo de Revisão Tarifária.

Concluído o processo licitatório foram contratados, em abril de 2003, os serviços técnicos especializados de consultores com experiência no setor de energia e em revisões tarifárias implementadas em diversos países, objetivando desenvolver, em conjunto com a CSPE, a metodologia para a revisão das tarifas de gás canalizado.

Em agosto e setembro de 2003, por meio das Portarias CSPE nº 246 e 254, foi publicado o cronograma de eventos relativos à Revisão Tarifária, fixando as datas para a Consulta Pública e Audiência Pública referentes à proposta metodológica a ser

aplicada, bem como das demais etapas integrantes do processo. Nesta ocasião foi também apresentada a programação para o processo de Revisão Tarifária da concessionária Comgás.

O processo foi dividido em duas etapas distintas, assim denominado: Etapa A - definição da metodologia e Etapa B - implementação da metodologia.

A partir dos estudos conjuntos dos consultores contratados e da CSPE, sempre considerando as normas vigentes e após as análises das informações iniciais solicitadas às concessionárias, foi elaborada a proposta de metodologia utilizada no processo de Revisão Tarifária, apresentada para Consulta Pública em agosto de 2003, no endereço eletrônico da Comissão na internet e publicada no Diário Oficial do Estado.

Em setembro de 2003, foi realizada Audiência Pública referente à consulta disponibilizada, onde foram recebidas as contribuições dos agentes envolvidos no processo, entre os quais, representantes do Poder Legislativo e Executivo, Universidades, Associações de Classe, Consultorias Especializadas e Empresas do Setor de Gás Natural Canalizado.

Os estudos e as contribuições propostas sobre a metodologia, após análises e aprovação do Conselho Deliberativo da CSPE, resultaram na publicação em outubro de 2003, do Custo Médio Ponderado do Capital (WACC) para a Comgás, por meio da Portaria CSPE n.º 258 e da Metodologia Detalhada do processo de Revisão Tarifária conforme Portaria CSPE n.º 259.

Em continuidade ao processo, também em outubro de 2003, foram solicitadas informações adicionais, sendo apresentado pela Comgás em novembro de 2003, o Plano de Negócios para o segundo ciclo tarifário.

No ano de 2004 estão previstas as seguintes atividades:

- janeiro de 2004, serão apresentados, em consulta pública o Valor Inicial da Margem Máxima (Po) e o Fator X, propostos pela CSPE, bem como, a estrutura tarifária associada a esses valores, contemplando os custos alocados em cada segmento de usuários, proposta pela Comgás.
- fevereiro de 2004, está prevista a realização da primeira etapa da Audiência Pública para a apresentação das contribuições referentes ao processo de Consulta Pública dos valores e da estrutura tarifária propostos.

Na seqüência, a Comissão revisará os elementos propostos, resultando em nova Consulta Pública para apresentação do Valor Inicial da Margem Máxima, do Fator X e da Tabela Tarifária propostos pela CSPE e, posteriormente, realização da segunda fase da Audiência Pública.

Cumpridas todas as etapas, os resultados da Revisão Tarifária e a Tabela de Tarifas aprovada e fixada pela CSPE, serão publicados dando início ao segundo ciclo das tarifas de gás canalizado a serem praticadas pela Comgás.

Em 2004 está prevista, ainda, a Revisão Tarifária da Concessionária Gás Brasileiro, com a publicação, em dezembro, da Tabela de Tarifas fixada pela CSPE e o início da Revisão Tarifária da Concessionária Gás Natural SPS.

QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS CANALIZADO

As atividades da CSPE visam garantir a prestação adequada dos serviços de distribuição de gás canalizado no Estado de São Paulo. Para isto, no que tange às atividades de fiscalização, estas são realizadas de maneira rotineira, normalmente na própria sede da CSPE e, em campo, programadas ao longo do ano e, eventualmente, pontuais, visando verificar ou esclarecer ocorrências específicas ou procedimentos adotados pelas Concessionárias na apuração de indicadores de qualidade e na elaboração de relatórios encaminhados a CSPE, sempre em conformidade com prazos e demais disposições estabelecidos nos Contratos de Concessão e nos demais instrumentos regulatórios emitidos pela CSPE.

No âmbito da regulação, foi definido Projeto de Qualidade para as três Concessionárias. Neste caso, as fiscalizações são realizadas de modo a avaliar os resultados apurados, com relação aos indicadores de qualidade considerados nos respectivos Contratos de Concessão. Estas fiscalizações têm caráter permanente e rotineiro, por isso são as mais freqüentes. No ano de 2003, foi registrado, também, um importante número de fiscalizações de campo. Os resultados das fiscalizações realizadas ao longo de 2003 estão apresentados, detalhadamente, na seqüência deste tópico.

Com relação às fiscalizações de campo, cabe destacar, ainda, que estas foram realizadas nas três concessionárias, objetivando a verificação do real cumprimento das metas mínimas exigidas, da qualidade do atendimento comercial, da execução das obras programadas e de outras obrigações, nos termos do Contrato de Concessão e demais regulamentos da CSPE.

A Companhia de Gás de São Paulo - Comgás, a Gás Brasileiro Distribuidora S.A. e a Gas Natural São Paulo Sul S.A. foram fiscalizadas, também, quanto ao cumprimento de outras obrigações contidas nos Contratos de Concessão e regulamentos da CSPE, a saber: obrigações societárias, contábeis, relativas à relação contratual entre o controlador e empresas coligadas/filiadas, planos de operação e de manutenção, plano para atendimento de situações de emergência, acidentes, planos para desenvolvimento de mercado de gás canalizado, contratos de suprimento de gás, etc.

Ainda no que se refere à atividade de fiscalização, foram analisados contratos de fornecimento de gás com volumes iguais ou superiores a 500.000 m³/mês, celebrados entre as Concessionárias e seus Usuários, objetivando a homologação prevista nos respectivos Contratos de Concessão.

FISCALIZAÇÃO DE CAMPO

Durante o ano de 2003, foi realizado um total de 10 (dez) Fiscalizações de Campo, número este que é cinco vezes superior ao verificado no ano anterior. A tabela a seguir apresenta a relação completa das fiscalizações de campo realizadas em 2003:

Mês	Concessionária	Objeto da Fiscalização	Período
Novembro	COMGÁS	Cumprimento de Metas Mínimas Contratuais - ano 2001	05 a 12/11/2003
	COMGÁS	Cumprimento de Metas Mínimas Contratuais - ano 2002	13 a 21/11/2003
Dezembro	COMGÁS	Indicadores de Qualidade Comerciais Individuais	15 a 19/11/2003
		Condições Gerais de Fornecimento (Inciso III, Art. 85 da Portaria CSPE nº 160/2001)	
	GAS NATURAL	Cumprimento de Metas Mínimas Contratuais	02 a 04/12/2003
		Indicadores de Qualidade Comerciais Individuais	01 a 05/12/2003
		Acompanhamento de Obras	05/12/2003
	GÁS BRASILIANO	Cumprimento de Metas Mínimas Contratuais	15 e 16/12/2003
		Indicadores de Qualidade Comerciais Individuais	15 a 19/12/2003
		Acompanhamento de Obras	17/12/2003

INDICADORES DE QUALIDADE

As fiscalizações relativas aos indicadores de qualidade, por terem caráter permanente e rotineiro, ocorrem em maior número e freqüência do que as de campo. O objetivo central, neste caso, é o de verificar a evolução da qualidade dos serviços de distribuição de gás canalizado, por meio do monitoramento de indicadores.

De acordo com o que estabelece o Anexo II - Projeto de Qualidade, dos Contratos de Concessão, as Concessionárias devem encaminhar a CSPE, periodicamente, relatórios contendo os valores apurados para os diferentes indicadores de qualidade. Os referidos Contratos de Concessão prevêm o envio de um total anual de 78 relatórios de indicadores de qualidade, por Concessionária.

Neste sentido, os indicadores de qualidade dos serviços de distribuição de gás canalizado estão assim classificados:

✓ **Produto e Serviço:**

Deste grupo fazem parte os indicadores: Pressão, Poder Calorífico Superior (PCS), Características Físico-Químicas (CFQ) e Porcentagem de Perdas Totais de Gás (PPTG).

✓ **Segurança no Fornecimento:**

Deste grupo fazem parte os indicadores: Concentração de Odorante no Gás (COG), Índice de Vazamentos no Sistema de Distribuição de Gás (IVAZ), Tempo de Atendimento de Emergência (TAE), Freqüência Média de Atendimento de Emergência (FME).

✓ **Atendimento Comercial:**

Este grupo é subdividido em:

I - Indicadores Comerciais Individuais:

- Prazo máximo para atendimento a pedido de ligação;
- Prazo máximo para atendimento a pedido de religação, após encerramento do motivo causador da suspensão do fornecimento, inclusive inadimplência;
- Prazo máximo para religação de Usuário que tenha sofrido corte indevido no fornecimento de gás;
- Tempo máximo de interrupção do fornecimento de gás para realização de serviço de manutenção programada no sistema de distribuição;
- Prazo máximo para devolução, ao Usuário, de valores referentes a erros de faturamento;
- Prazo máximo para troca de medidores;
- Prazo máximo para execução de serviços de assistência técnica; e
- Prazo máximo para verificação de Pressão ou PCS no ponto de entrega.

II - Indicadores Coletivos:

- AVISO - Antecedência mínima para comunicação de interrupção programada de fornecimento de gás;
- FONE - Número médio de chamadas telefônicas atendidas no 1º toque;
- TER - Tempo médio de execução de ramal;
- TMEO - Tempo médio de elaboração de estudos e orçamentos de serviços na rede de distribuição; e
- TMCE - Tempo médio de construção de extensões de rede, sendo TMCE-1 (extensões de até 300 m de comprimento), TMCE-2 (extensões com comprimento de 301 a 1000 m) e TMCE-3 (extensões com comprimento superior a 1000 m).

Em outubro de 2003, com o objetivo de minimizar o volume de papel na elaboração de relatórios e de otimizar os tempos tradicionalmente dedicados às análises dos relatórios encaminhados pelas Concessionárias, um importante passo foi dado com relação às fiscalizações de indicadores de qualidade. Trata-se da utilização do Coletor de Dados, do Sistema de Qualidade do Gás Canalizado - SISQg, para envio, a CSPE, dos valores apurados para os diferentes indicadores de qualidade considerados nos Contratos de Concessão.

A implantação definitiva do referido Sistema de Qualidade do Gás Canalizado - SISQg e do seu Coletor de Dados, que foram integralmente desenvolvidos pelo Centro de Informática da CSPE, representa um importante avanço na fiscalização da qualidade dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado no Estado de São Paulo, cujos frutos começarão a ser aferidos no transcorrer de 2004.

INDICADORES DE QUALIDADE – RESULTADOS POR CONCESSIONÁRIAS

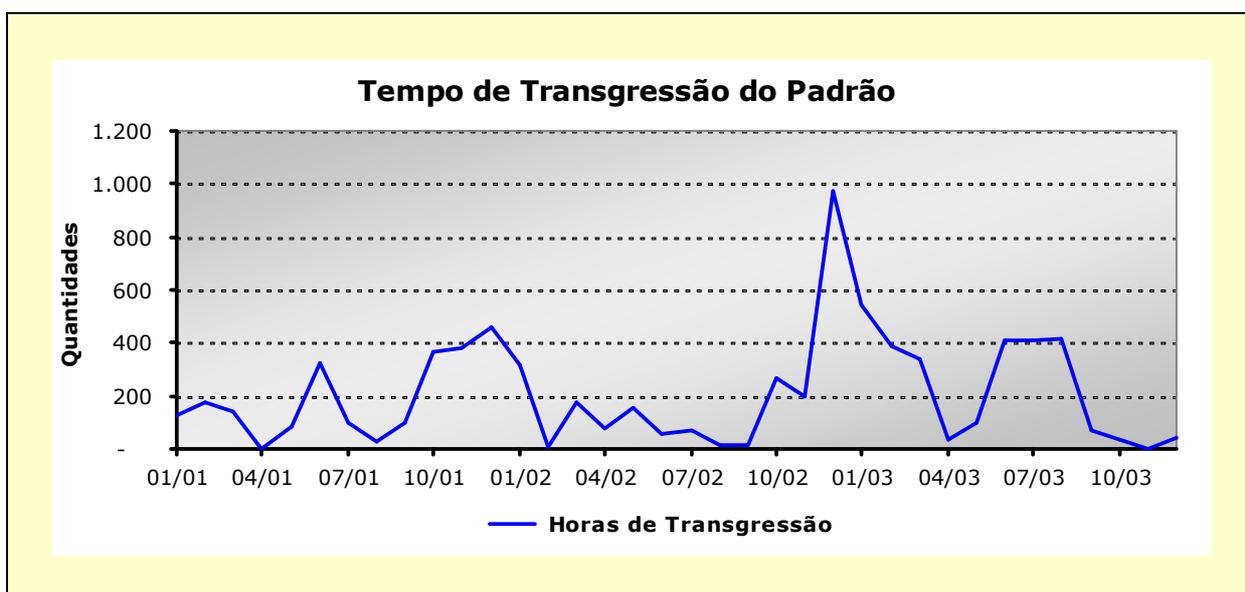
Os resultados das fiscalizações e monitoramento dos indicadores de qualidade, por grupo de indicadores, do período de 2001 a 2003, apresentaram a seguinte evolução:

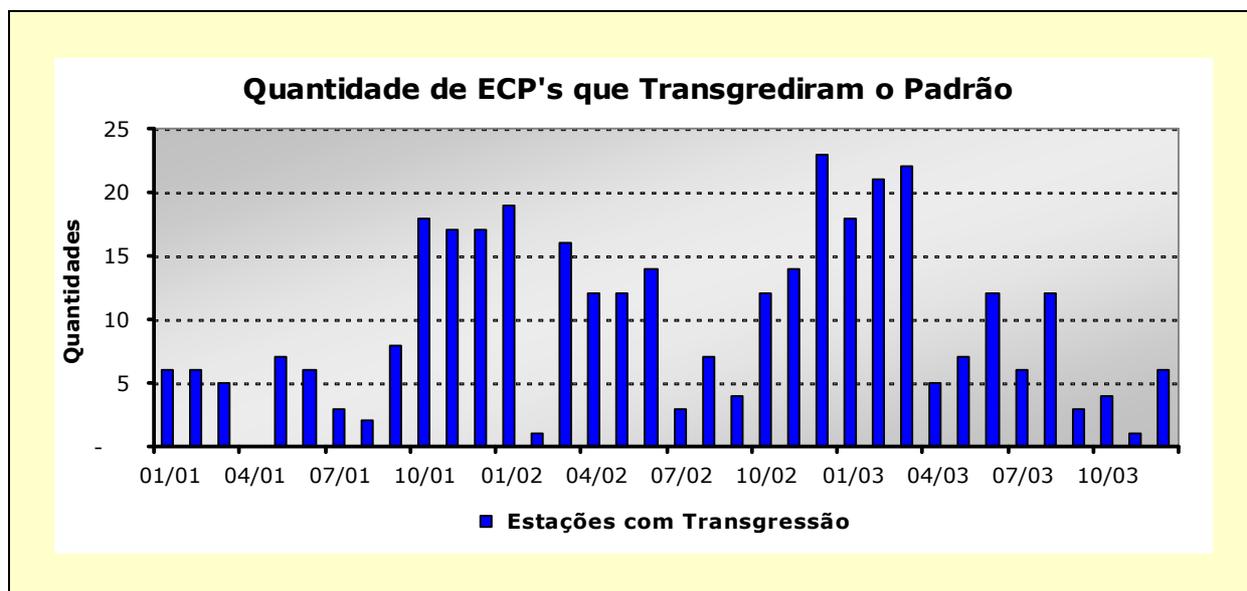
CONCESSIONÁRIA: COMPANHIA DE GÁS DE SÃO PAULO – COMGÁS

Produto e Serviço:

- Pressão:**

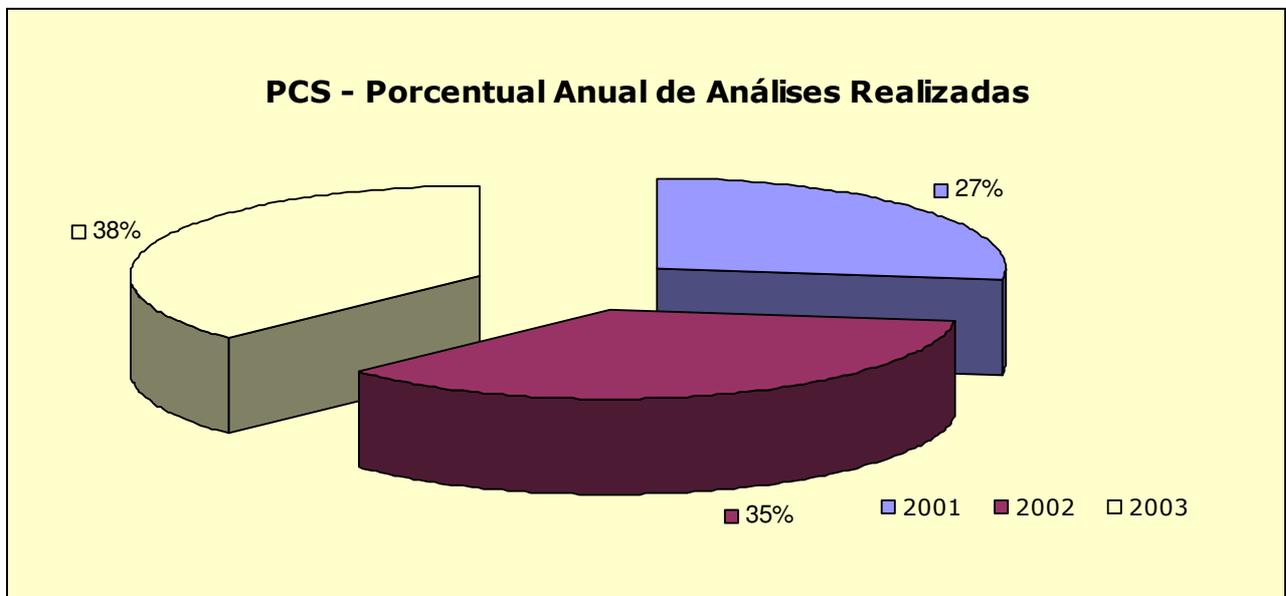
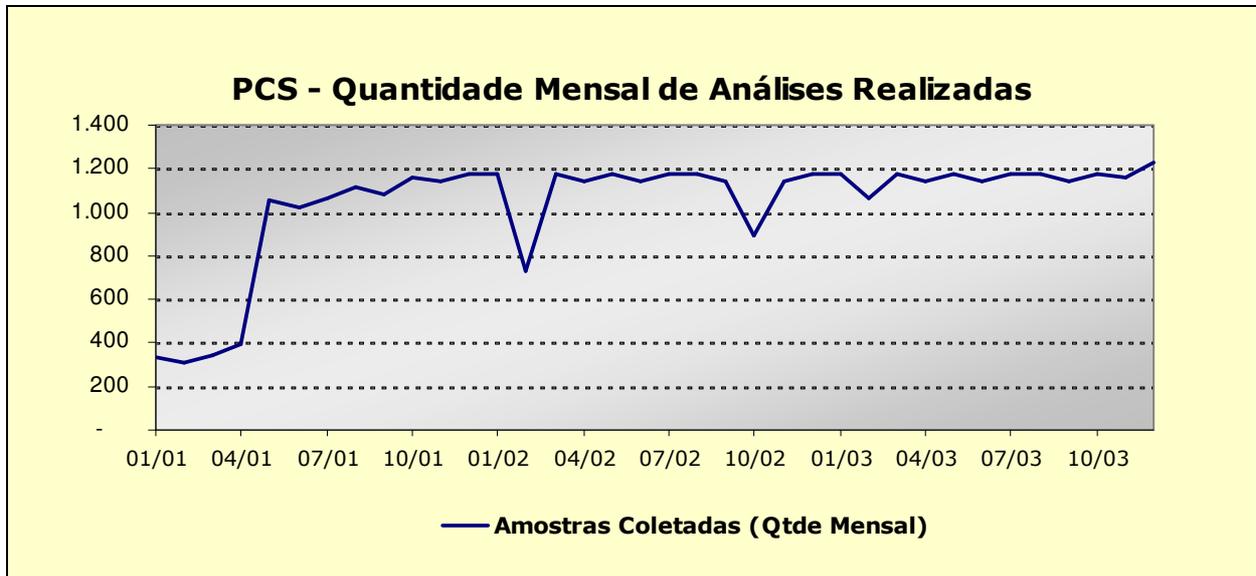
TRANSGRESSÕES DO PADRÃO DO INDICADOR PRESSÃO						
	2001		2002		2003	
MÊS	Estações com Transgressão	Horas de Transgressão	Estações com Transgressão	Horas de Transgressão	Estações com Transgressão	Horas de Transgressão
Janeiro	6	126	19	317	18	546
Fevereiro	6	173	1	9	21	387
Março	5	138	16	174	22	342
Abril	-	-	12	80	5	34
Mai	7	82	12	155	7	102
Junho	6	327	14	59	12	407
Julho	3	98	3	70	6	407
Agosto	2	26	7	15	12	418
Setembro	8	102	4	14	3	68
Outubro	18	367	12	267	4	32
Novembro	17	379	14	197	1	1
Dezembro	17	462	23	972	6	41
TOTAL	95	2.280	137	2.329	117	2.785





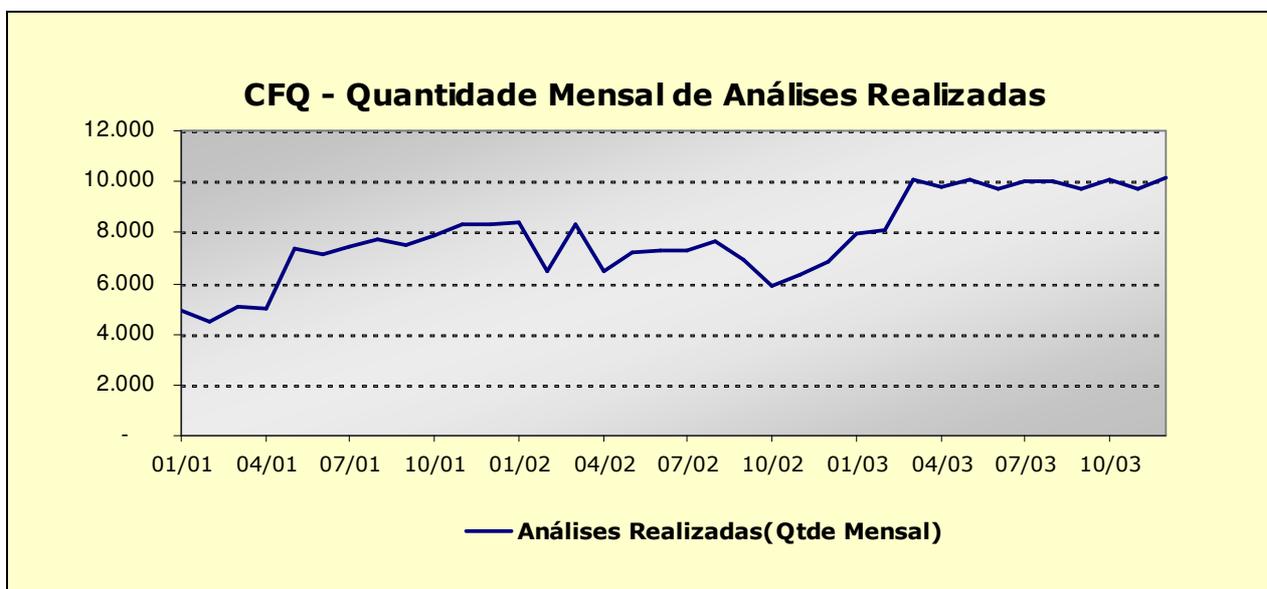
- Poder Calorífico Superior (PCS):

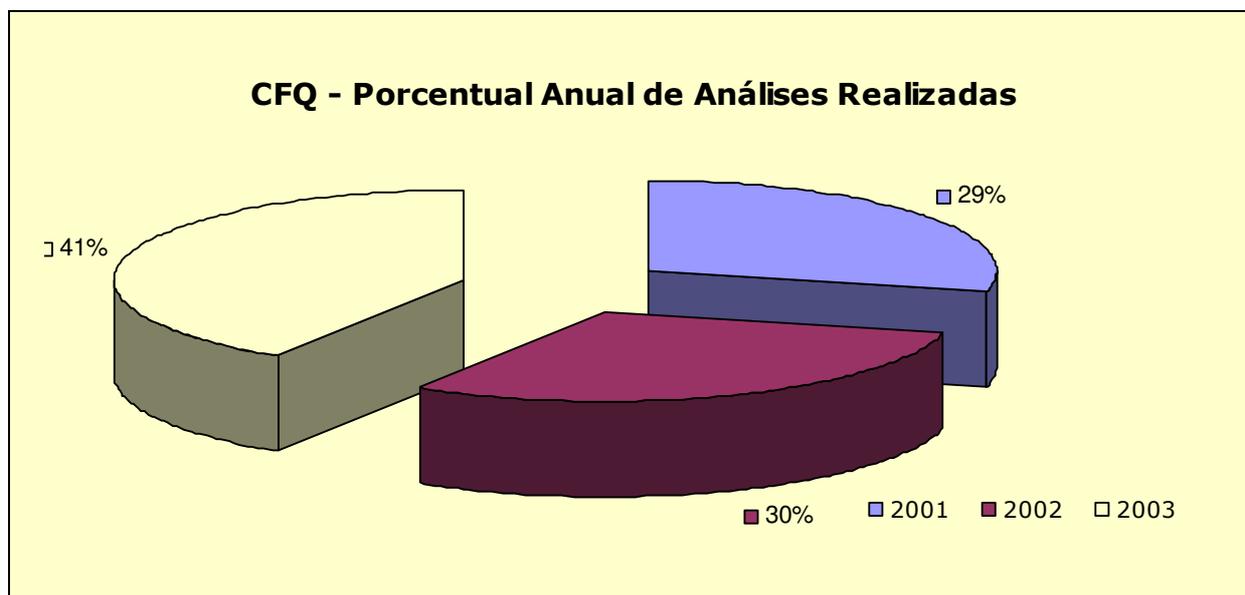
PODER CALORÍFICO SUPERIOR						
MÊS	Amostras Coletadas (Qtde Mensal)			Amostras Coletadas (Porcentual)		
	2001	2002	2003	2001	2002	2003
Janeiro	338	1.178	1.178	3,31	8,88	8,45
Fevereiro	308	733	1.064	3,02	5,53	7,64
Março	341	1.178	1.178	3,34	8,88	8,45
Abril	399	1.140	1.140	3,91	8,60	8,18
Mai	1.054	1.179	1.178	10,33	8,89	8,45
Junho	1.020	1.140	1.140	10,00	8,60	8,18
Julho	1.068	1.178	1.178	10,47	8,88	8,45
Agosto	1.116	1.178	1.178	10,94	8,88	8,45
Setembro	1.085	1.140	1.140	10,63	8,60	8,18
Outubro	1.156	897	1.178	11,33	6,77	8,45
Novembro	1.140	1.140	1.158	11,17	8,60	8,31
Dezembro	1.178	1.178	1.225	11,55	8,88	8,79
TOTAL	10.203	13.259	13.935	100,00	100,00	100,00



- Características Físico Químicas:

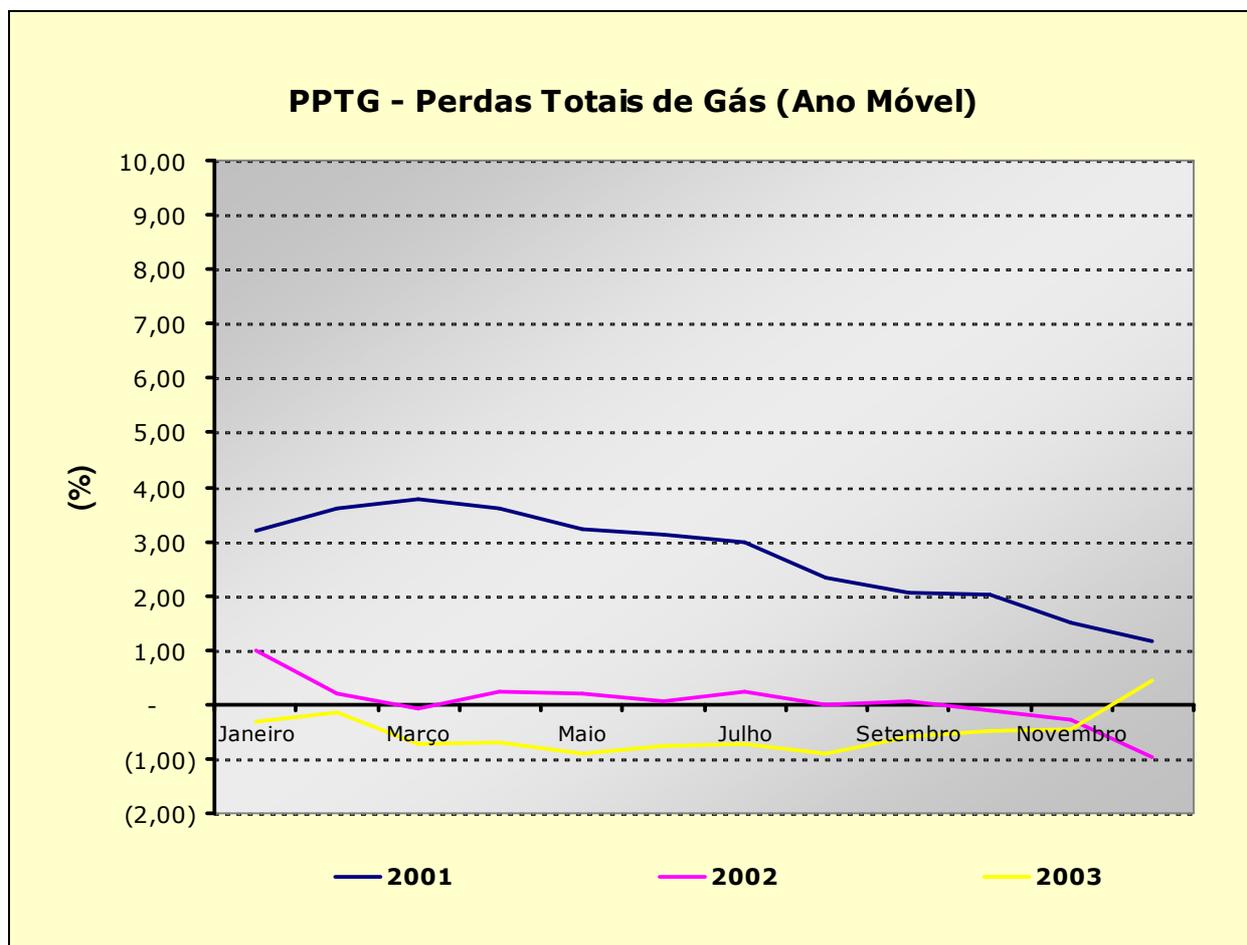
CARACTERÍSTICAS FÍSICO QUÍMICAS						
MÊS	Análises Realizadas(Qtde Mensal)			Análises Realizadas (Porcentual)		
	2001	2002	2003	2001	2002	2003
Janeiro	4.968	8.407	7.966	6,11	9,87	6,89
Fevereiro	4.511	6.495	8.109	5,55	7,63	7,02
Março	5.111	8.319	10.108	6,28	9,77	8,74
Abril	5.035	6.445	9.780	6,19	7,57	8,46
Mai	7.372	7.198	10.106	9,06	8,45	8,74
Junho	7.126	7.284	9.716	8,76	8,55	8,41
Julho	7.447	7.305	10.044	9,16	8,58	8,69
Agosto	7.739	7.675	10.044	9,51	9,01	8,69
Setembro	7.504	6.910	9.720	9,23	8,11	8,41
Outubro	7.907	5.914	10.106	9,72	6,94	8,74
Novembro	8.330	6.366	9.738	10,24	7,48	8,42
Dezembro	8.293	6.841	10.153	10,20	8,03	8,78
TOTAL	81.343	85.159	115.590	100,00	100,00	100,00





- **Porcentagem de Perdas Totais de Gás (PPTG):**

PORCENTAGEM DE PERDAS TOTAIS DE GÁS						
MÊS	Metros Cúbicos (M³)			Porcentual (%)		
	2001	2002	2003	2001	2002	2003
Janeiro	54.735.047	22.936.242	(9.356.591)	3,18	1,00	(0,32)
Fevereiro	63.672.772	4.948.691	(4.535.390)	3,61	0,21	(0,15)
Março	67.510.046	(1.469.720)	(21.724.659)	3,78	(0,06)	(0,72)
Abril	65.864.848	5.368.875	(20.842.180)	3,61	0,22	(0,68)
Mai	60.148.293	5.101.227	(27.671.059)	3,23	0,20	(0,89)
Junho	59.240.859	1.930.193	(23.836.833)	3,11	0,07	(0,76)
Julho	58.146.002	6.023.420	(23.272.182)	2,99	0,23	(0,73)
Agosto	46.583.132	345.259	(28.898.776)	2,34	0,01	(0,89)
Setembro	41.969.648	1.933.926	(19.454.187)	2,05	0,07	(0,59)
Outubro	42.797.693	(2.926.496)	(16.631.242)	2,04	(0,10)	(0,50)
Novembro	32.881.086	(8.013.606)	(15.462.443)	1,51	(0,28)	(0,46)
Dezembro	26.118.038	(28.498.749)	15.063.937	1,17	(0,98)	0,45

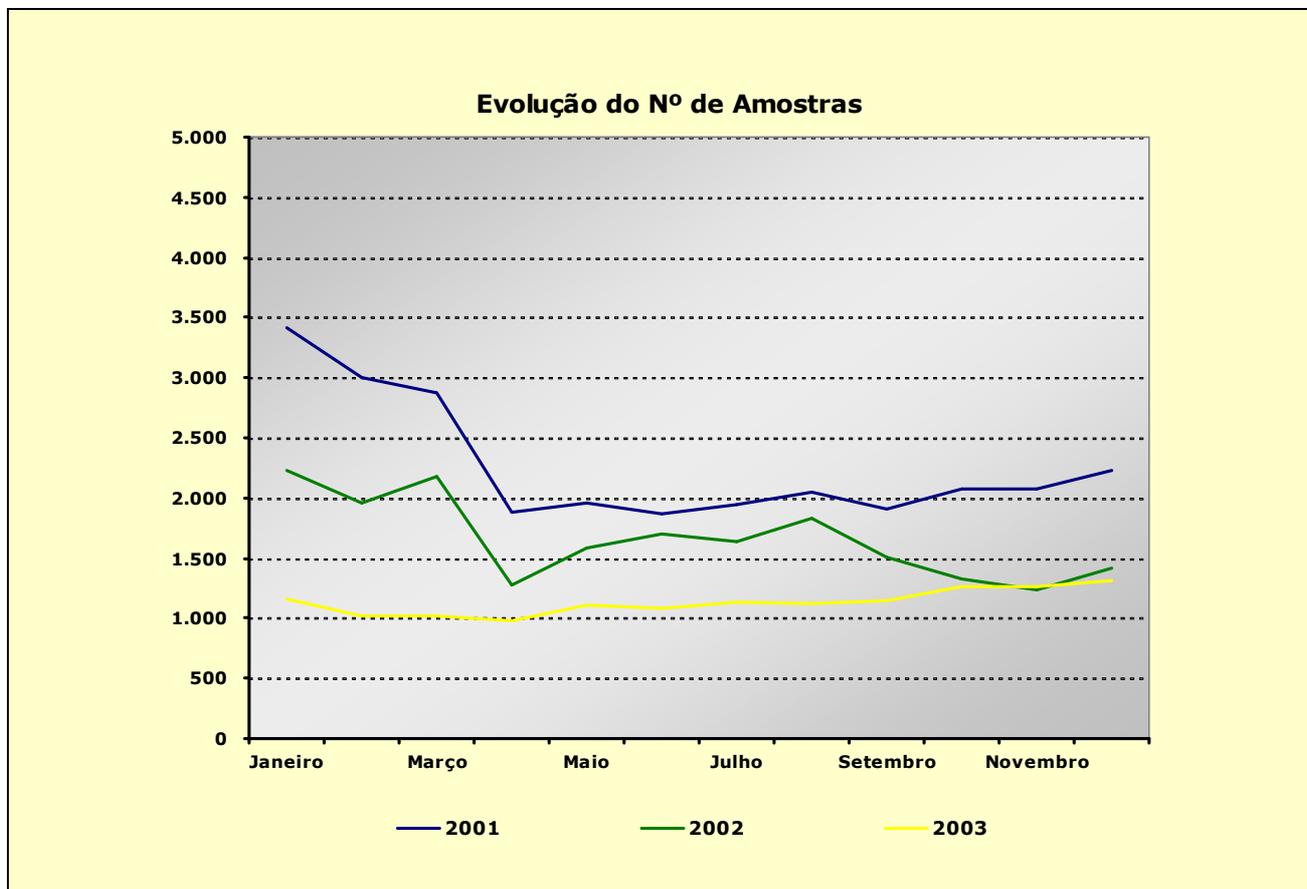


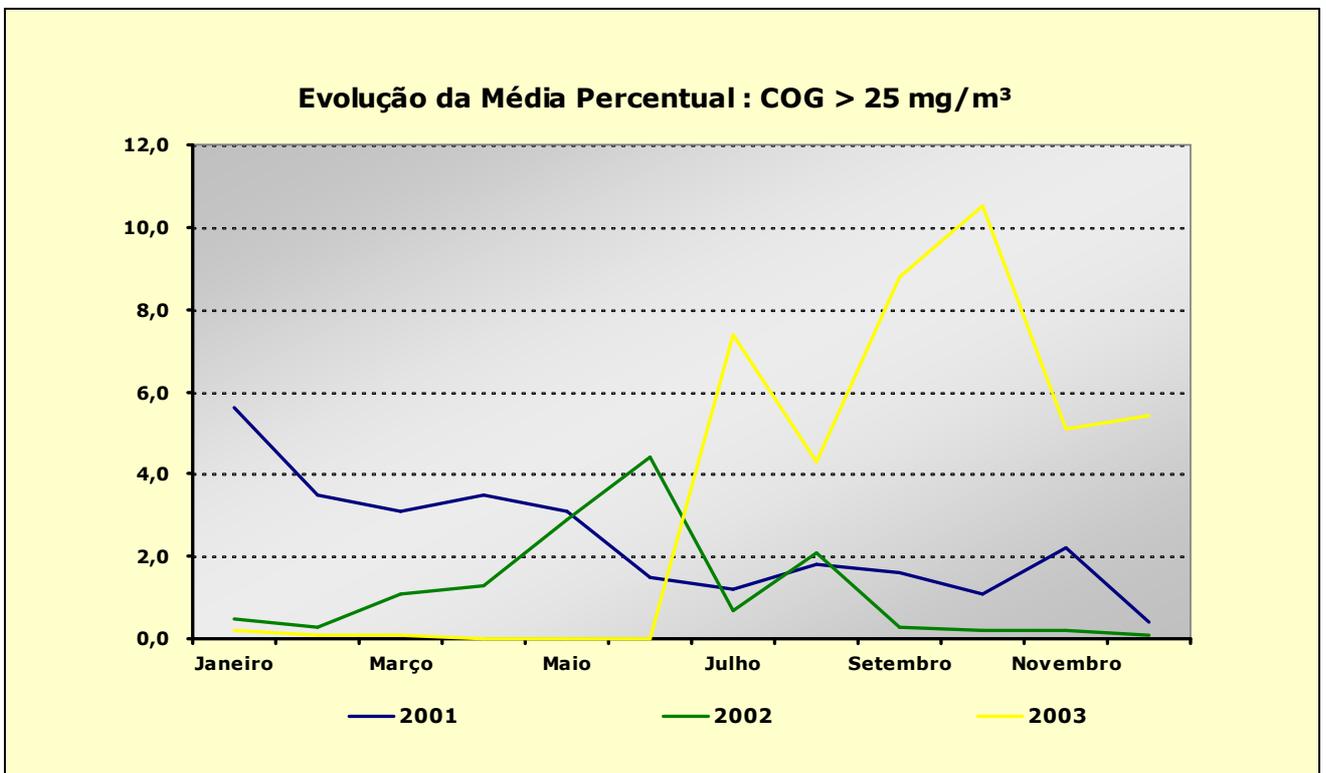
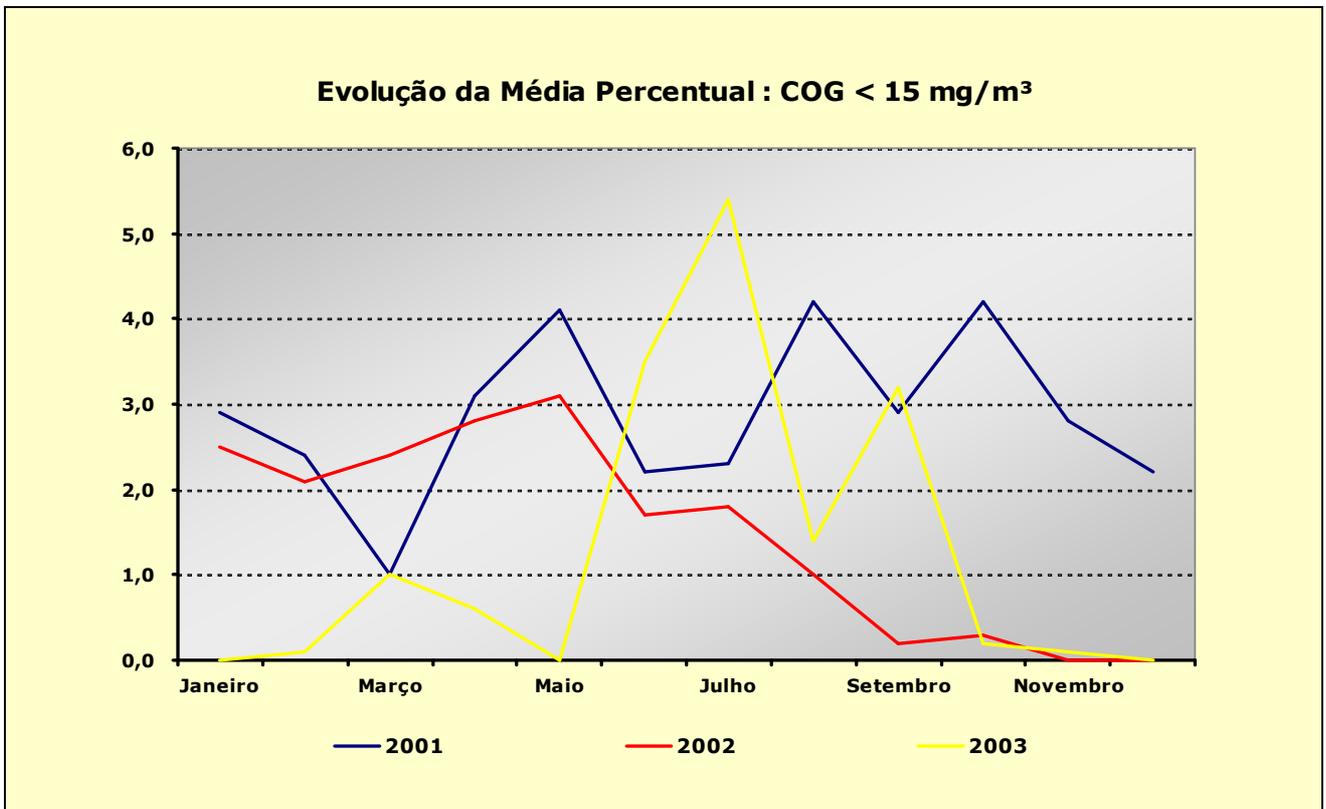
O PPTG negativo não é, desde logo, expressão de que houve maior volume de faturamento do que o de compra. Em princípio, a diferença a maior de volume de faturamento pode ser decorrente de descasamento entre o período de suprimento (compra) e o de fornecimento (venda), devendo, portanto, a diferença ser compensada em período subsequente.

Segurança no Fornecimento:

- Concentração de Odorante no Gás (COG):

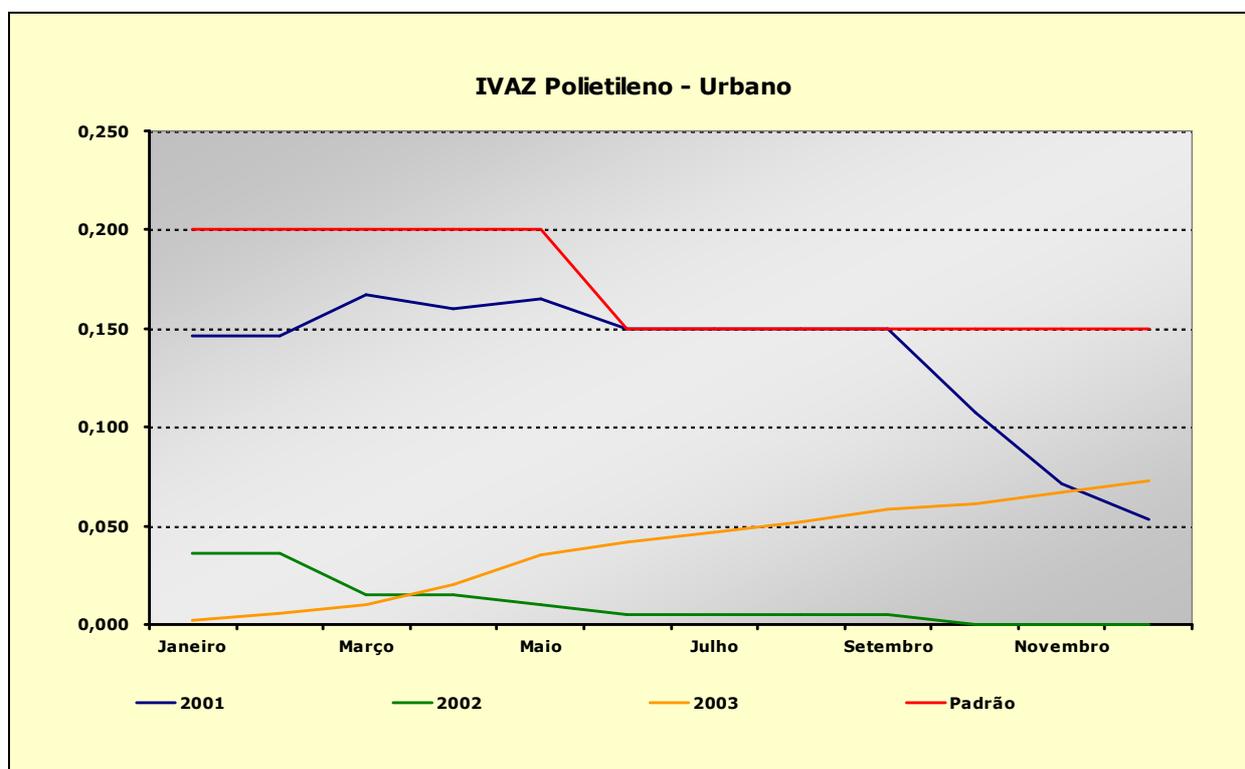
CONCENTRAÇÃO DE ODORANTE NO GÁS															
Mês	Nº Amostras Coletadas			Fora do Padrão Mínimo						Fora do Padrão Máximo					
				Quant < 15 mg/m ³			Média %			Quant > 25 mg/m ³			Média %		
	2001	2002	2003	2001	2002	2003	2001	2002	2003	2001	2002	2003	2001	2002	2003
Janeiro	3.409	2.225	1.162	100	56	0	2,9	2,5	0,0	190	12	2	5,6	0,5	0,2
Fevereiro	3.001	1.958	1.020	72	42	1	2,4	2,1	0,1	104	6	1	3,5	0,3	0,1
Março	2.879	2.183	1.013	29	52	10	1,0	2,4	1,0	88	23	1	3,1	1,1	0,1
Abril	1.887	1.276	977	58	36	6	3,1	2,8	0,6	66	17	0	3,5	1,3	0,0
Maio	1.961	1.588	1.103	81	49	0	4,1	3,1	0,0	61	46	0	3,1	2,9	0,0
Junho	1.866	1.699	1.085	41	29	38	2,2	1,7	3,5	28	75	0	1,5	4,4	0,0
Julho	1.946	1.643	1.135	45	30	61	2,3	1,8	5,4	23	11	84	1,2	0,7	7,4
Agosto	2.044	1.829	1.125	86	18	16	4,2	1,0	1,4	36	39	48	1,8	2,1	4,3
Setembro	1.909	1.509	1.142	55	3	36	2,9	0,2	3,2	31	5	101	1,6	0,3	8,8
Outubro	2.071	1.326	1.262	86	4	2	4,2	0,3	0,2	22	3	132	1,1	0,2	10,5
Novembro	2.072	1.240	1.257	58	0	1	2,8	0,0	0,1	45	3	64	2,2	0,2	5,1
Dezembro	2.223	1.413	1.318	48	0	0	2,2	0,0	0,0	10	2	71	0,4	0,1	5,4

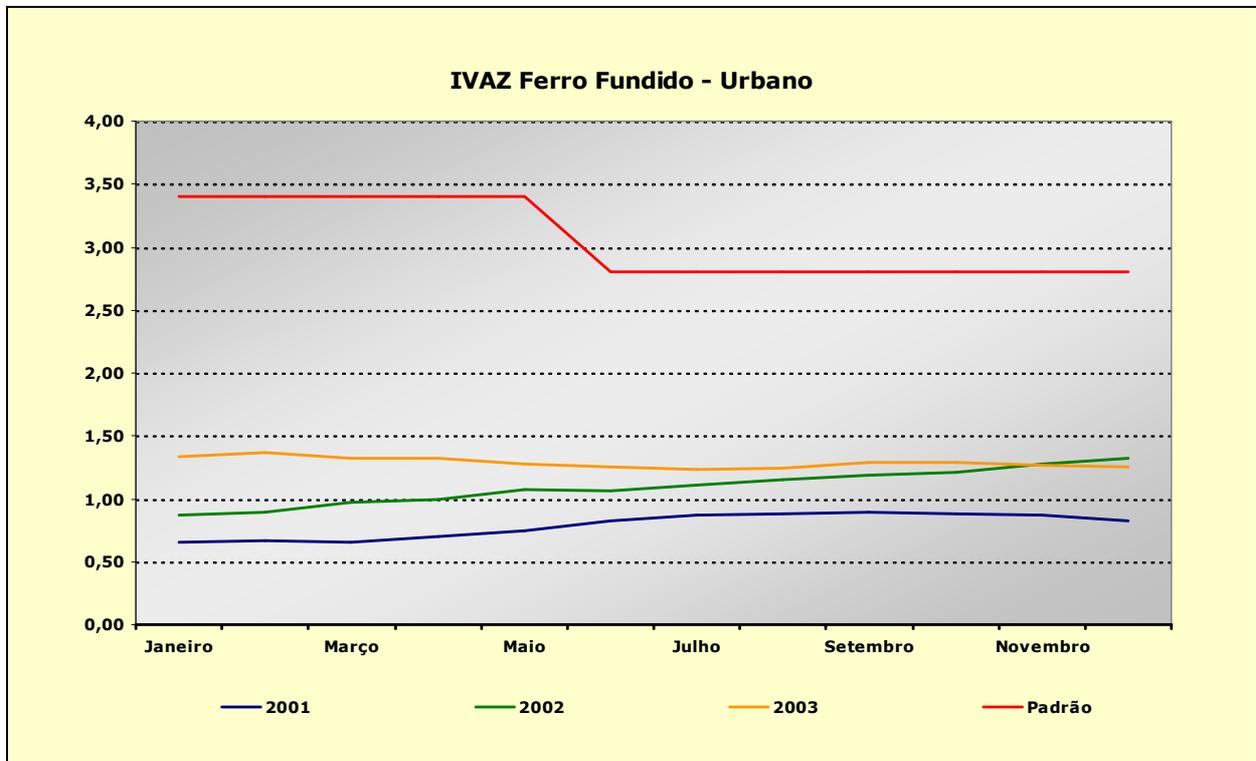
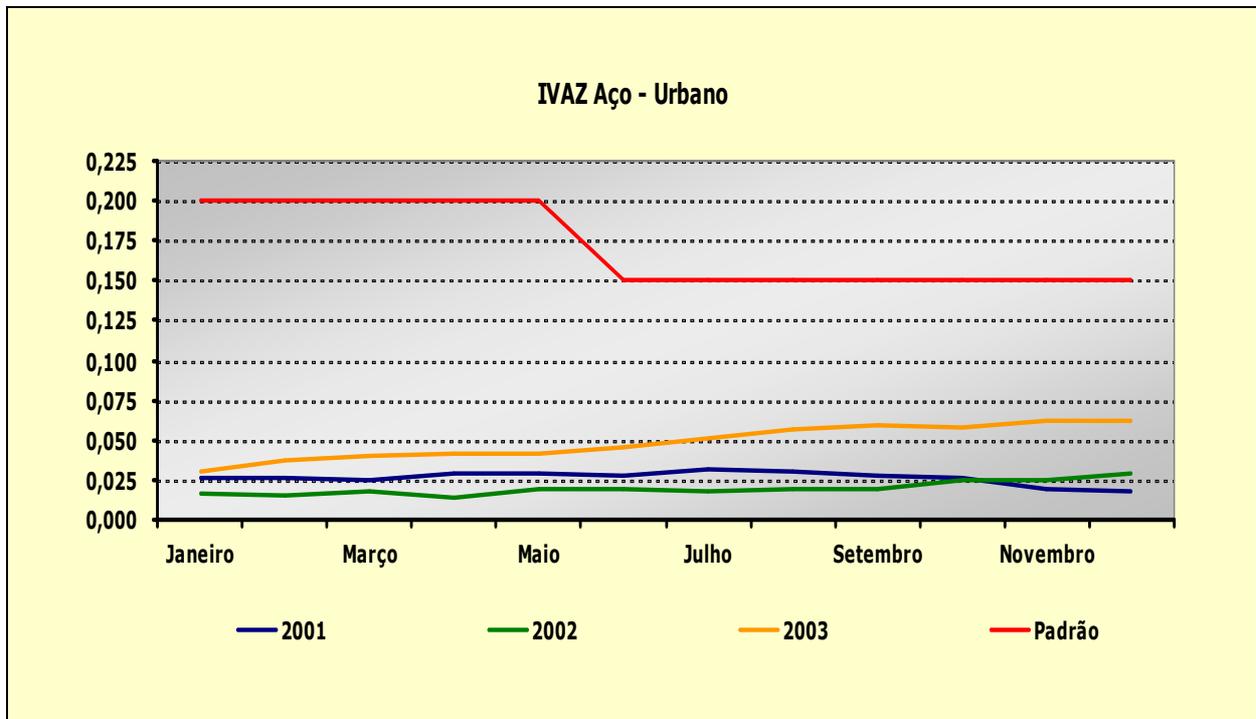




• **Índice de Vazamentos nos Sistema de Distribuição de Gás (IVAZ):**

ÍNDICE DE VAZAMENTOS NOS SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS																
Mês	AÇO								POLIETILENO				FERRO FUNDIDO			
	Urbano			Padrão	Não Urbano			Padrão	Urbano			Padrão	Urbano			Padrão
	2001	2002	2003		2001	2002	2003		2001	2002	2003		2001	2002	2003	
	Janeiro	0,026	0,016	0,031	0,20	0,026	0,030	0,019	0,15	0,146	0,036	0,002	0,20	0,651	0,868	1,338
Fevereiro	0,026	0,015	0,037	0,20	0,052	0,015	0,008	0,15	0,146	0,036	0,006	0,20	0,665	0,894	1,363	3,40
Março	0,025	0,018	0,040	0,20	0,052	0,015	0,008	0,15	0,167	0,015	0,010	0,20	0,661	0,977	1,321	3,40
Abril	0,029	0,014	0,042	0,20	0,052	0,015	0,008	0,15	0,160	0,015	0,020	0,20	0,701	0,996	1,320	3,40
Mai	0,029	0,019	0,042	0,20	0,052	0,015	0,008	0,15	0,165	0,010	0,035	0,20	0,741	1,068	1,275	3,40
Junho	0,028	0,020	0,045	0,15	0,052	0,015	0,008	0,15	0,150	0,005	0,042	0,15	0,826	1,063	1,251	2,80
Julho	0,032	0,018	0,051	0,15	0,052	0,015	0,012	0,15	0,150	0,005	0,047	0,15	0,866	1,107	1,231	2,80
Agosto	0,031	0,019	0,057	0,15	0,052	0,019	0,012	0,15	0,150	0,005	0,052	0,15	0,883	1,154	1,247	2,80
Setembro	0,028	0,019	0,060	0,15	0,052	0,019	0,012	0,15	0,150	0,005	0,058	0,15	0,894	1,185	1,283	2,80
Outubro	0,026	0,025	0,058	0,15	0,052	0,019	0,015	0,15	0,107	0,000	0,061	0,15	0,876	1,210	1,291	2,80
Novembro	0,019	0,025	0,062	0,15	0,052	0,023	0,011	0,15	0,071	0,000	0,067	0,15	0,866	1,272	1,271	2,80
Dezembro	0,018	0,029	0,062	0,15	0,039	0,023	0,011	0,15	0,053	0,000	0,073	0,15	0,825	1,317	1,255	2,80

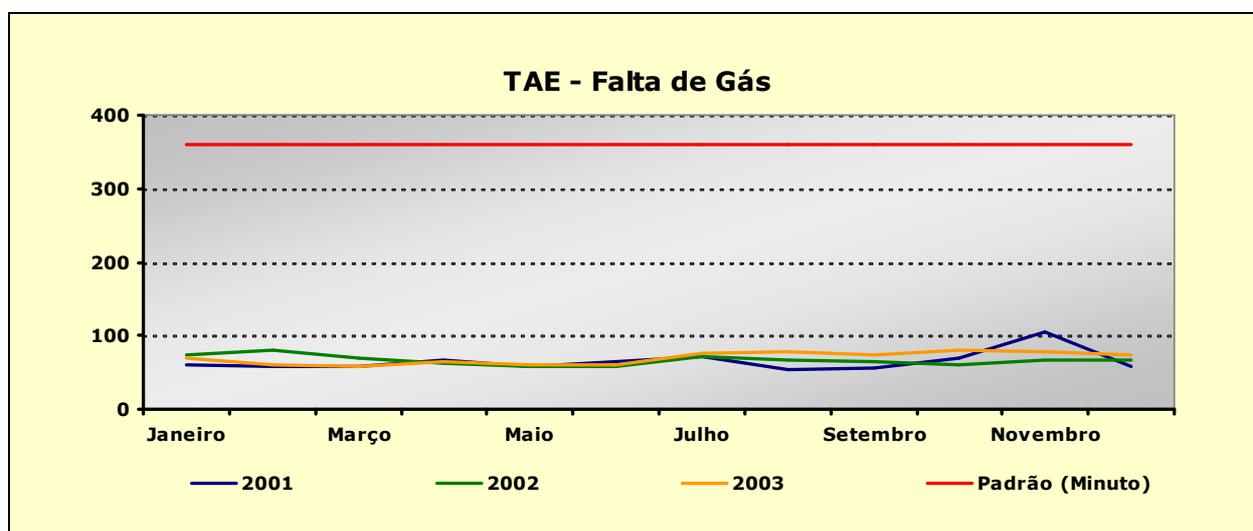
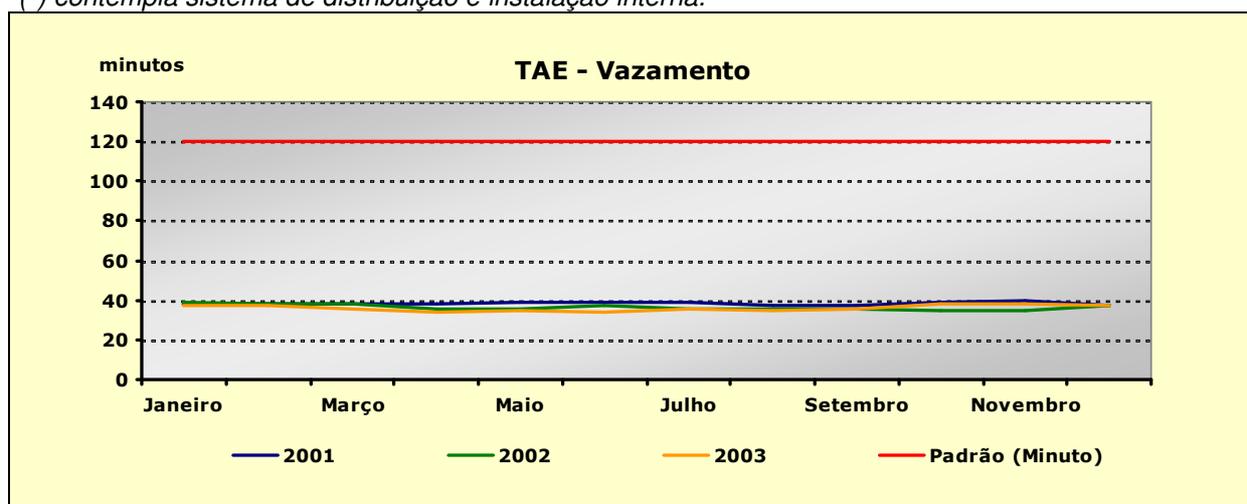




• **Tempo de Atendimento de Emergência (TAE):**

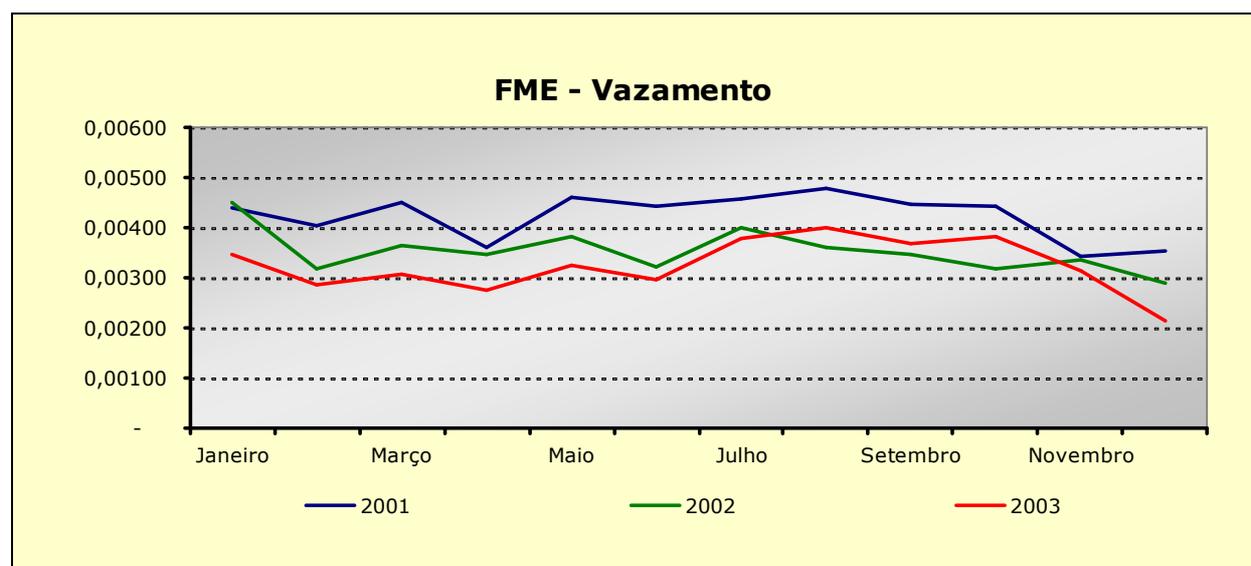
TEMPO DE ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA								
MÊS	VAZAMENTO			Padrão (Minuto)	FALTA DE GÁS			Padrão (Minuto)
	2001	2002	2003		2001	2002	2003	
Janeiro	38	39	37	120	61	74	69	360
Fevereiro	38	38	37	120	59	80	60	360
Março	38	38	36	120	59	70	57	360
Abril	38	36	34	120	67	62	64	360
Maio	39	36	35	120	58	58	60	360
Junho	39	37	34	120	65	59	60	360
Julho	39	36	36	120	72	72	77	360
Agosto	37	36	35	120	54	67	78	360
Setembro	37	36	36	120	55	64	73	360
Outubro	39	35	38	120	70	60	80	360
Novembro	40	35	38	120	104	66	78	360
Dezembro	37	37	37	120	59	66	74	360

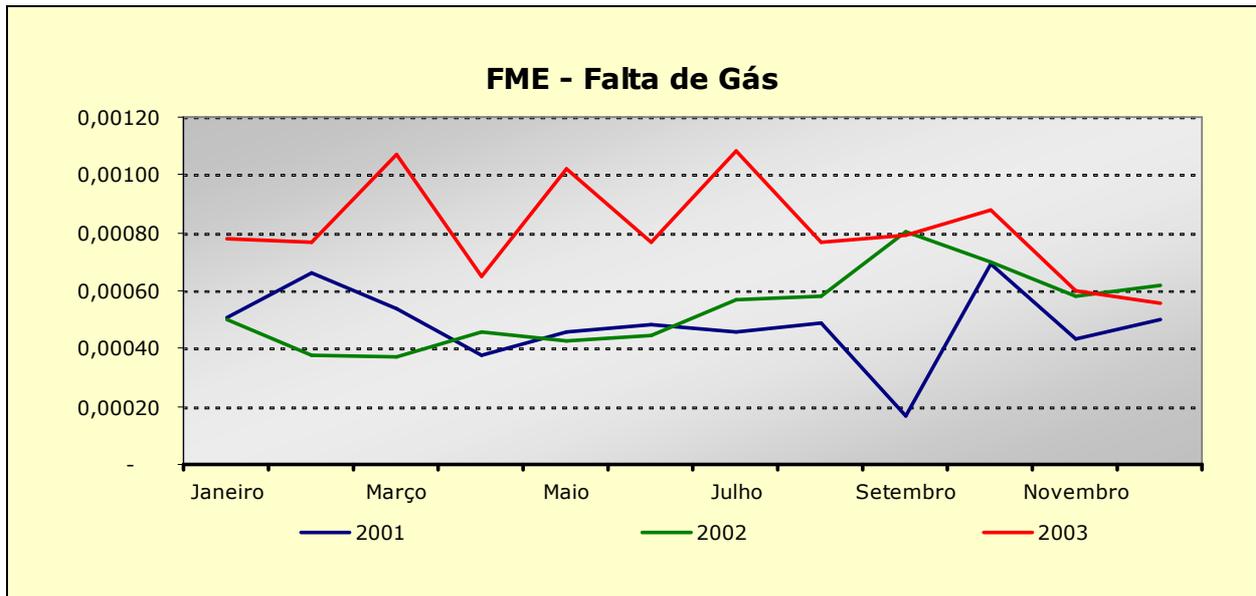
(*) contempla sistema de distribuição e instalação interna.



- **Frequência Média de Atendimento de Emergência (FME):**

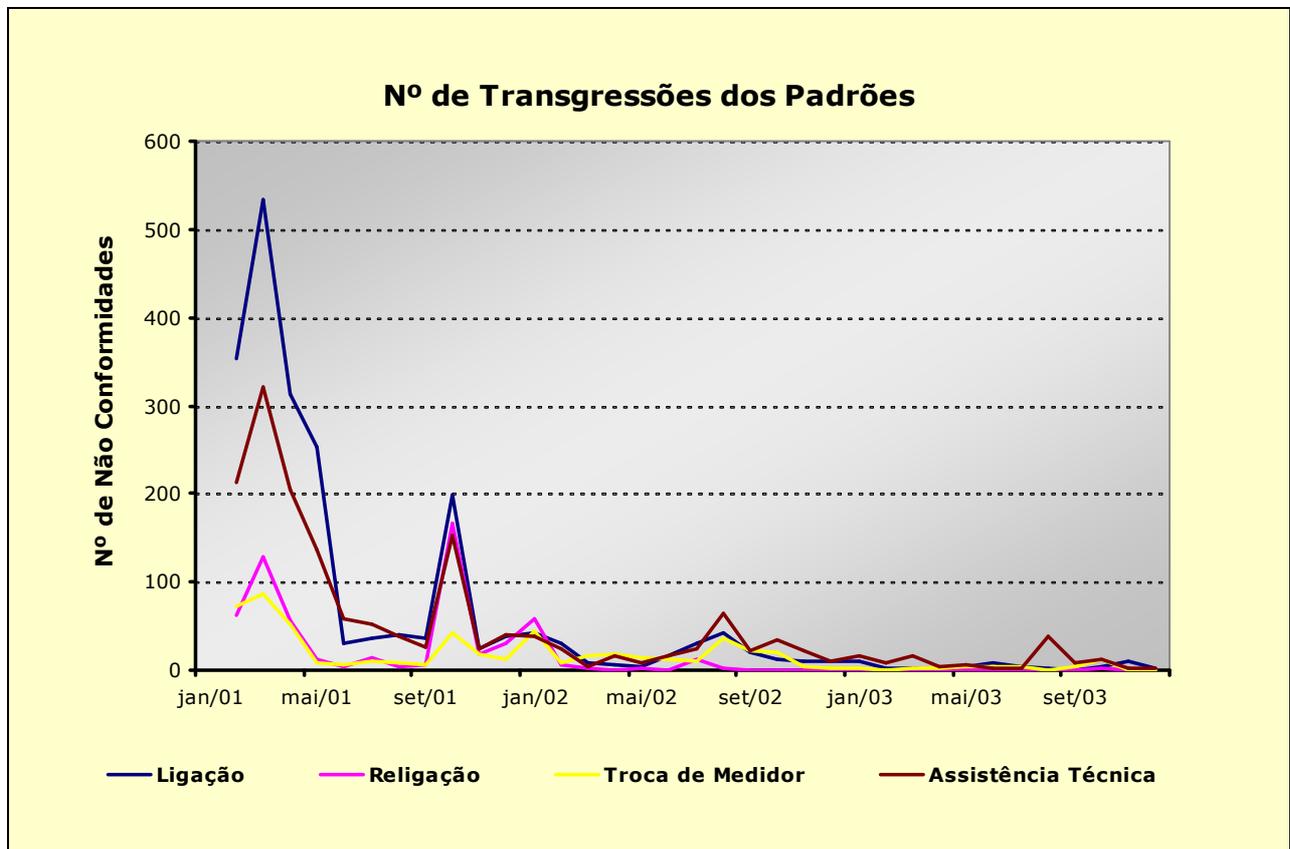
FREQÜÊNCIA MÉDIA DE ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA						
MÊS	VAZAMENTO Padrão (%) = não fixado			FALTA DE GÁS Padrão (%) = não fixado		
	2001	2002	2003	2001	2002	2003
Janeiro	0,00441	0,00449	0,00347	0,00051	0,00050	0,00078
Fevereiro	0,00403	0,00317	0,00287	0,00066	0,00038	0,00077
Março	0,00450	0,00364	0,00307	0,00054	0,00037	0,00107
Abril	0,00361	0,00345	0,00274	0,00038	0,00045	0,00065
Maió	0,00459	0,00381	0,00326	0,00046	0,00043	0,00102
Junho	0,00443	0,00323	0,00298	0,00048	0,00044	0,00077
Julho	0,00456	0,00400	0,00378	0,00046	0,00057	0,00108
Agosto	0,00477	0,00361	0,00401	0,00049	0,00058	0,00077
Setembro	0,00448	0,00347	0,00367	0,00017	0,00081	0,00079
Outubro	0,00442	0,00318	0,00382	0,00069	0,00070	0,00088
Novembro	0,00344	0,00336	0,00314	0,00043	0,00058	0,00060
Dezembro	0,00354	0,00290	0,00216	0,00050	0,00062	0,00056





Atendimento Comercial:

- **Indicadores Individuais:**



Indicadores Individuais					
Mês/Ano	Número de Não Conformidades				
	Ligação	Religação	Troca de Medidor	Assistência Técnica	Total Mensal
01/01	353	62	73	212	700
02/01	534	128	86	322	1.070
03/01	314	56	53	204	627
04/01	252	12	8	137	409
05/01	30	4	6	59	99
06/01	37	15	11	52	115
07/01	40	4	8	38	90
08/01	37	6	6	27	76
09/01	198	167	43	152	560
10/01	25	19	18	24	86
11/01	39	31	12	40	122
12/01	42	59	44	38	183
01/02	30	6	8	25	69
02/02	9	2	17	4	32
03/02	6	1	19	16	42
04/02	5	2	15	8	30
05/02	17	-	13	16	46
06/02	30	13	11	25	79
07/02	42	3	36	65	146
08/02	21	-	22	23	66
09/02	12	-	20	34	66
10/02	11	-	5	23	39
11/02	10	-	3	10	23
12/02	11	1	3	16	31
01/03	2	1	-	9	14
02/03	3	-	3	17	26
03/03	1	-	3	4	9
04/03	5	1	5	7	23
05/03	8	-	5	3	24
06/03	5	-	4	3	17
07/03	3	-	1	38	45
08/03	-	-	5	8	13
09/03	4	2	12	13	35
10/03	11	-	1	2	25
11/03	3	1	-	2	9
12/03	19	-	1	4	43
TOTAL	1.816	534	507	1.468	4.389

**CONCESSIONÁRIAS: GAS NATURAL SÃO PAULO SUL S.A. e
GÁS BRASILIANO DISTRIBUIDORA S.A.**

A Gas Natural São Paulo Sul S.A. iniciou a distribuição de gás natural em 07/02/2002. Em dezembro de 2003 apresentava 152,6 km de redes em operação (com diâmetro mínimo de 4”), construídos a partir de 2 Estações de Transferência de Custódia, 7 Estações de Controle de Pressão e 6.100 usuários, sendo 79 industriais, 7 automotivos, 237 comerciais e 5.777 residenciais.

A Gás Brasileiro Distribuidora S.A., por sua vez, que iniciou a distribuição de gás natural em 06/01/2003, em dezembro de 2003 apresentava 139,3 km de redes em operação, construídos a partir de 2 Estações de Transferência de Custódia, 4 Estações de Controle de Pressão e 58 usuários, sendo 24 industriais, 1 automotivo, 32 comerciais e 1 residencial.

Devido ao reduzido histórico de atividades das duas Concessionárias, ainda não há dados suficientes para a elaboração de estatística, tabelas e gráficos representativos da evolução dos indicadores de qualidade, nos dois casos, razão pela qual não estão apresentados neste relatório.

TERMOS DE NOTIFICAÇÃO E AUTOS DE INFRAÇÃO EMITIDOS EM 2003

A partir dos procedimentos de fiscalização dos serviços de distribuição de gás canalizado previstos nos Contratos de Concessão e nos demais dispositivos regulatórios emitidos pela CSPE, foram emitidos 24 Termos de Notificação e lavrados 06 Autos de Infração, distribuídos da seguinte maneira:

TERMOS DE NOTIFICAÇÃO	
Concessionária	Quantidade
COMGÁS	14
Gas Natural	03
Gás Brasileiro	07
TOTAL	24

AUTOS DE INFRAÇÃO	
Concessionária	Quantidade
COMGÁS	04
Gas Natural	01
Gás Brasileiro	01
TOTAL	06

INVESTIMENTOS, METAS MÍNIMAS E PLANOS QÜINQUËNAIS

INVESTIMENTO REALIZADOS EM 2003

Concessionária	Investimentos (R\$ x 1000)
COMGÁS	230.271
Gas Natural	9.419
Gás Brasileiro	59.588
TOTAL	299.278

METAS MÍNIMAS CONTRATUAIS – PREVISÃO x REALIZAÇÃO

As metas mínimas, estabelecidas nos Contratos de Concessão, bem como os resultados obtidos por cada Concessionária, são mostrados nos quadros a seguir:

CONCESSIONÁRIA COMGÁS:

METAS MÍNIMAS CONTRATUAIS - COMGÁS							
Metas	Descrição das Metas Mínimas Contratuais	Prazo para Execução ⁽¹⁾	Metas e unidades		Realização das Metas ⁽²⁾		
					2003	99 a 03	%
I	Acréscimo de 200 mil usuários, em 10 anos, com mínimo de 10 mil usuários a.a.	até o 5º ano	70.000	usuários	32.702	88.348	126,21
		6º ao 10º ano	130.000	usuários	-	-	-
II	Construir 400 km de rede, em 5 anos	até o 5º ano	400	km	276	816	204,00
III	Substituir / Aferição de 65% dos medidores em 10 anos	até o 5º ano	156.475	medidores	3.261	152.960	97,75
		6º ao 10º ano	203.418	medidores	-	-	-
V	Renovar 25% da rede de ferro fundido	5 anos iniciais	247	km	71	179	72,46
	Renovar 3% a.a da rede de ferro fundido	6º ao 10º ano	148	km	-	-	-
VI	Substituir 3% a.a. de ramais residenciais e comerciais	até o 10º ano	15.448	ramais	2.043	7.373	47,72
VII	Instalar unidades de correção de medição (P&T) em usuários com consumo mensal médio superior a 50.000 m ³	até o 5º ano	173(2)	unidades	47	210	121,39

Notas: 1) Prazos considerados a partir de 31/05/1999, data de assinatura do Contrato de Concessão.

2) Os dados correspondentes à realização das metas baseiam-se em Relatórios de Fiscalização das Metas Contratuais - CSPE (2000 e 2001) e Relatórios de Execução das Metas Mínimas - COMGÁS (2002 e 2003).

CONCESSIONÁRIA - GÁS BRASILIANO:

METAS MÍNIMAS CONTRATUAIS - GÁS BRASILIANO						
Metas	Descrição das Metas Mínimas Contratuais	Prazo para Execução ⁽¹⁾	Metas e unidades		Realização das Metas ⁽²⁾	
					Acumulada	%
I	Construir 150 km de rede, a partir das ETC's projetadas para as cidades de São Carlos, Araraquara e Araçatuba (Bilac), em até 5 anos.	3 anos iniciais	105	km	123,90	118,00
		até o 4º ano	135	km	139,31	103,19
		até o 5º ano	150	km	-	-
II	Construir 70 km de rede, interligando Ribeirão Preto e região, em até 5 anos	3 anos iniciais	56	km	0	0
		até o 5º ano	70	km	-	-
III	Investir R\$ 50 milhões ⁽³⁾ em outros municípios e extensões de rede adicionais às consideradas nas metas anteriores, até o 10º ano.	5 anos iniciais	10	R\$ milhões	-	-
		até o 10º ano	50	R\$ milhões	-	-

Notas: 1) Prazos considerados a partir de 10/12/1999, data de assinatura do Contrato de Concessão.

2) Os dados correspondentes à realização das metas baseiam-se em Relatórios de Fiscalização da Execução das Metas Contratuais - CSPE (2002 e 2003), até 10 de dezembro de cada ano.

3) Atualizável pela variação do IGPM, da Fundação Getúlio Vargas, base Agosto / 1999.

CONCESSIONÁRIA - GÁS NATURAL SPS:

METAS MÍNIMAS CONTRATUAIS – GAS NATURAL						
Metas	Descrição das Metas Mínimas Contratuais	Prazo para Execução ⁽¹⁾	Metas e unidades		Realização das Metas ⁽²⁾	
					Acumulada	%
I	Construir 200 km de rede ⁽³⁾ , a partir de 3 ETC's projetadas para Araçoiaba da Serra e Itu (a), e outra em trecho do Gasoduto Bolívia-Brasil (b), no âmbito da sua área de concessão (4)	3 anos iniciais (a)	150	km	152,60	101,73
		até o 5º ano (a) (b)	200	km	-	-
II	Investir R\$ 30 milhões ⁽⁴⁾ , em 2 ETC's e extensões de rede adicionais ⁽³⁾ às consideradas na meta I, devendo uma das ETC's a serem projetadas localizar-se entre Itapetininga e Itapirapuã Paulista	até o 10º ano	30	R\$ milhões	-	-

Notas: 1) Prazos considerados a partir de 31/05/2000, data de assinatura do Contrato de Concessão.

2) Os dados correspondentes à realização das metas baseiam-se em Relatórios de Fiscalização da Execução das Metas Contratuais - CSPE (2002 e 2003), até 31 de maio de cada ano.

3) Considera rede com diâmetro mínimo de 4 polegadas.

4) Atualizável pela variação do IGPM da Fundação Getúlio Vargas, base Fevereiro / 2000.

Plano Quinquenal de Investimentos – 2004 / 2008

A previsão total de investimentos apresentada pelas concessionárias de serviços públicos de gás canalizado do Estado de São Paulo, para o período 2004/2008, é a mostrada na tabela a seguir:

Concessionária	Investimentos no Sistema de Distribuição R\$	Consumo Previsto para o 5º Ano MM m ³ / ano (*)
COMGÁS	1.613.321.657	1.112,00
GÁS BRASILIANO	97.170.253	203,74
GAS NATURAL SPS	141.729.294	273,62
TOTAL	1.852.221.204	1.589,36

(*) MM m³ - milhão de metros cúbicos.

Os Planos Quinquenais de Investimentos das três Concessionárias, para o período 2004 / 2008, são apresentados, de modo resumido, nas tabelas a seguir:

COMGÁS:

PLANO QÜINQUËNAL DE INVESTIMENTOS			
Segmento	Investimentos no Sistema de Distribuição (R\$)	Extensão de rede km	Consumo previsto no 5º ano em MM m³ / ano
Industrial	262.871.815	262,28	413,9
Comercial	113.309.335	(1)	12,6
Residencial	518.027.451	140,66	11,1
Termelétrica	9.986.180	2,80	438,0
Cogeração	26.637.635	23,55	189,2
GNV	68.871.445	3,27	47,2
Outros Projetos	207.393.670	-	-
Outros Investimentos	406.224.127	-	-
TOTAL	1.613.321.657	432,56	1.112

Nota: 1) Baseia-se no Plano Quinquenal de Investimentos da COMGÁS, apresentado a CSPE em 29/12/2003.

GÁS BRASILIANO:

PLANO QÜINQUËNAL DE INVESTIMENTOS			
Segmento	Investimentos no Sistema de Distribuição (R\$)	Extensão de rede km	Consumo previsto no 5º ano - MM m³ / ano
Industrial	92.520.347	281,58	189,83
Comercial	1.485.536	11,90	2,27
Residencial	1.559.370	6,00	1,07
Termelétrica	-	-	-
Cogeração	-	-	-
GNV	406.000	0,60	10,57
Outros investimentos	1.199.000	-	-
TOTAL	97.170.253	300,08	203,74

Nota: 1) Baseia-se no Plano Quinquenal de Investimentos da Gás Brasileiro, apresentado a CSPE em 30/10/2003.

GAS NATURAL SPS:

PLANO QÜINQUÊNAL DE INVESTIMENTOS			
Segmento	Investimentos no Sistema de Distribuição (R\$)	Extensão de rede km	Consumo Previsto no 5º não - MM m³ / ano
Industrial	115.790.471	313,23	242,2
Comercial	603.401	3,40	5,60
Residencial	20.151.991	110,12	3,35
Termelétrica	-	-	-
Cogeração	-	-	-
GNV	101.111	-	11,9
Outros Investimentos	5.082.320	-	-
TOTAL	141.729.294	426,75	263,05

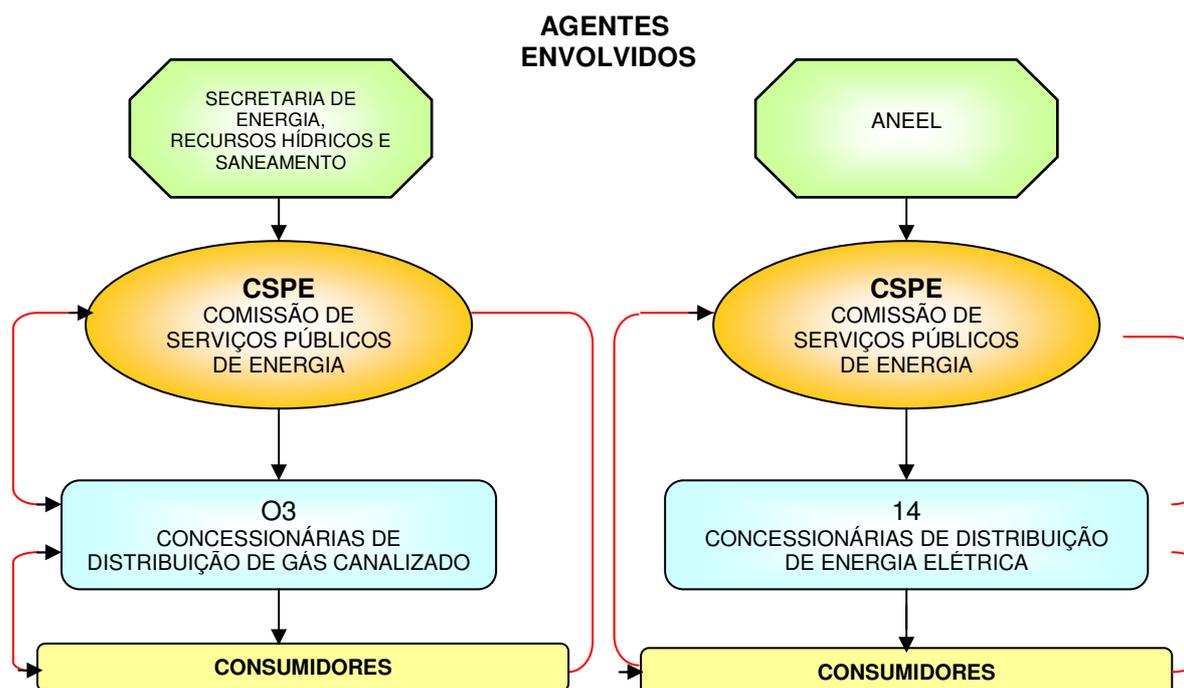
Nota: 1) Baseia-se no Plano Quinquenal de Investimentos da Gas Natural SPS, apresentado a CSPE em 30/10/2003.

OUVIDORIA

ATIVIDADES DE DEFESA DO CONSUMIDOR

O Serviço de Ouvidoria da CSPE é destinado ao atendimento de todos os cidadãos que necessitam registrar reclamações, sugestões, críticas ou elogios referentes aos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica e de gás canalizado, ou ainda, receber orientações gerais sobre os serviços, procedimentos e a legislação pertinente.

A Ouvidoria tem a missão de conduzir, de forma imparcial e independente, a tarefa pública de respeitar e fazer ser respeitada a legislação do serviço público de energia, contribuindo para a difusão dos direitos e deveres dos agentes envolvidos (consumidor e concessionária), intervindo para a solução dos conflitos, sempre que o entendimento direto tenha se tornado impossível.



São objetivos da Ouvidoria;

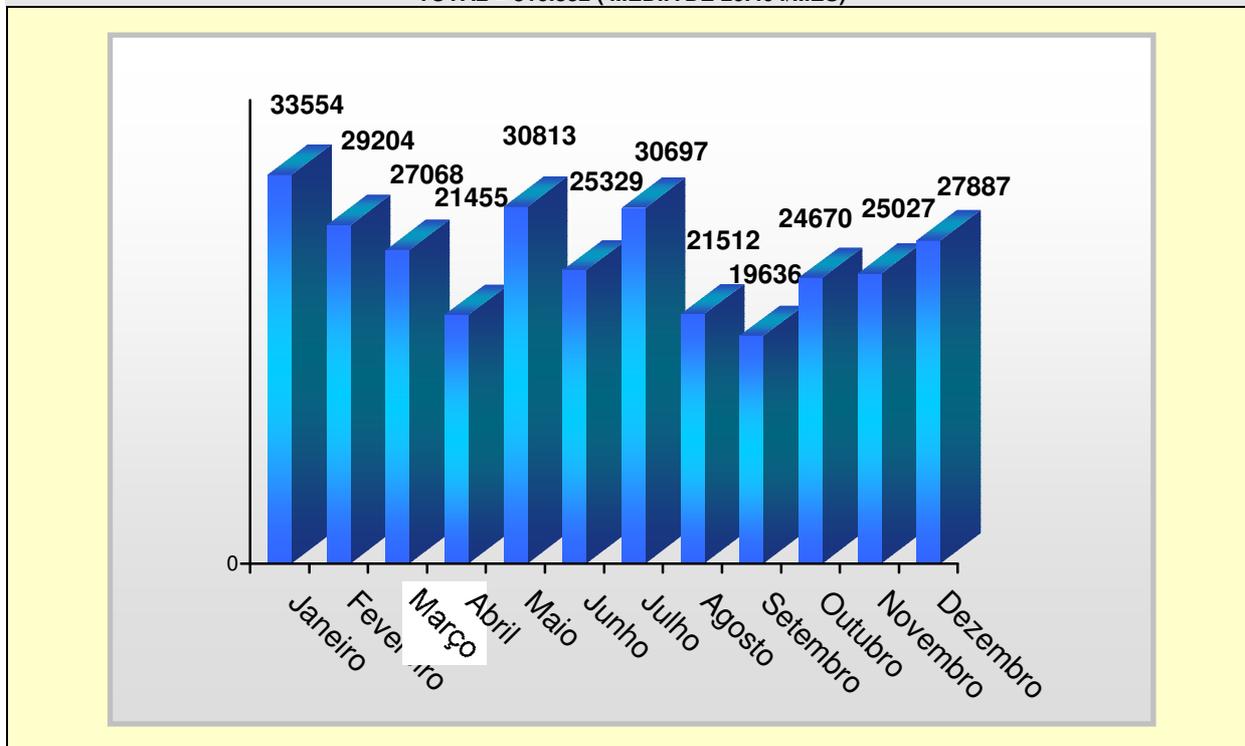
- Buscar a solução dos problemas e conflitos entre cidadão-usuário e agentes, atendendo e orientando esses diversos públicos.
- Registrar e acompanhar todas as etapas do processo, em cumprimento ao Convênio de Descentralização.

A Ouvidoria da CSPE, instrumento de preservação dos direitos e deveres da sociedade e dos agentes do setor energético, registrou 316.852 solicitações de Ouvidoria no ano de 2003, entre reclamações, informações, sugestões, críticas,

denúncias e elogios, incluindo-se ainda os processos de mediação entre concessionárias e consumidores.

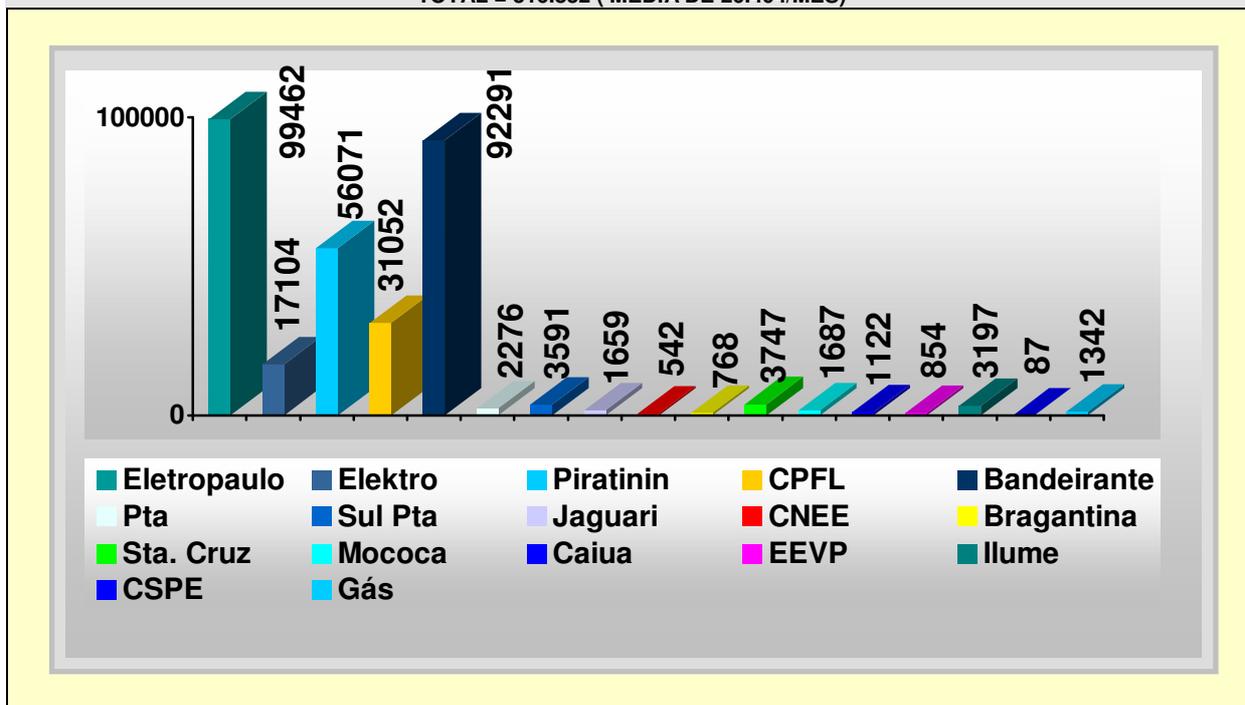
EVOLUÇÃO MENSAL – JANEIRO A DEZEMBRO/2003

TOTAL = 316.852 (MÉDIA DE 26.404/MÊS)



ATENDIMENTO POR CONCESSIONÁRIA – JANEIRO A DEZEMBRO/2003

TOTAL = 316.852 (MÉDIA DE 26.404/MÊS)



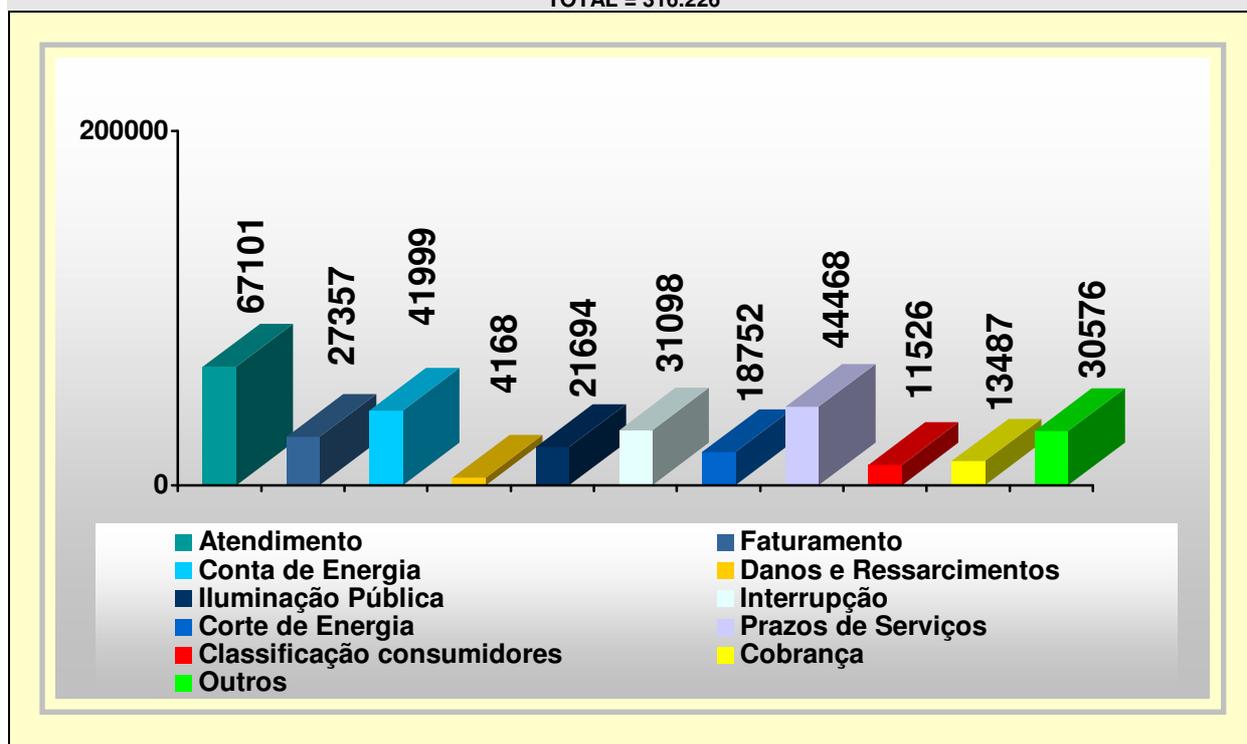
ATENDIMENTO POR CONCESSIONÁRIA – JANEIRO A DEZEMBRO/2003

TOTAL = 316.852 (MÉDIA DE 26.404/MÊS)

Concessionária	Total
Eletropaulo	99462
Elektro	17104
Piratininga	56071
CPFL	31052
Bandeirantes	92291
Paulista	2276
Sul Paulista	3591
Jaguari	1659
CNEE – Nacional	542
Bragantina	768
Santa Cruz	3747
Mococa	1687
Caiuá	1122
EEVP – Vale	854
Ilume*	3197
CSPE	87
Gás	1342
Total	316.852

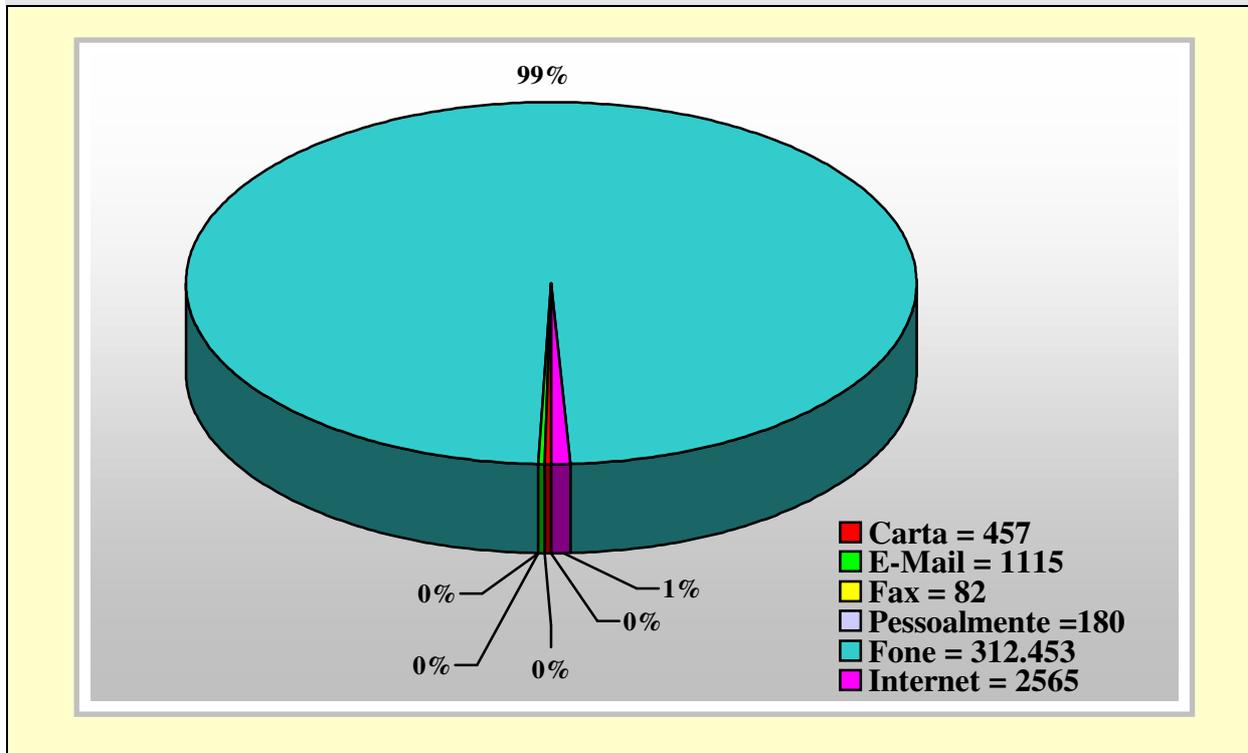
PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS – JANEIRO A DEZEMBRO/2003

TOTAL = 316.226



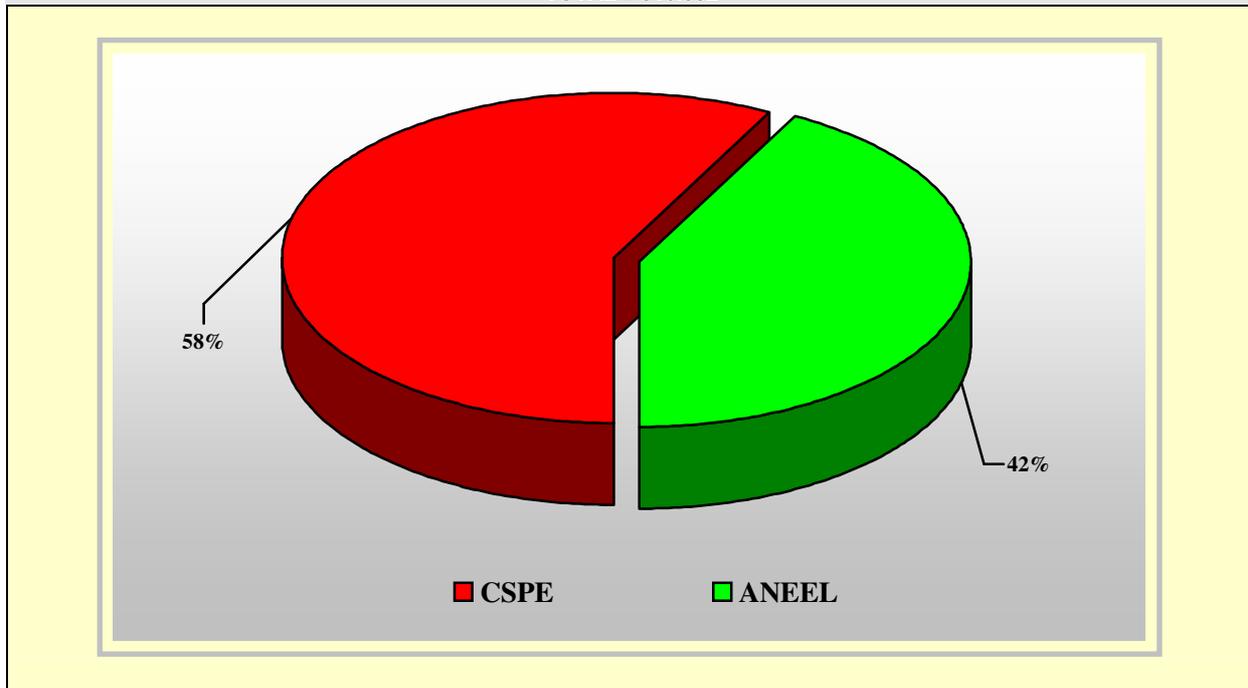
MEIOS DE ATENDIMENTO – JANEIRO A DEZEMBRO/2003

TOTAL = 316.852

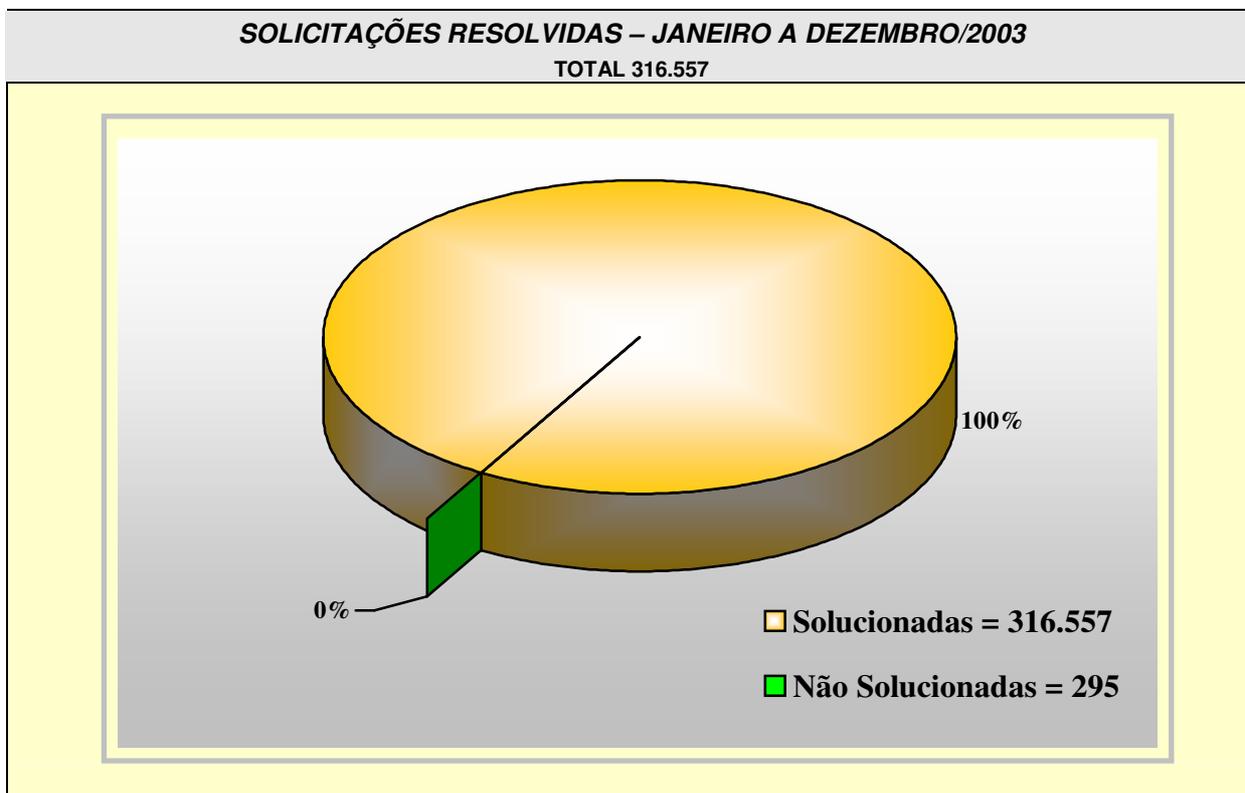
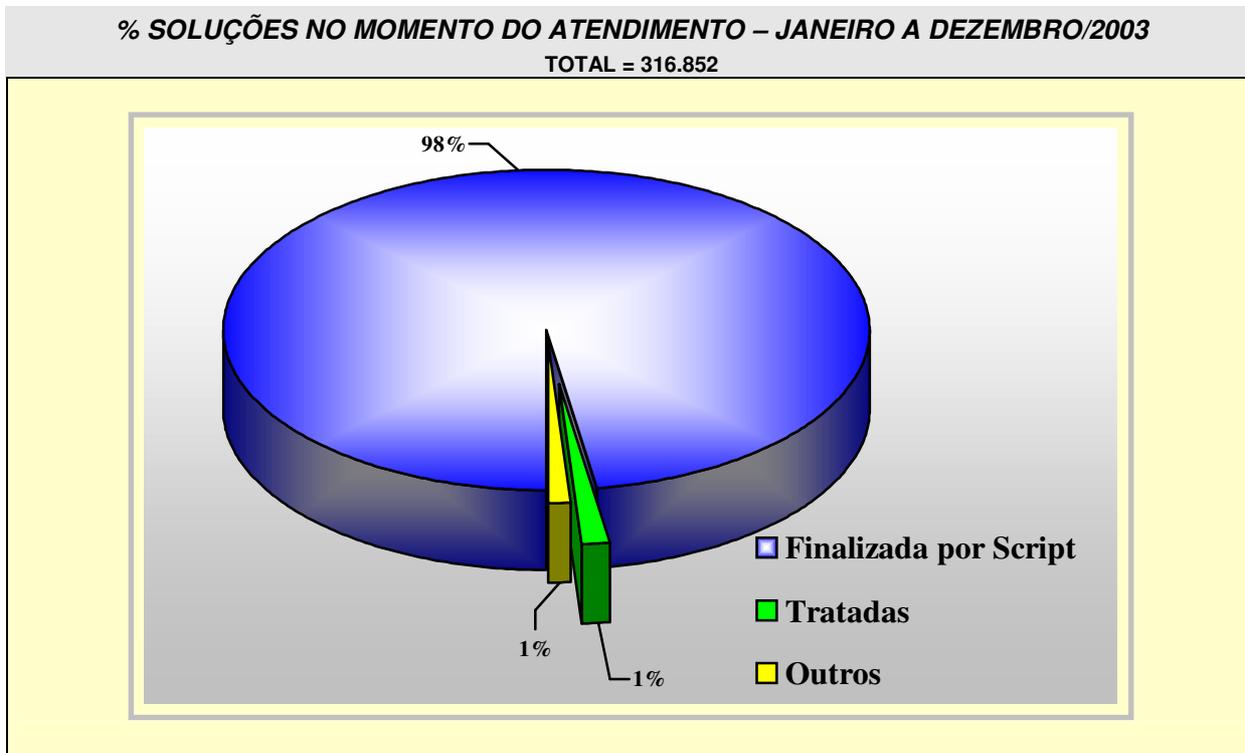


VIA DE RECEBIMENTO – JANEIRO A DEZEMBRO/2003

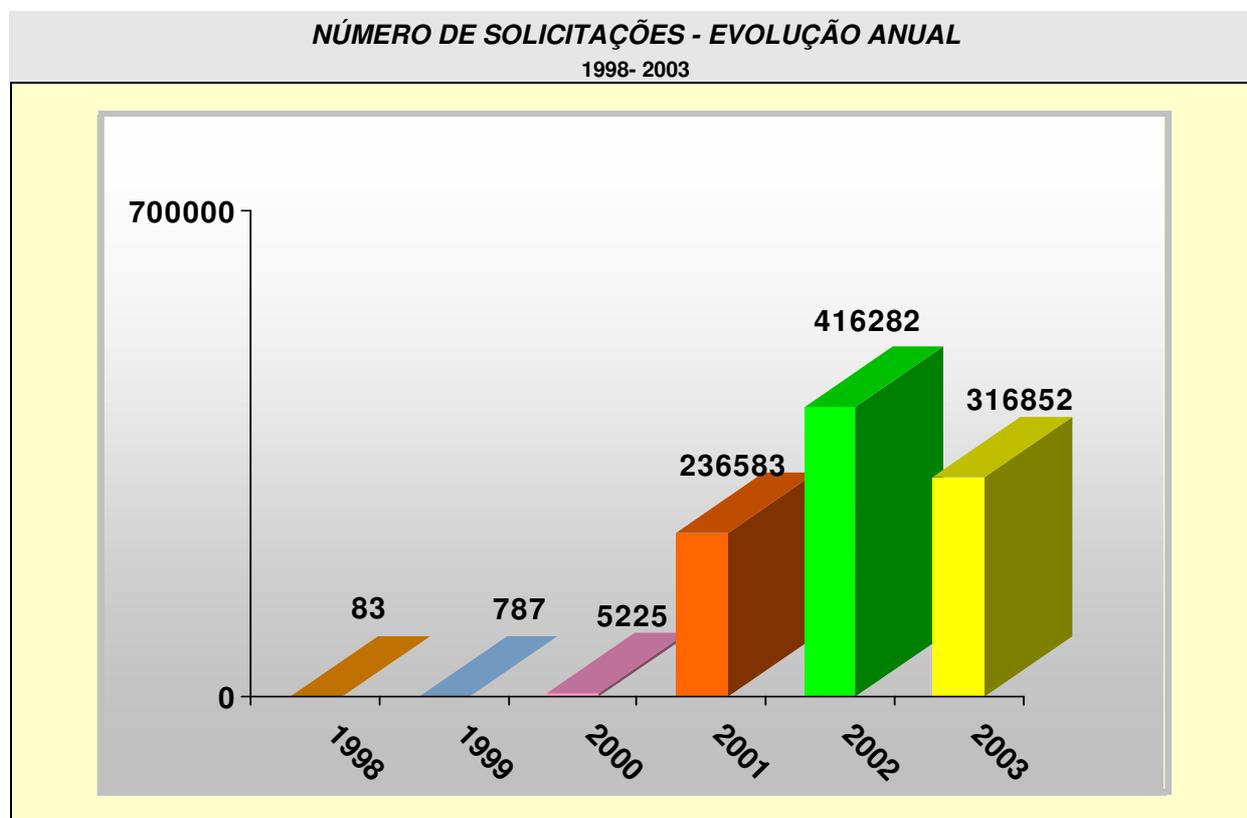
TOTAL = 316.852



Do total de 316.852 solicitações registradas, 98% (309.126) foi finalizada por script, ou seja, encerrada no momento do atendimento, após a devida orientação ao solicitante.



As solicitações resolvidas no ano de 2003 totalizam 316.557, restando 295 casos em andamento.



O número significativo nos casos de Ouvidoria da CSPE, no ano de 2003, decorre da inclusão do número 0800 da CSPE nas contas de luz de todas as 14 concessionárias de distribuição de energia elétrica, da melhoria na estrutura de atendimento; das campanhas publicitárias de divulgação institucional da CSPE realizada em novembro de 2000, dezembro de 2001 e dezembro de 2002; da constante atuação da CSPE junto aos consumidores, através da mídia com divulgação dos canais de comunicação com a CSPE e com as concessionárias, possibilitando assim, maior rapidez, eficiência e melhoria de performance.

MERCADO DA CONCESSIONÁRIA X SOLICITAÇÕES – TOTAL = 312.226
ANO 2003

ELETROPAULO	38,50	31,86
CPFL	23,25	9,95
BANDEIRANTE	9,95	29,56
PIRATININGA	9,02	17,95
ELEKTRO	13,15	5,48
DEMAIS	6,13	5,20

NUMERO DE SOLICITAÇÕES POR 10 MIL CONSUMIDORES		
ANO 2003		
ELETROPAULO	5.115.512	194,43
CPFL	3.089.746	100,50
BANDEIRANTE	1.322.094	698,07
PIRATININGA	1.198.674	467,78
ELEKTRO	1.746.561	97,93
DEMAIS	814.130	19,55
GÁS CANALIZADO	394.666	34,00

CERTIFICAÇÃO ISO 9002

A Ouvidoria da CSPE, na busca do equacionamento das relações entre a sociedade e os agentes dos serviços públicos concedidos de gás canalizado e energia elétrica do Estado de São Paulo, recebeu a certificação ISO 9002, quanto aos procedimentos e sistemática de tratamento das solicitações de ouvidoria e mediação de conflitos.

Este processo resultou em maior agilidade e controle das informações prestadas ao cidadão-usuário dos serviços públicos desses serviços públicos.

A Ouvidoria está se preparando para a nova versão da ISO 9000/2000, que traz mudanças significativas com relação à versão 1994, ora em vigor, pois o foco não está direcionado apenas para assegurar a qualidade do produto, mas também inclui a necessidade de uma organização demonstrar sua capacidade de atingir a satisfação do cliente, com a aplicação da melhoria contínua de seus processos e da prevenção de não-conformidades. Em vez de um sistema de garantia da qualidade, a norma passa a ser caracterizada como um sistema de gestão da qualidade

INDICADORES DE QUALIDADE – GERENCIAMENTO DOS DADOS DE OUVIDORIA

A Ouvidoria da CSPE apresenta, mensalmente às concessionárias, os dados coletados do sistema compartilhado *on line*, no módulo gerencial. O relatório contém um gráfico de evolução dos “casos” pleiteados por meio da Ouvidoria, onde ainda são destacados os pontos importantes que refletem preocupação para a implantação de melhoria no processo.

Além de serem enfatizados esses aspectos, é solicitada a análise crítica visando ao resultado satisfatório, ou seja, a performance dentro dos indicadores.

Com o mapeamento das situações críticas, a concessionária tem condições de alertar sobre as falhas das diversas áreas envolvidas no atendimento ao cidadão-usuário dos serviços, acompanhando todo o processo até o resultado final.

Os dados fornecidos servem de instrumento gerencial para a melhoria da qualidade, em todos os níveis.

MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

Em 2003 a CSPE realizou 156 reuniões de mediação envolvendo concessionárias e consumidores, possibilitando, na maioria dos casos, reaproximar as partes envolvidas que se encontravam desgastadas devido a um desentendimento comercial e/ou com relação à legislação.

Os principais assuntos discutidos nestas reuniões foram:

- Cobrança de valores a maior, em desacordo com a legislação;
- Suspensão de fornecimento, devido ao não pagamento das faturas de energia elétrica;
- Regularização de medição em localidades de alto índice de fraudes.

Os casos mais importantes, do total de casos mediados pela CSPE, envolvem um montante de aproximadamente R\$ 250.000,00, distribuídos entre valores cobrados a maior pela concessionária e inadimplência de consumidores. A seguir, estão relacionados os números de reuniões de mediação realizadas em 2003.

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	% do Total
ELETROPAULO	9	9	9	9	9	4	7	3	9	4	7	7	86	55,13
BANDEIRANTE	1	1	1	1	1	1	1	1					8	5,13
CPFL	1	1	2	2	1	1	1					2	11	7,05
PIRATININGA	2	2	1	3	3								11	7,05
ELEKTRO	1	1	2	2	2	2	2	3					15	9,61
CMS ENERGY	1	1	1	1	1								5	3,21
OUTROS*	1	8	1	8	1					1			20	12,82
Total	16	23	17	26	18	8	11	7	9	5	7	9	156	100,00

* Reuniões conjuntas com todas as concessionárias de energia elétrica, de gás canalizado ou com outros agentes do setor.

O processo de mediação é muito importante por reduzir o tempo para solução da pendência, evitando, na maioria das vezes, que o processo tenha continuidade no Poder Judiciário.

As atividades de Mediação de Conflitos aplicam-se aos casos onde existem: lacunas na legislação pertinente; ausência de dados comprobatórios das partes envolvidas, ou ainda, onde há controvérsia na interpretação da legislação aplicada. A CSPE promove a reunião de mediação entre os envolvidos, visando à solução do problema, podendo resultar em acordo entre as partes ou a declaração de impasse, caso sejam esgotadas as possibilidades de entendimento.

COMUNICAÇÃO

CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM O USUÁRIO

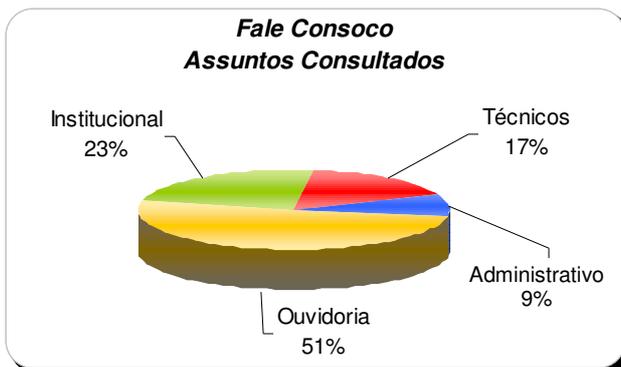
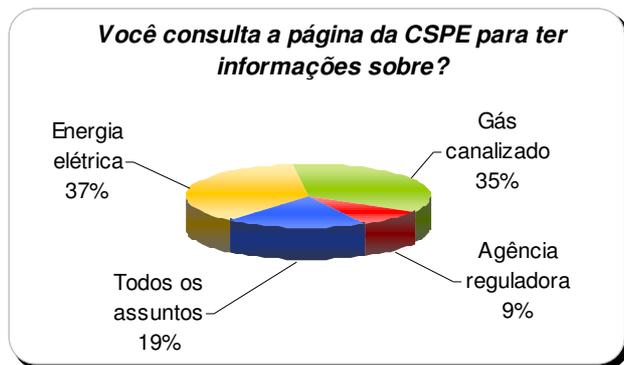
ENQUETE – SITE CSPE



A CSPE aperfeiçoou as ferramentas virtuais de interação com o consumidor.

O site dispõe de três novos canais de comunicação: Enquete, Fale Conosco e Centro de Imprensa.

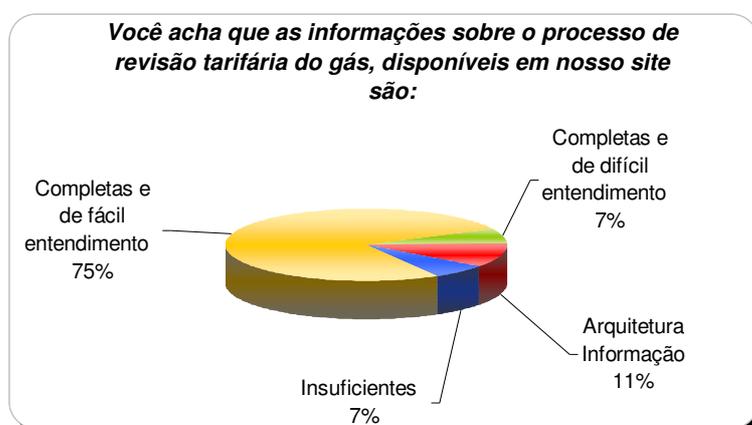
A Enquete é o canal interativo no qual o usuário opina sobre vários assuntos. Durante o ano, a CSPE fez três consultas com os usuários do site, que apresentaram os seguintes resultados.



FALE CONOSCO – SITE CSPE

O Fale Conosco é o canal de acesso direto à Comunicação Social destinado à solicitação de informações e esclarecimento de dúvidas. O Fale Conosco recebeu 401 mensagens ao longo do ano, referentes à assuntos de Ouvidoria, informações institucionais, procedimentos administrativos e informações técnicas sobre os setores de energia elétrica e de gás canalizado.

O Centro de Imprensa é um canal direto de interação com os jornalistas, onde estão disponíveis os releases divulgados pela CSPE, o perfil e fotos dos Comissários e o formulário para solicitação de entrevistas.



RELACIONAMENTO COM A IMPRENSA

Durante 2003, a CSPE intensificou o seu relacionamento com diversos canais da imprensa de São Paulo.

O resultado foi um grande aumento de exposição nos principais canais de televisão, nos jornais de grande circulação e revistas do setor de energia.

Foram concedidas entrevistas a importantes jornalistas de programas de discussão e debate sobre assuntos econômicos, como, por exemplo: Joelmir Beting, apresentador do Espaço Aberto, da Globo News; Luís Nassif, editor do Programa Econômico, da TV Cultura. Outras participações aconteceram em canais não comerciais, como a TV Assembléia.

Os assuntos de maior destaque foram o papel das agências reguladoras e a expansão do gás canalizado no Estado de São Paulo.

NOVO SITE - CSPE

Em dezembro, a CSPE lançou seu novo site, visando disponibilizar aos diversos públicos que interagem com a Comissão - consumidores, concessionárias, profissionais do setor elétrico, órgãos de defesa do consumidor e imprensa - uma estrutura moderna, dinâmica e eficiente, que possibilite um fácil acesso às informações pertinentes às atividades da agência.

O novo *site* é uma referência de comunicação entre a CSPE e seu público.



www.cspe.sp.gov.br

BOLETIM – O AGENTE ELETRÔNICO



O Agente Eletrônico, boletim interno da CSPE, está no seu segundo ano. Ele tem o objetivo de promover a comunicação entre as áreas, os funcionários e os colaboradores, e constitui um espaço de informação e divulgação das atividades da Comissão.

Nele são disponibilizados artigos, entrevistas e matérias veiculadas nos jornais de grande circulação e nas principais revistas do setor. No final de 2003, chegou-se à edição do 18º número.

AÇÕES SOCIAIS E A CSPE

CSPE PARTICIPA DE CAMPANHA DO AGASALHO

A CSPE participou mais uma vez da Campanha do Agasalho, promovida pelo Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo, realizada no período de abril a julho/2003.

Além da arrecadação interna, a CSPE firmou parceria com as 14 concessionárias de energia elétrica e as 3 de gás canalizado para a coleta de agasalhos e divulgação da campanha nas contas de luz e de gás. O resultado destas ações foi a arrecadação de aproximadamente 34 mil peças!



Equipe da CSPE

CSPE PARTICIPA DA CAMPANHA DE NATAL DO ASILO O RAIAR DO SOL

A CSPE participou da Campanha de Natal do Asilo O Raiar do Sol, promovida pela Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento, com doação de agasalhos e calçados feita pela equipe da Comissão. A entrega das doações e das reformas de infra-estrutura e paisagismo, realizadas pelas empresas vinculadas à Secretaria, ocorreu no dia 15/12/2003.

ADMINISTRAÇÃO

RECURSOS HUMANOS

As atribuições da área de Recursos Humanos do Centro Administrativo da CSPE são exercidas em conformidade com o disposto na Lei Complementar 833, de 17/10/97, no Decreto 43.036, de 14/04/98, e de acordo com as atribuições previstas nos artigos 3º, 10º, 13º, 14º, 15º e 16º do Decreto 42.815, de 19/01/98, atuando na:

- Programação e Cálculo de INSS, FGTS, IRRF, Folha de Pagamento, Férias, Rescisão, Benefícios, Controle de Frequência, Prestação de Informações de Interesse do Governo sobre dados do RH da CSPE;
- Programação de Treinamento e Aprimoramento Profissional, controlando e indicando cursos para melhor capacitação de seus servidores.

Além das atribuições retro indicadas, a área é responsável pela realização das seguintes atividades:

- Compras Miúdas, Requisição de Passagens Aéreas, Reserva de Hotéis, Solicitação de Serviços Gerais e de Manutenção Predial e de Equipamentos, Aquisição de Normas Técnicas;
- Apoio na Gestão de Contratos;
- Acompanhamento e divulgação de informações do diário oficial de interesse da CSPE;
- Controle dos bens patrimoniais.

Ainda, para um melhor atendimento ao corpo funcional e um eficaz acompanhamento das questões trabalhistas, a área de Recursos Humanos vem se aprimorando no estudo da legislação pertinente a essas atividades, devido as particularidades inerentes aos servidores da Autarquia, cobertos pela Lei Complementar 712, Lei 500 e CLT.

ÁREA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

A gestão orçamentária da CSPE é constituída pelas fontes de recursos do Tesouro do Estado, da Taxa de Fiscalização do Gás e pelo Repasse de Recursos Federais via Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Convênio de Descentralização de Atividades. É operacionalizada pela área financeira, através do Programa Orçamentário Setorial, elaborado em conjunto com a Secretaria de Planejamento.

O cronograma de desembolsos é planejado, programado e executado pela área de finanças, conforme regras do SIAFEM – Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios, da Secretaria da Fazenda.

A área de orçamento e finanças do Centro Administrativo da CSPE, programa e executa a gestão financeira de todos os pagamentos, retenções, recolhimentos de tributos, aplicações financeiras efetuadas na corretora da Secretaria da Fazenda do Estado. Prestam contas ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e emite, mensalmente, balancetes analíticos de suas operações contábeis.

Toda operacionalização dos recursos anteriormente citados, junto aos fornecedores de materiais e serviços, são efetuados via sistema SIAFEM/SIAFÍSICO, através das contas Convênio, Poupança e Única, junto à Nossa Caixa Nosso Banco S/A.

ÁREA DE PROTOCOLO E ADMINISTRAÇÃO GERAL

Esta área congrega as seguintes atividades:

- Gestão do Protocolo;
- Controle da Documentação dos Processos Administrativos e de Fiscalização;
- Controle do Almoxarifado (Físico e no Sistema SIAFEM);
- Suporte na Gestão dos Procedimentos Licitatórios em apoio à área Jurídica e ao Gabinete Administrativo;
- Operacionalização da Bolsa Eletrônica de Compras (BEC);
- Operacionalização do Sistema de Cadastro de Pregões;
- Operacionalização dos Sistemas de Publicação de Matérias no Diário Oficial;
- Operacionalização de Sistema e Controle da Guarda de Documentos e Materiais da CSPE em empresa contratada (Ark Tec).

FATOS RELEVANTES - 2003

Selecionamos alguns fatos, procurando refletir o dinamismo da Instituição:

- 62 requisições de transporte aéreo emitidas e atendidas;
- 47 mil km rodados pela frota da CSPE;
- 20 contratações de prestações de serviços e compras de bens efetuadas;
- Guarda de documentos e materiais (livros da CSPE, folders, embalagens, etc.) em empresa especializada, propiciando melhor aproveitamento dos espaços da CSPE.

INFORMÁTICA E SISTEMAS – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O apoio às fiscalizações, tanto das concessionárias de energia elétrica, quanto das concessionárias de gás canalizado, exigiram do Centro de Informática da CSPE uma atuação intensa no suporte aos usuários, principalmente na busca da melhoria do ambiente tecnológico, em se tratando de hardware, de software e do desenvolvimento de ferramentas de armazenamento e análise de dados.

O funcionamento da nova homepage da CSPE, baseada em tecnologia avançada, como é o caso da linguagem XML, bem como sua manutenção, também foi objeto de esforço da equipe de informática, pois houve a necessidade de assimilar toda a estrutura desenvolvida pela FULL TECNO, empresa que desenvolveu a nova estrutura. No final do ano de 2003, o Centro de Informática realizou a migração do Site, que estava em uma empresa da iniciativa privada chamada LOCASWEB, para o novo Site do Palácio do Governo, preparado com o Windows 2000 Server e o Banco de Dados SQL 2000 Server.

O desenvolvimento do ambiente de dados foi definido com a aquisição do Banco de Dados SQL 2000 Server, permitindo assim um nível de segurança aceitável ao volume de informações, sobre as fiscalizações coletadas ao longo do tempo. A compatibilização dos ambientes da CSPE e do Palácio do Governo ajudou a definir um novo modelo de desenvolvimento de sistemas, baseado nas linguagens HTML, XML, ASP, CSS e Java Script.

A possibilidade de hospedar bancos de dados no Site do Palácio do Governo permitiu à CSPE desenvolver novos modelos de coleta de dados, baseados totalmente em aplicações acessíveis através de browsers para a interação com as concessionárias. Este modo de coleta de dados evita a tramitação de documentos e arquivos magnéticos, uma vez que os sistemas trabalham com a emissão de e-mails com confirmações de recebimento dos dados enviados à CSPE, através de up-loads.

No final do ano de 2003, o Centro de Informática preparou um relatório de necessidades de investimentos em Tecnologia, tendo como um dos principais problemas apontados a dificuldade em manter a rede funcionando com os servidores, sendo utilizados praticamente com suas capacidades máximas, havendo a necessidade de mais espaços em discos e melhor velocidade de processamento. Outro aspecto apontado foi a necessidade da realização de up-grades nas estações de trabalho mais antigas, somando ainda a substituição dos sistemas operacionais antigos pelo Windows XP Professional, para dar mais confiabilidade ao funcionamento de toda a rede.

Em dezembro do ano de 2003, o Centro de Informática preparou as especificações dos hardwares e dos softwares a serem adquiridos, tendo sido realizados pregões para as compras. Foram adquiridos dois novos servidores de rede com boa capacidade de armazenamento e processamento de dados, além da garantia on-site, com tempo de solução de possíveis problemas em até no máximo seis horas. Cerca de 25 conjuntos de sistemas operacionais Windows XP, processadores, memórias e discos rígidos foram adquiridos para a realização dos up-grades.

A modernização da infra estrutura tecnológica da CSPE, em 2003, atendeu ao planejamento estratégico da Direção, uma vez que tal atividade faz parte do processo de mudança para a nova sede no complexo CIDADE, que prevê um ambiente adequado ao bom funcionamento do Centro de Informática.

ASSESSORIA JURÍDICA

Pudemos notar ao longo do ano de 2003 a crescente notoriedade da CSPE entre a sociedade, especialmente, entre a classe de consumidores de energia elétrica e gás canalizado. Não foi novidade constatar, também, o intenso crescimento das atividades internas da CSPE decorrente da atuação desta Agência Reguladora na busca pela excelência na prestação dos serviços de regulação e fiscalização dos serviços de distribuição de energia.

Assim, no ano decorrido de 2003 a CSPE desenvolveu, como lhe é por competência, estudos jurídicos, com vistas ao assessoramento nas atividades regulatórias objetivando o controle da legalidade, a observação dos preceitos e direitos Constitucionais, e mais, a busca pela adequação das normas ao papel social que esta deve desenvolver, caráter primário de qualquer ato administrativo.

Dentre as diversas atividades de sua competência, pôde-se destacar no ano de 2003:

- O assessoramento técnico-jurídico ao Comissário Geral e aos Comissários Chefes, exarando pareceres sobre assuntos pertinentes ao órgão;
- A emissão de despachos e pareceres em atendimento aos órgãos da CSPE, assessorando-os, quando necessário;
- A consolidação do posicionamento técnico-jurídico em eventuais conflitos entre consumidores e concessionários, subsidiando manifestações da Ouvidoria;
- A manifestação, sempre prévia e pertinentemente sobre as minutas de editais de licitação e contratos administrativos; e,
- O acompanhamento de processos administrativos punitivos, com elaboração de peças jurídicas de convalidação de aplicação de penalidades.

Destaque deve ser feito à ampla utilização da modalidade de licitação Pregão, marco na busca pela eficiência e economicidade das contratações realizadas pela Autarquia que, em consonância as diretrizes do Governo do Estado de São Paulo utilizou deste procedimento preferencialmente para suas contratações.

Ao longo dos anos, os membros do Grupo Jurídico da CSPE têm contribuído no papel regulatório exercido pela CSPE, cumprindo sua missão legal, sempre com a intenção primeira de alcançar e, então, proteger a satisfação do interesse coletivo.

CONVÊNIOS E PARCERIAS

CONVÊNIOS COOPERAÇÃO CSPE E ANEEL

A Comissão de Serviços Públicos de Energia - CSPE e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL assinaram, no dia 22/12/2003, o Convênio de Cooperação e de Descentralização de Atribuições, mediante Delegação de Atividades, renovado por mais 05 anos.

A parceria entre as duas agências data de abril de 1998, quando foi instituída a CSPE e assinado o primeiro Convênio de Cooperação e de Descentralização.

Ao longo desse período, a CSPE, entre outras atividades, passou a realizar a fiscalização de serviços e instalações de energia elétrica, apuração e solução de queixas de consumidores, formulação de padrões regionais de controle e fiscalização da qualidade do serviço, prestação de apoio e fornecimento de subsídios nos processos de regulação econômica.

O novo Convênio de Descentralização, no valor total de R\$ 62.900.000,00, tem vigência até o final de 2008 e propiciará a continuidade da atuação da CSPE no Estado de São Paulo na área de energia elétrica, atendendo 14 milhões de usuários e fiscalizando 14 concessionárias de distribuição, contribuindo, desta forma, para a melhoria da qualidade dos serviços.

No cumprimento deste Convênio a CSPE executará suas atividades de forma a proporcionar condições favoráveis para que o desenvolvimento do mercado de energia elétrica ocorra com equilíbrio entre os agentes e em benefício da sociedade.

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE A CSPE E A USP

A Comissão de Serviços Públicos de Energia – CSPE e a Universidade de São Paulo - USP, por meio da Escola Politécnica – Departamento de Engenharia de Energia celebraram, em 07/04/2003, novo convênio de cooperação, cujos objetos envolvem as atividades técnicas de regulação e fiscalização e distribuição de gás canalizado e de energia elétrica, bem como de geração de energia elétrica.

Para execução das atividades mencionadas, serão desenvolvidos planos de trabalho estruturados em seis grandes linhas, a saber:

- Regulação dos serviços de gás canalizado;
- Regulação dos serviços de energia elétrica;
- Fiscalização dos serviços de gás canalizado;

- Fiscalização dos serviços de energia elétrica;
- Procedimentos operacionais do órgão regulador e fiscalizador;
- Atendimento ao mercado de energia.

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE CSPE E UNICAMP

A Comissão de Serviços Públicos de Energia – CSPE e a Fundação de Desenvolvimento da Unicamp celebraram, em 08/07/2002, convênio de cooperação, com vigência de dois anos, cuja finalidade é desenvolver metodologias e procedimentos para apoio à Regulação e à Fiscalização de serviços de produção e distribuição de energia elétrica e distribuição de gás canalizado.

Para execução das atividades mencionadas, serão desenvolvidos planos de trabalho, a saber:

- Gestão dos sistemas elétricos de concessionárias de distribuição de energia elétrica no Estado de São Paulo;
- Atendimento comercial das concessionárias quanto às condições gerais de fornecimento de energia elétrica;
- Sistemas de apoio à informática;
- Meio ambiente e os serviços de distribuição de energia elétrica e gás canalizado;
- Avaliação do potencial hidroelétrico remanescente no Estado de São Paulo;
- Estudos e levantamentos de dados para o processo de regularização das cooperativas de eletrificação rural;
- Suporte e assessoramento técnico aos processos de ouvidoria.

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE CSPE E ANP

A Comissão de Serviços Públicos de Energia – CSPE e a Agência Nacional do Petróleo - ANP assinaram, em 19/11/99, o Convênio de Cooperação Técnica – Científica, com vigência de 05 (cinco) anos, visando o desenvolvimento de estudos e atividades para regulamentação das questões referentes ao transporte, distribuição e comercialização do gás canalizado, compreendendo os seguintes itens:

- ✓ treinamento e formação de recursos humanos na área de regulamentação do gás canalizado;
- ✓ definição das delimitações entre os sistemas de transporte;
- ✓ regulação econômica e critérios para evitar verticalização no setor;

- ✓ propostas para estabelecimento de parâmetros de qualidade de fornecimento para o gás natural;
- ✓ questões tecnológicas e econômicas relacionadas ao gás canalizado;
- ✓ aspectos gerais da regulamentação do transporte, distribuição e comercialização do gás canalizado; e
- ✓ troca de informações vinculadas ao exercício das competências de regulação e fiscalização dos serviços de gás canalizado.

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE A CSPE E A SDE

A Comissão de Serviços Públicos de Energia – CSPE e o Ministério da Justiça, através da Secretaria de Direito Econômico assinaram, em 23 de fevereiro de 2001, o convênio de Cooperação Técnica e Operacional e de Intercâmbio relacionada à defesa da ordem econômica e à proteção do consumidor, com vigência de 05 (cinco) anos.

O presente Convênio de Cooperação Técnica e Operacional e de Intercâmbio tem por objetivo estabelecer as bases gerais de mútua cooperação para a atuação conjunta da SDE (DPDC e DPDE) e a CSPE, observadas as respectivas competências, mediante a adoção de procedimentos integrados e/ou conexos, em matérias relacionadas com os setores econômicos que são objeto de regulação da CSPE, observada a Lei nº. 8.666/93 e legislações complementares, no que couber.